

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**De Colônia Africana a Bairro Rio Branco:
desterritorialização e exílio social na terra do latifúndio
Porto Alegre, 1920 - 1950**

ALEXANDRE BARCELOS SILVEIRA

Porto Alegre

2015

ALEXANDRE BARCELOS SILVEIRA

**De Colônia Africana a Bairro Rio Branco:
desterritorialização e exílio social na terra do latifúndio
Porto Alegre, 1920 - 1950**

Dissertação apresentada como requisito final à obtenção do grau de Mestre em História junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Dr. Renè Ernani Gertz

Porto Alegre

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587c Silveira, Alexandre Barcelos

De colônia africana a bairro Rio Branco: desterritorialização e exílio social na terra do latifúndio: Porto Alegre, 1920-1950 / Alexandre Barcelos Silveira. – Porto Alegre, 2015.

186 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS.

Orientação: Prof. Dr. Renè Emani Gertz.

1. Porto Alegre (RS) – História Social. 2. Negros – Rio Grande do Sul – História. 3. Bairro Rio Branco (POA) - História. 4. Colônia africana. 5. Racismo. I. Gertz, Renè Emani. II. Título.

CDD 981.650541

ALEXANDRE BARCELOS SILVEIRA

**De Colônia Africana a Bairro Rio Branco:
desterritorialização e exílio social na terra do latifúndio
Porto Alegre, 1920 – 1950**

Dissertação apresentada como requisito final à obtenção do grau de Mestre em História junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Dr. Renè Ernani Gertz

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Dr^a. Margaret Marchiori Bakos (UEL)

Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira (UNISINOS)

Dedico, com amor, à
Gisele Dias dos Santos
a razão de tudo

AGRADECIMENTOS

Quando ouvia falar que a pesquisa é uma caminhada solitária, não sabia exatamente o significado disso. Ao começar esta pesquisa, por volta de 2009, percebi as coisas que tive de abrir mão para que pudesse pôr em prática as ideias que pairavam em minha cabeça. Do mesmo modo que o pesquisador silencia diante de um arquivo ou se concentra numa determinada bibliografia em busca de respostas, o mundo a sua volta não para, e algo se perde.

Portanto, o primeiro grupo de pessoas a que gostaria de agradecer é a minha família: irmãos, sobrinhas, cunhadas e minha mãe Selma Medeiros Barcelos, pessoas que, muitas vezes, não compreendiam minha ausência e o significado desta pesquisa para mim. Minha esposa, a quem eu devo um agradecimento especial, foi a pessoa que mais teve este sentimento de companheirismo e apoio, mesmo quando eu precisei mergulhar nos estudos para executar esta dissertação, e quando de certa forma, me encontrava ausente.

O outro grupo de agradecimento eu dirijo à professora Margaret Marchiori Bakos, que foi a pessoa que aceitou e acreditou no meu tema, mas que, pelos percalços desta jornada, não pôde mais ser minha orientadora e, como não poderia ser diferente, será minha avaliadora na banca, pois muito desta pesquisa tem o seu olhar.

Ao professor Renè Gertz, que numa missão de muita generosidade, aceitou terminar a orientação desta pesquisa, um gesto de pura coragem, já que se distancia um pouco da sua linha de pesquisa. Aprendi com ele a ter sobriedade e ânimo diante das dificuldades. Obrigado professor.

Não posso deixar de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e, como não poderia ser diferente, um agradecimento especialíssimo à CAPES, pela bolsa integral que recebi durante dois anos, sendo muito importante para que eu pudesse me manter e produzir esta dissertação.

Dentro deste conjunto de agradecimentos, direciono um forte abraço à Carla Helena Carvalho Pereira, que faz parte da comissão organizadora do PPGH PUCRS,

pessoa extremamente competente que se encontra sempre disposta a ajudar os alunos, meus professores e colegas pós-graduandos, que muito prazer tive em conhecer e tomar uns cafés com pastelina, principalmente Letícia Rosa Marques, Arilson dos Santos Gomes, Saul Estevam, Márcia Briones e Andrea Fraga, esta pela força e pela altivez que sempre me passou nos momentos difíceis desta pesquisa.

Dois professores em especial fizeram parte desta dissertação: José Antônio dos Santos (UNISINOS) e Paulo Roberto Satudt Moreira (UNISINOS), pessoas que, sem nenhum vínculo ou obrigação, me deram dicas preciosas para a produção desta pesquisa. Generosidade são sinônimos para vocês. Gratidão!

Dois amigos que trilharam os caminhos da graduação em História, em 2003, pelas Faculdades Porto-Alegrenses, Cássio Marcelo Soares e Lúcio Saldanha, pelas noites de cerveja, pastéis e muita discussão sobre Marx, Comte e Weber. Valeu.

E, sem dúvida alguma, um grande abraço a todos os depoentes que fizeram parte desta dissertação. Sem as suas narrativas não seria possível reconstruir a história da Colônia Africana.

Todos vocês fazem parte desta dissertação e sintam-se abraçados!

Não foi fácil, mas para filho de Ogum nunca é.

Então...está tudo certo.

“Nada como um dia após o outro
e uma noite espremida no meio”.
Ruano:
ex-morador da Colônia Africana.

RESUMO

Existiu no final do século XIX e metade do XX um território em Porto Alegre que recebeu um grande número de ex-cativos após o fim da escravidão. Nele, laços de parentesco se firmaram. Tradições, religiosidade e cultura foram cultivadas no momento em que a imigração se avizinhava, como no resto do Brasil. Este território era denominado Colônia Africana. Esta dissertação mergulha no período compreendido entre 1920 e 1950 e investiga, sob o ponto de vista das narrativas dos ex-moradores da Colônia, as suas sociabilidades e seu cotidiano que, muitas vezes, foi relegada a segundo plano pela historiografia. "Reconstruímos" a Colônia e depois analisamos, nos arquivos, jornais e na bibliografia pertinente, como se deu o processo de desterritorialização da população negra e pobre para a periferia de Porto Alegre.

Palavras-chave: Colônia Africana. Territórios Negros. Racismo. Invisibilidade da População Negra.

ABSTRACT

It existed in the late nineteenth and mid-twentieth territory in Porto Alegre that it has received a large number of former prisoners after the end of slavery. In it, family ties were strengthened. Traditions, religion and culture were cultivated at the time immigration was coming, and the rest of Brazil. This territory was named African colony. This paper delves into the period between 1920 and 1950 to investigate, from the point of view of the narratives of former residents of the colony, their sociability and their daily lives that often was relegated to the background by historiography. "Rebuilt" the Cologne and then we look in the archives, newspapers and relevant literature, how was the process of dispossession of poor black population to the outskirts of Porto Alegre.

Keywords: African colony. Black Territories. Racism. Invisibility of the Black Population.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa da Colônia Africana.....	20
Figura 2: Mapa dos Arraiais de Porto Alegre e seus acessos.....	34
Figura 3: Igreja Nossa Senhora da Piedade (1928).....	39
Figura 4: Jayme Moreira da Silva (2008).....	55
Figura 5: Maria José Moreira do Nascimento (2014).....	57
Figura 6: Abel de Souza (por volta de 1920).....	62
Figura 7: Salão Modelo (por volta de 1920).....	76
Figura 8: Grupo Carnavalesco “Aí Vem a Marinha” – (década de 1930).....	82
Figura 9: Verso do Grupo Carnavalesco “Aí Vem a Marinha” – (década de 1930).....	83
Figura 10: Grupo Carnavalesco “Quem ri por último” – (década de 1930).....	84
Figura 11: Muamba – (1931) Grupo Carnavalesco “Quem ri por último”.....	86
Figura 12: Bloco Carnavalesco – “Os Prediletos” (1932).....	87
Figura 13: Sr. Jayme Moreira da Silva – “Príncipe” Grupo Carnavalesco “Prediletos” - (1932).....	89
Figura 14: Um dos times da Liga da Canela Preta (1938).....	109
Figura 15: Verso da fotografia do time da Liga da Canela Preta.....	110
Figura 16: Planta Geral do Porto em construção de Porto Alegre (1927).....	112
Figura 17: Mapa Geral de melhoramentos (1914).....	113
Figura 18: Fotografia Príncipe Custódio.....	122

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Censo populacional por etnia – 1814.....	98
Tabela 2: Número de casas e pessoas livres e escravas,segundo municípios e Paróquias do (RS), 1872.....	99
Tabela 3: Levantamento étnico-racial da Colônia Africana (1920-1928).....	102

Sumário

INTRODUÇÃO.....	12
PRIMEIRA PARTE:.....	29
A COLÔNIA AFRICANA: UM LUGAR DE SOCIALIZAÇÃO	29
1. PRÉ-COLÔNIA AFRICANA	30
1.2. Colônia Africana sob o olhar da historiografia	34
2. JAYME MOREIRA DA SILVA: UM CIDADÃO DA COLÔNIA AFRICANA	45
3. IMAGENS DA COLÔNIA AFRICANA: UM LUGAR DE SOCIALIZAÇÃO	73
3.1. As festividades.....	76
3.2. Fotografia como fonte de pesquisa histórica.....	80
3.3. Imagens do carnaval na Colônia Africana	82
SEGUNDA PARTE:.....	93
OS <i>OUTSIDERS</i> ÀS AVESSAS.....	93
Ligando as partes	94
4. ETNICIDADE E CLASSE SOCIAL NA COLÔNIA AFRICANA	98
5. MELHORAMENTOS QUE RECEBE PORTO ALEGRE NEGRA	106
6. O EXÍLIO SOCIAL NA TERRA DO LATIFÚNDIOE OS NOVOS CAMINHOS PARA HABITAR.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS	150
ANEXOS.....	159

*“A interiorização é o correlato nativo da superiorização europeia. Precisamos ter a coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado”
(FANON, Frantz. 2008, p. 90).*

INTRODUÇÃO

Como primeiro trabalho escrito na graduação em História pelas Faculdades Porto-Alegrenses (RS) em 2003, uma monografia, com o título *Arte africana*. Fiz uma descrição sobre as primeiras manifestações artísticas que o homem tem conhecimento, tais como a escultura, a pintura rupestre e a música.

Os anos se passaram e fui descobrindo, através dos meus estudos, e com o auxílio dos mestres e doutores por quem passei, que a África havia deixado um imenso legado material, simbólico e cultural para toda humanidade, sobretudo quando lembramos da resistência dos afrodescendentes, no Brasil, para manter viva e transformar a sua história.

Ao mesmo tempo em que avançamos nessa temática, se apresentavam as dificuldades para este pesquisador. Fontes breves, limitadas e incompletas. Fato que muitas vezes irrita e quase impossibilita o estudo sobre as relações étnico-raciais entre negros e brancos.

Nessa garimpagem, percebeu-se a existência de um grande problema intrínseco humano - a questão étnico-racial, traduzida em racismo essencialista, aquele em que o

indivíduo recebe uma determinada característica física e por isso é discriminado. O produto desse problema é a segregação e o que chamamos de exílio social.

Esse exílio social acontece no “seio” das cidades que são classificatórias e legitimadoras de tal perversidade criando uma espécie de “cidade partida”, produzindo, muitas vezes, bairros periféricos para agrupar os “mal vistos” da sociedade.¹ Nesse sentido, seguimos o caminho trilhado por esta pesquisa: estudar de que forma acontece esse exílio social, redundando no problema da falta ou da precariedade de habitação para as classes mais pobres e de maioria negra, no momento em que a capital gaúcha necessitava de uma modernização estrutural na primeira metade do século XX.

Esta dissertação segue a discussão sobre os problemas habitacionais e disputas por território em Porto Alegre, e, em maior escala, no Brasil. A ideia inicial nasceu a partir de uma monografia realizada por este autor, *Análise sobre o processo de branqueamento da Colônia Africana na década de 1910: consequências para o futuro*, sob a orientação do prof. Dr. Ari Pedro Oro (2009) na mesma instituição onde fez a sua graduação.

O ponto de partida que move esta dissertação abrange, além das relações étnico-raciais, suas consequências entre os afrodescendentes que se estabeleceram na capital gaúcha, atualmente o bairro Rio Branco, e outros atores sociais de nacionalidades e etnias diferentes, os imigrantes europeus, apresentando-se aqui como forasteiros.

Pretendemos, acima de tudo, investigar as consequências dessas relações, ou seja, a contribuição destes brancos para o processo de desterritorialização e, conseqüentemente, a realocação da população pobre e afrodescendente da Colônia Africana para a periferia de Porto Alegre. Percorremos o período, principalmente, nas administrações dos Intendentes José Montauray (no final do seu mandato) e do Prefeito Loureiro da Silva, abrangendo ainda um período mais longo de 1920 a 1950.

Garimpando, no intuito de apreender algo que desse subsídio para a pesquisa em questão, percebeu-se a escassez de materiais sobre a temática do problema habitacional, mais especificamente, nos deslocamentos e na desterritorialização e sua alocação para a periferia de Porto Alegre das populações negras, oriundas da região chamada anteriormente de Colônia Africana, hoje Bairro Rio Branco, na capital gaúcha, entre a virada do século XIX para o XX.²

¹ VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.

² Cf. KERSTING, 1998, p.102: como limites mais ou menos definidos da Colônia Africana, podemos estabelecer as Ruas Ramiro Barcelos, a Avenida Protásio Alves (antigo Caminho do Meio) até a altura da

Nesse sentido, foram “esquecidos”, pela historiografia, aspectos culturais, tais como: suas tradições religiosas, suas festas e aqueles que ascenderam socialmente dentro desta comunidade. Procuramos investigar como eram aceitas, ou não, estas manifestações culturais dos afrodescendentes, e de que forma isso implicaria a exclusão e a dispersão das populações negras daquela localidade para os novos bairros em construção da periferia de Porto Alegre.

O contexto adjacente desta pesquisa compreende o tempo em que esta sociedade se encontrava “mergulhada” numa mentalidade racista do final do século XIX e início do XX, mais especificamente entre os anos 1870 e 1930, quando surgiram as primeiras teorias tipológicas de cunho racistas no mundo.

As ideias racialistas deste período primavam pelo essencialismo, que via na aparência física e tipológica um motivo para classificar grupos que eram diferentes e lançar sobre eles um estigma, tipificando o racismo, por exclusão e por exploração.

Tais ideias de superioridade branca e inferioridade negra, e outros tipos de racismos, só serão justificadas biologicamente até o final da Segunda Guerra Mundial.³ Após este episódio, que redundaria, dentre outros acontecimentos, no massacre de judeus e outras etnias que não fossem consideradas de “raça pura”, o racismo terá uma nova roupagem, nesse momento será cultural.

Não podendo mais justificar as diferenças físicas como atributos de inferioridade, a origem das pessoas será requisito básico para classificação, inferiorização, segregação e dominação de povos negros ou outros grupos “minoritários”.

A obra que serviu de ponto partida para este estudo, e como “combustível”, foi a dissertação de Eduardo Henrique de Oliveira Kersting *Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre: a Colônia Africana (1890-1920)* (1998) PPGH PUCRS. O autor analisa as imagens e os discursos que ajudaram na exclusão do negro nestas regiões e seu deslocamento para a periferia da Cidade, sem aprofundar-se no seu restabelecimento em outro local.

Consideramos esta dissertação de Kersting como uma espécie de “volume I” da história da Colônia Africana, e esta pesquisa pretende agregar conhecimento ao tema,

Rua Dona Leonor, seguindo pela parte alta até aproximadamente o atual Instituto Porto Alegre (IPA), e deste até a rua Castro Alves, descendo até a Ramiro Barcelos.

³ Ver BANTON, Michael. *A ideia de raça*. Trad. Antonio Marques Bessa. Edições 70. Lisboa, 1979.
SHWARCZ, Lilian Moritz. *O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

mostrando a primeira fase dos deslocamentos do povo da Colônia Africana, que aconteceu até 1970, já no período da Ditadura Militar.

Um ponto destacado nessa pesquisa, mas não aprofundado, pois Kersting já o fez com primazia, será observar como a imprensa, jornais *Gazeta* e *A Gazetinha*, tratava as comunidades afrodescendentes daquela região, com seus adjetivos depreciativos sobre aquela comunidade, e também a polícia, no intuito de esvaziar (ou branquear) estes lugares que se localizavam próximos ao centro da cidade e eram ocupados por afrodescendentes. Também é importante considerar que classes mais abastadas da capital gaúcha viam no branqueamento e na consequente exclusão dos afro-gaúchos uma solução para ocupar seus cobiçados territórios.

Durante o desenvolvimento deste trabalho, demonstraremos, através de depoimentos de ex-moradores da Colônia Africana, como eram suas relações com os diversos imigrantes que foram habitar o território já ocupado por recém-egressos da escravidão, embora, como a própria temporalidade comprova, esta dissertação não trata de depoimentos de ex-escravos.

Nesse sentido, o ponto de destaque será o cotidiano das populações negras na Colônia Africana. Aprofundando este tema, elencamos algumas entrevistas de ex-moradores da região, carnavalescos e conhecedores dos ritos religiosos cultivados na época.

Buscamos depoimentos de ex-moradores, brancos e afrodescendentes, no intuito de compreender as suas sociabilidades e seu cotidiano. Esta parte da dissertação está comprometida com algumas entrevistas, perguntas formuladas, outras vezes apenas deixava-se que o entrevistado falasse, sobre as memórias do seu tempo de infância/adolescência na Colônia Africana.

As entrevistas foram cotejadas e agrupadas por assunto, ou seja, no momento em que se tratava de uma pergunta específica, na dissertação, como por exemplo: como eram as relações entre o povo da Colônia Africana e os Imigrantes? Procurou-se cruzar com a bibliografia pertinente essas narrativas para que tivéssemos uma média das respostas.

A bibliografia pertinente ao tema foi de suma importância para complementar as respostas, já que não é o objetivo questionar as entrevistas, mas não podemos usá-las “nuas e cruas”, pois são contaminadas por nostalgias e memórias afetivas.

A primeira narrativa que conseguimos foi com o Sr. Jayme Moreira da Silva, nascido em 4 de novembro de 1915, na rua Vasco da Gama, em Porto Alegre, no núcleo da Colônia Africana, faleceu no dia 25 de janeiro de 2014, aos 98 anos.

Este homem contribuiu com duas entrevistas para este trabalho: uma em 2011 e outra em 2013, pouco antes de sua morte. Elas foram ricas em memórias e narrativas, fato que pode ser observado no seu livro intitulado *Colônia Africana: O Lobisomem do Morro Santana* (2005).

Como uma verdadeira teia de relações, os moradores da antiga Colônia Africana vão surgindo para contar a sua história. A irmã do Sr. Jayme também dará a sua contribuição para desvelarmos o passado e os silêncios contidos nas suas memórias.

Outra fonte oral importante será a do Sr. Osvaldo Ferreira dos Reis, entrevista concedida em 2011. Advogado e pesquisador sobre o tema, além de ser um descendente direto dessas comunidades, pois sua avó comprou, em 1928, um terreno onde construiu uma casa na freguesia da Conceição, atual Mont Serrat, na qual ele e a sua família residem até hoje.

Estes depoentes são afrodescendentes, mas acreditamos que, para termos uma visão mais ampla das suas sociabilidades, se faz necessário o cotejamento de depoimentos de moradores brancos, no sentido de buscar “os dois lados da moeda”. E foi o que fizemos.

O Sr. Renildo Baldi, branco, descendente de italiano, nos concedeu uma entrevista, dia 17 de junho de 2014. Ele nos contou que nasceu em 1937, em Porto Alegre, que seu avô veio da Itália direto para São Paulo.

Seguindo sua narrativa, o depoente menciona que o próximo destino do seu ancestral era a cidade de Porto Alegre, onde chegou por volta de 1898, junto de sua esposa. Esse casal já trazia consigo alguns filhos (pois o entrevistado não soube especificar certamente quantos eram). Um desses filhos havia nascido em Roma, morrendo durante a viagem para o Brasil, o outro nasceu em São Paulo. Presumimos, então, que eram no mínimo, três os filhos deste casal.

Outro ponto que percebemos neste depoimento é a intenção de demonstrar as dificuldades da época para se fazer uma viagem longa, tal como da Itália para o Brasil, personificada por membros, da sua família, seus avós, contando inclusive com a morte de um ente familiar nesse trajeto.

Outro ponto na sua fala destaca a sua primeira morada na capital gaúcha, especificamente na Colônia Africana, e lembra o que atraiu seu avô para essa localidade após sair de São Paulo, ou seja, boatos de que na Colônia havia terrenos muito baratos.

Estas e outras entrevistas serão trabalhadas na perspectiva de tentar compreender quais palavras se repetem entre os entrevistados, e como seus depoimentos servirão para identificar e analisar a ascensão, exclusão e o cotidiano dos moradores da Colônia Africana, ou seja, sua sociabilidade, como também quais locais de poder esses indivíduos ocupavam.

No campo de análise, mostraremos que os redutos negros não eram “a corte do crime”, como o jornal *A Gazetinha* relatava através de seus cronistas, principalmente Ary Sanhudo Veiga. Nesta região de maioria negra, também aconteciam festas, religiosidade e convivência pacífica, segundo depoimentos dos próprios ex-moradores. Ou seja, este trabalho analisará estas narrativas, que darão voz aos afrodescendentes, com o crivo de um historiador, mostrando as particularidades do cotidiano daquelas comunidades.

Temos a consciência da subjetividade desses relatos, portanto, sob a luz da teoria de Alejandro Portelli, tentaremos decifrá-la, como ele nos ensina: “Por muito controlável ou conhecida que seja, a subjetividade *existe*, e constitui, além disso, uma característica indestrutível dos seres humanos”. Ou seja, não existe imparcialidade nas narrativas, elemento intrínseco no ser humano. Todas estão impregnadas de sentidos e afetividades. “Nossa tarefa não é exorcizá-la, mas (sobretudo quando constitui o argumento e a própria substância de nossas fontes) a de distinguir as regras e os procedimentos que nos permitam em alguma medida compreendê-la e utilizá-la”. Nesse sentido, o trabalho do historiador é o de valorizar estas memórias e não o de questioná-las na sua integralidade, pois os depoimentos contam a trajetória de uma vivência, a ótica de um determinado fato que deve ser contextualizado e analisado. “Se formos capazes, a subjetividade se revelará mais do que uma interferência; será a maior riqueza, a maior contribuição cognitiva que chega a nós das memórias e das fontes orais” (PORTELLI, 1996, p. 4).

Dessa forma, a subjetividade das narrativas não será excluída, muito menos suprimida, mas sim trabalhada no seu todo, apontando a riqueza dos seus detalhes, juntamente com a bibliografia pertinente, fazendo que estes dois tipos de fontes nos deem a compreensão do todo histórico.

Metodologicamente, as entrevistas utilizadas nessa pesquisa variam quanto à sua abordagem. Em algumas formulamos perguntas ou produziu-se um roteiro para guiar o

depoente, outras vezes, apenas deixou-se que o entrevistado selecionasse, dentre os silêncios das suas narrativas, o que lembrava deste local.

Mais importante é destacar que estas não foram utilizadas na sua integralidade nem como fonte exclusiva, mas sim, como indícios a serem analisados e compreendidos na sua temporalidade.

A Colônia Africana, possivelmente assim foi denominada pela imprensa da época, era uma comunidade na sua maioria formada por descendentes de escravos, mas também ali habitavam segmentos de outras etnias, imigrantes europeus de diversas nacionalidades.⁴

Estes últimos vieram para o Brasil para trabalhar no lugar dos recém-livres da escravidão e, quando, por algum motivo, a labuta na agricultura escasseava, eles se dirigiam às grandes capitais em busca de emprego, sobrevivência e moradia, exercendo pequenos trabalhos domésticos ou como jornaleiros (uma espécie de biscateiro).

Os imigrantes que se estabeleceram em Porto Alegre são grupos diferentes daqueles colonizadores iniciais do século XIX. Nesse instante, vieram para, além de suprir aqueles trabalhos destinados aos negros, também ocupar os critérios sócio profissionais, destinados a ele se, por conseguinte, mal remunerados.

Ao fim desta pesquisa, nos anexos, poderemos demonstrar, num levantamento feito na Santa Casa de Misericórdia no *Livro Geral dos Enfermos*, que a maior parte dos imigrantes trabalhavam em serviços domésticos ou como jornaleiros. Outra forma de atividade profissional muito exercida por estes estrangeiros era ser policial ou pertencer ao exército, e estes também tinham os menores salários.⁵

Estabelecer uma discussão sobre a real localização da Colônia não é a tarefa desta pesquisa, pois, a historiografia passada já a fez. Mas, para situar o leitor entendemos ser necessário tal esclarecimento. O ato municipal nº 17, de 4 de setembro de 1826 dividiu Porto Alegre em distritos e comissariados.⁶ A Colônia Africana, segundo esta distribuição espacial, estaria localizada no 3º distrito da capital, justamente o primeiro lugar em termos de concentração populacional negra segundo os documentos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre no final do século XIX.

Existe uma controvérsia entre os dados apontados anteriormente e as fontes orais. Segundo as narrativas coletadas por esse autor, as ruas que demarcavam a

⁴ *A Gazetinha*, 08/05/1912.

⁵ Cf. Cláudia Mauch. *Dizendo-se Autoridade: Polícia e Policiais em Porto Alegre, 1896-1920*. 2011.

⁶ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, fundo legislação, código nº 972.

Colônia eram: Felipe Camarão (ao lado direito, o esquerdo pertencia ao bairro Bom Fim), Mariante, Mostardeiros e Caminho do Meio (atuais Avenidas Protásio Alves e Osvaldo Aranha). Era nesse “quadrado” a sua possível localização, segundo os depoimentos.

Segundo tal controvérsia a sua demarcação “visual” nos parece, empiricamente, muito maior. Abrangendo os bairros: Bom Fim, Mont Serrat, o atual Bairro Rio Branco e até mesmo partes da Cidade Baixa. Ou seja, denomina-se, segundo relatos orais, a Colônia Africana como um grande território negro de Porto Alegre. Quanto a esta discussão entre os ex-moradores só podemos divagar.

Observemos o mapa abaixo, criado por Sérgio dos Santos Jr. com o título “visão ilustrada”.

Figura 1: Mapa da Colônia Africana



Fonte: Sergio dos Santos Jr, 2010 ⁷

Essa delimitação espacial e temporal corresponde à sua fundação, e conclui-se seu deslocamento com os projetos “Remover Para Promover e Renascença”, instituído nos anos 1960. Através dele, diversas populações negras foram removidas dos vários

⁷ SANTOS, 2010, Contracapa.

locais próximos ao centro da capital gaúcha, denominada de “cinturão negro”, e muitas alocadas no Bairro Restinga.

Algumas pesquisas anteriores sobre a Colônia Africana versaram sobre a criminalização daquele espaço e de seus habitantes de maioria negra, num contexto em que se esboçava o processo de urbanização e de modernização de Porto Alegre (logo após a proclamação da República, até os anos 1920), tendo seu ápice durante a administração do intendente José Montauray de Aguiar Leitão.⁸

Propomos dar um passo além desta discussão, que há tempos vem sendo travada pela historiografia sobre as relações entre os estabelecidos na Colônia Africana e os “forasteiros” imigrantes.

Tentaremos compreender que, além da imprensa, a administração pública, a modernização da capital gaúcha, também o contato entre esses dois grupos contribuíram para a expulsão dos já estabelecidos.

Portanto, nossa hipótese é de que muitos moradores venderam suas casas para algum empreendimento imobiliário, pois a administração pública vinha aumentando o IPTU, como forma de selecionar seus moradores e higienizar o local. Outra forma de remoção se daria com as desapropriações, principalmente durante a ampliação das ruas Vasco da Gama e Cabral.

Outra hipótese vai ao encontro da venda de terras devolutas, incentivando a privatização da terra a preços baixos cobrados pela Prefeitura Municipal. Do ponto de vista judicial, a falta de documentação dessas terras poderia gerar, se assim a Intendência permitisse, a venda delas.

⁸ KERSTING, Eduardo Henrique de Oliveira. *Negros e a Modernidade Urbana em Porto Alegre: Colônia Africana (1890-1920)*. Porto Alegre: PUCRS. 1998.

ZANETTI, Valéria. *Calabouço Urbano: escravos e libertos em Porto Alegre (1840–1860)*. Passo Fundo/RS: UPF Editora. 2002.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. *Colônia Africana, arrabalde proletário: o cotidiano de negros e brancos, brasileiros e imigrantes num bairro de Porto Alegre durante as primeiras décadas de século XX*, Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br>

PESAVENTO, Sandra. Jatahy. *Uma Outra Cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. SP: Companhia Ed Nacional, 2001.

MATTOS, Jane Rocha de. *Que arraial que nada, aquilo lá é um areal o areal da Baronesa: imaginário e História (1879-1921)*. Porto Alegre. 2000.

GAMALHO, Nola Patrícia. *A produção da periferia: das representações do espaço de representação no Bairro Restinga– Porto Alegre/RS*. Porto Alegre/RS. 2009. Disponível em meio digital no endereço <http://www.lume>

BOHER, Felipe Rodrigues. *Breves Considerações Sobre os Territórios Negros Urbanos de Porto Alegre na Pós-abolição*. Iluminuras. Porto Alegre, v.12, n. 29,p.121-152, jul./dez.2011 – Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/iluminuras>

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os Cativos e os Homens de Bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre, 2003.

O processo de realocação, possivelmente, direcionava antigos moradores, agora não bem-vindos, aos novos bairros que estavam sendo pensados e criados para essas pessoas não benquistas nas proximidades da capital gaúcha.

Entendemos que estes novos bairros tinham uma intencionalidade *panóptica*, conceito trabalhado por Michael Foucault, lugares onde estas pessoas seriam administradas e controladas com os dispositivos ideológicos do Estado: repressão e organização das suas vidas.⁹

Pode parecer delicado e caro a esta pesquisa a utilização deste conceito, mas partimos do pressuposto de que o Estado não agrega todas as camadas da população no momento em que organiza o espaço urbano, apenas segrega. Não estando contemplados, segundo a ótica elitista do próprio aparelho municipal, a população pobre é classificada e excluída, legitimando assim, a construção de um bairro periférico e distante, para que essas comunidades. Economicamente desfavorecidas e mal vistas pelo resto da sociedade, estas comunidades deverão, segundo a visão dos administradores públicos, sobreviver com o mínimo de condições habitacionais e até, indiretamente a intencionalidade é o extermínio e a não-proliferação, pois, se não resistirem, o problema para o Estado estará solucionado, ou seja, estará controlado.

O sistema é perverso, e a modernização da cidade, naquele momento, primava pelo embelezamento dela. As portas da capital gaúcha deveriam ser “vitrine” do Estado gaúcho, um modelo de organização e funcionalidade, passando a ideia de que a cidade estava se estruturando, e melhorando seu aspecto. Melhorando para quem?

Durante a procura de dados para fundamentar esta dissertação, sentimos a necessidade de encontrar um censo populacional que demonstrasse qual era o contingente numérico e étnico, dentro da Colônia Africana, com a finalidade de mostrar para o leitor o seu esvaziamento e, conseqüentemente, o branqueamento.

Qual não foi nossa surpresa ao nos depararmos com uma tentativa de branqueamento censitário, por parte do Estado gaúcho, embora isso não seja monopólio desta administração, mas uma característica nacional.

O último levantamento censitário que mostra a população afrodescendente no Rio Grande do Sul a descreve como sendo livre ou escrava, e foi produzido em 1872. A partir daí não obtivemos mais dados que nos informassem a cor das populações no RS. Este impedimento resultou na tentativa de indagar outras fontes que nos dessem subsídios

⁹ FOUCAULT, 1975, p 46.

para a construção de um levantamento de dados numéricos, ainda que parcial, nos moldes sugeridos anteriormente.¹⁰

Foi nessa busca que adentramos nos arquivos da Santa Casa de Misericórdia, especificamente no *Livro Geral de Enfermos*, criado em 1843. Nossa busca se concentrou no período compreendido entre 1920 a 1928, pois este último ano será marcado pela finalização deste documento.

Metodologicamente, esta fonte nos revelou, além de dados numéricos populacionais, dados étnico-raciais da localidade e de gênero, como também as diversas nacionalidades dos imigrantes e afrodescendentes e suas profissões. Estes dados nos ajudarão a compreender, além do esvaziamento da região por parte dos negros, quais locais de poder cada grupo ocupava, respondendo, assim, ao problema desta dissertação.¹¹

Das fontes que complementarão este estudo, agora bibliográficas, utilizamos duas dissertações e uma tese. A primeira dissertação servirá de base. É a já citada obra de Kersting (1999), que, na sua escrita, além de identificar a região, mencionando mapas e ilustrações, comenta que a localidade chamada de Colônia Africana foi demonizada pela imprensa, em especial pelos jornais a *Gazetinha* e o *Jornal do Comércio*.

O autor destaca em seu estudo os termos pejorativos que eram utilizados por esses periódicos, mencionando – segundo eles – “tudo de negativo, que acontecia naquela época, em Porto Alegre, ocorria neste local, na Colônia Africana”. Para Kersting, “essas visões e práticas de exclusão são estruturadas em representações coletivas, que, por sua vez, realimentam outras visões e práticas excludentes”.

Ainda nesse sentido, o autor comenta sobre a projeção mental que costumeiramente a imprensa projeta sobre um determinado grupo ou indivíduo, criando assim uma caricatura de sua situação e relação com outros indivíduos, não o real, mas aquilo que é representado sobre ele, não um “espelho”, mas uma representação do real. “A representação Coletiva é vista aqui como uma representação mental sobre o real, a partir da visão que um determinado grupo tem ou quer ter da sociedade” (KERSTING, 1994, p. 97).

¹⁰ Censos do RS: 1803-1850, 1981.

¹¹ Estes dados serão anexados no final do trabalho, para futuras pesquisas, além de constarem no gráfico no corpo do texto, objetivando mostrar o contingente populacional, suas profissões e locais que ocupavam na sociedade.

Na visão do autor, percebemos seu empenho em compreender a mentalidade da época que muito contribuiu para que possamos identificar os mecanismos de exclusão daquela população, denegrindo a sua imagem, que permanecia nos territórios e arrabaldes de uma capital em pleno processo de modernização, segundo os moldes europeus da época.

Os discursos e as imagens que a elite gaúcha lançou sobre a Colônia Africana, através de jornais e revistas da época, charges, contribuíram para o branqueamento do seu nome, de Colônia Africana para bairro Rio Branco, e redundaram, na década de 1960, com os projetos da administração pública, a expulsão de alguns habitantes destes territórios para o recém-criado bairro Restinga.¹²

Embora esta pesquisa se aproxime do trabalho de Kersting, do ponto de vista da sua pergunta, procura-se articular outros conceitos que deem continuidade à produção historiográfica, incluindo ainda a oralidade como base sólida, unida a uma micro-análise destes territórios e de seu cotidiano, entrando nessa discussão e dando continuidade ao tema.¹³

Outro trabalho que fornece elementos para a produção desta pesquisa analisa os antigos remanescentes quilombolas no Areal da Baronesa, em Porto Alegre, sob a ótica da ocupação dos locais, no fim da escravidão: *Que arraial que nada, aquilo lá é um areal: O areal da Baronesa: imaginário e História (1879-1921)* da historiadora Jane da Rocha Mattos (1999).

Esta região, hoje localizada no bairro Cidade Baixa, era conhecida antigamente como Areal da Baronesa, por se localizar na chácara da Baronesa do Gravatay, onde, após a abolição, os antigos cativos permaneceram, tal qual a Colônia Africana. Mattos comenta que a respeito destas duas localidades e atualmente sobre a presença da Colônia Africana “restam alguns prédios que datam do início do século XX, espalhados pelo bairro Bom Fim, que acabaram sendo ‘estrangulados’ por grandes edifícios” (1999, p. 23).

Praticamente, nada existe da antiga Colônia, ao caminharmos por este bairro, hoje partes do Bom Fim e Rio Branco. Percebemos, inclusive, que aquele foi ocupado por um contingente grande de negros, branqueou sua população. Segundo a autora (MATTOS,

¹² A respeito dos projetos *Remover para Promover e Renascença* ver D’AVILA, (2000).

¹³ A problemática de Kersting era: como as representações – discursos e imagens – criadas sobre o negro, durante a instalação da modernidade urbana em Porto Alegre, auxiliaram no processo de exclusão social e espacial da população da Colônia Africana, (KERSTING, 1994, p. 12).

1999, p. 24), “Habitando antigos prédios mantidos (nas ruas Casemiro de Abreu, Ramiro Barcelos), encontramos famílias empobrecidas ligadas aos segmentos negros da população.”

Os poucos que ainda persistem encontram-se em habitações humildes, embora possamos constatar, durante esta pesquisa, que alguns dos entrevistados afrodescendentes pareciam pertencer a uma condição financeira ascendente, como, por exemplo, o Sr. Jayme Moreira da Silva e o Sr. Osvaldo Ferreira dos Reis.

Sobre o Areal da Baronesa, a autora fala da sua importância histórica, “como a Colônia Africana, o Areal da Baronesa foi um território marcante na memória da cidade em relação à sua ocupação, sempre atribuída aos elementos africanos e seus descendentes” (MATTOS, 1999, p. 145).

O historiador Marcus Vinícius de Freitas Rosa foi o último intelectual, até a presente dissertação, que pesquisou sobre a Colônia Africana, fato que nos coloca numa imensa responsabilidade observando as suas conclusões, e não mostrando aquilo que já foi dito.

Sua obra intitulada *Além da Invisibilidade: História Social do Racismo em Porto Alegre Durante o Pós-abolição: (1884-1918)* (2014) gira em torno de conceitos fundamentais como a invisibilidade do negro no Rio Grande do Sul, principalmente através dos censos populacionais. O autor lembra o fato de que em 1872 ocorreu o último censo que referia a cor de uma pessoa, demonstrando, assim, a intenção de branquear ou, pelo menos, passar a ideia de que no Rio Grande do Sul a presença negra foi mínima, o clássico “mito da democracia racial”.¹⁴

O que mais nos interessa na tese de Marcus é a afirmação de que, além da imprensa, da polícia e dos órgãos públicos, outro fator que serviu para a expulsão das populações da Colônia Africana foram os atritos, brigas entre vizinhos e abaixo-assinados, entre imigrantes e os negros.

Essa sua afirmação é muito plausível, mas a nossa pergunta é: qual o lugar de importância ocupado pelos imigrantes no contexto histórico de Porto Alegre, na primeira metade do século XX, para que tivessem poder e contribuíssem para a desterritorialização dos afrodescendentes e, conseqüentemente, do seu realocamento em novos nichos populacionais em Porto Alegre? Esta questão move a pesquisa e será

¹⁴ Censos do RS: 1803-1850, 1981, p. 81.

a grande chave de investigação, pois sob esta adentramos em vários conceitos, como, por exemplo, o de branqueamento, o exílio e o controle social.

O conceito de branqueamento trabalhado nesta dissertação servirá para defender a ideia sobre os mecanismos de exclusão contra as populações de origem afro-gaúchas, e também para unir as teses dos autores mencionados anteriormente sobre a mobilidade urbana destes grupos. Além deles recorre-se a outros dois pesquisadores: Lília Moritz Schwarcz em *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil* (1993) e Petrônio Domingues com *Uma História não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo na pós-abolição* (2004), com o intuito de agregá-los a esta pesquisa.

Lília Moritz traçará um panorama sobre as teorias racistas e racialistas dos tipos humanos entre os anos de 1870 a 1930. Já Petrônio Domingues descreverá o cenário no final do século XIX, onde alguns intelectuais, dentre eles, Sílvio Romero e João Batista Lacerda, lançavam a ideia de que os problemas sociais do Brasil se davam por causa da presença negra na tipologia do brasileiro e que isso seria resolvido com o branqueamento. O Império brasileiro adotou esta ideia, incentivando a imigração de populações europeias, e é sabido que as primeiras levas de imigrantes nas regiões meridionais do Brasil aconteceram em 1824, com os alemães, porém o período de imigração mais intenso foi entre 1849 e 1872, já com a entrada dos italianos.

Não somente alemães e italianos vieram, outras etnias também chegaram, como judeus, poloneses, russos, austríacos, holandeses, orientais e, claro, portugueses e espanhóis. Muito deste “caldeirão de culturas” estabeleceu-se no bairro do Bom Fim e participou do processo de branqueamento das regiões anteriormente ocupadas por comunidades de ex-escravos, e também populações de baixa renda.

Esta informação pode ser indício das ideias mencionadas pelos autores acima a respeito dos mecanismos de demonização do Areal da Baronesa ou da Colônia Africana, através das representações coletivas. Sobre este fato, Mattos disserta e aponta Kersting como fonte.

No final do século XIX, Porto Alegre abrigou um dos mais célebres e conhecidos redutos de negros, a Colônia Africana. Território habitado pela população majoritariamente negra, teve o processo de ocupação semelhante ao dos outros territórios negros urbanos. Após a libertação, os africanos e seus descendentes ocuparam em Porto Alegre as áreas periféricas da cidade, próximo às várzeas. Alvo de campanha dos periódicos da época, a Colônia Africana era vista como *a cômica do crime* e *antro de bandidos*, e conhecida por suas *mães de santo* que tinham ali suas *casas de religião*. Com a expansão

da cidade, os moradores deste local “migraram” para outros bairros (MATTOS, 2000, p. 152).

Os cidadãos que ocupavam estes arrabaldes de Porto Alegre foram excluídos dos lugares sociais da cidade, e muitos estão, atualmente, à margem dela, daí o termo a eles aplicado de “marginais”, ou seja, estão na periferia, excluídos do processo socioeconômico político e cultural da cidade e de toda a modernidade que estava sendo implantada na época.

Como um dos aportes analíticos e “panorâmicos”, na segunda parte desta dissertação, utilizamos a obra de Norbert Elias e John L. Scotson *Os Estabelecidos e Outsiders* (1994), onde os autores executam uma experiência social produzida numa cidade da Inglaterra, Winston Parva. Nesse escrito, foi construída uma pesquisa de campo com duração de três anos, sob a forma de entrevistas. O objetivo era descobrir como as três comunidades conviviam em zonas separadas, junto a um grupo que se considerava mais antigo, os estabelecidos, projetando aos demais um estigma, fofocas e outros tipos de difamações no intuito de excluí-los daquele lugar.

Analisando comparativamente esta obra, dentro da Colônia Africana utilizamos a teoria de Elias às avessas, desmembrando os atores sociais, isto é, os afrodescendentes, que, nesse caso, serão os estabelecidos, e os *outsiders* serão aqui os imigrantes. Este método de análise terá êxito quando compreendermos que, nas relações complexas entre estes dois grupos de moradores da Colônia Africana, haverá a troca de papéis.

Os antigos moradores perderam força, possivelmente por não ocuparem os locais de poder que os legitimassem como estabelecidos e os protegessem contra a mobilidade social dos imigrantes que se avizinhava e penetrava em seus territórios, na forma de *outsiders*.

Estes, por sua vez, estavam na disputa por territórios e espaços habitados pelos estabelecidos, ou seja, os moradores da Colônia Africana. Teremos como objetivo a análise destas relações entre estes dois grupos, na tentativa de compreender se realmente a difícil convivência entre os estabelecidos e os *outsiders* contribuiu para a expulsão da maioria negra na Colônia Africana para a periferia da cidade.

Aproximamo-nos do estilo teórico de análise de Carlo Ginzburg para trazer à tona os espaços da socialização destes ex-moradores através dos seus depoimentos e histórias de vida e, para dessa forma, cruzar essas narrativas com as demais fontes

utilizadas nesse estudo. Um grande número de fontes de pesquisa será utilizado nesta dissertação, desde fontes primárias, iconografias e, principalmente, bibliográficas, portanto, justifica-se esse referencial teórico. Assim, utilizamos a micro-história como teoria de análise pela sua dimensão antropológica, sociológica e histórica, que trata as fontes particularizando-as e fundamentando esta pesquisa, com o intuito de responder à problemática em questão, analisando e cotejando ideias, traçando perspectivas a respeito das populações quilombolas em territórios urbanos da cidade de Porto Alegre. O próximo passo será descobrir para onde foram e como estão vivendo estas populações que anteriormente ocupavam os territórios da antiga Colônia Africana, ou seja, estamos entrando na discussão da problemática que envolve o deslocamento de populações pobres para as áreas menos valorizadas de uma grande cidade. O cerne desta questão são a invisibilidade e o exílio social.

Esta dissertação foi dividida e organizada em duas partes.

A primeira é uma tentativa de identificar a Colônia Africana sob o olhar da historiografia e da história oral apontando a sociabilidade do seu povo através dos seus relatos, com a subdivisão intitulada: *A Colônia Africana: um lugar de socialização*. Nesse sentido foram fundamentais as narrativas dos moradores e ex-moradores de descendência negra e branca, dispostos a contar um pouco das suas vivências e lembranças da vida cotidiana e social da Colônia Africana.

O objetivo da primeira parte desta dissertação é mostrar a história da Colônia Africana sob a ótica daqueles que lá viveram, considerando a formação do indivíduo como cidadão, mas fundamentada com teoria e bibliografia pertinentes.

Esquemáticamente, esta primeira parte foi dividida em três capítulos, sendo o primeiro com o título *Pré-Colônia Africana*. Apesar de não constituir pretensão o aprofundamento dos primórdios da história desta comunidade, se faz necessário, principalmente, como capítulo introdutório: uma pequena, mas importante análise sobre o contexto histórico do Rio Grande do Sul, a formação da Província até a constituição da capital gaúcha em 1773.

Posteriormente, começaremos a descrever, a partir dos olhares da historiografia, as possíveis origens da Colônia Africana, um lugar, até então, esquecido, pois não é um quilombo, nem existe mais fisicamente, apenas na memória dos seus descendentes ou fundiu-se a outras comunidades negras, como a Família Fidélis e a Silva.¹⁵ Mais tarde,

¹⁵ O Estudo *Quanti-Qualitativo da População Quilombola do Município de Porto Alegre/RS* Porto Alegre, realizado pela UFRGS/FAURGS – FASC em (maio de 2008), p.134, faz algumas observações sobre as

com o fim da escravidão, estes locais seriam ocupados pelas populações de maioria negra de Porto Alegre.

O capítulo seguinte *Jayme Moreira da Silva: um cidadão da Colônia Africana* apresentará uma série de entrevistas feitas com ele e outros ex-moradores, negros e brancos, tentando apreender as suas sociabilidades e o seu cotidiano.

Este capítulo tem como objetivo, além de captar o seu cotidiano, também perceber a ascensão ou os entraves dos afro-gaúchos dentro desta comunidade, mas, além disso, o que representava ascender socialmente para estas categorias.

O capítulo *As imagens da Colônia Africana: um lugar de socialização* nos aproximará da história da Colônia e analisará as imagens do carnaval e outras festividades, recorrendo à bibliografia pertinente, no intuito de contextualizar o tema. Assim, pretendemos expor a totalidade histórica e as representações contidas nas imagens. Os símbolos visíveis nas fotografias ajudam a entender os processos ideológicos que fizeram parte da sua produção, assim como a compreensão da fotografia como uma representação do real e não como reflexo da realidade.

Na segunda parte, denominada *Os Outsiders às avessas*, remetemos este título à obra já citada de Norbert Elias e John L. Scotson *Os Estabelecidos e os Outsiders* (2000), teremos como objetivo a análise destas relações entre estes dois grupos, na tentativa de compreender se realmente a difícil convivência entre os estabelecidos e os *outsiders* contribuíram para a expulsão da maioria negra da Colônia Africana.

Seguindo neste capítulo desenvolveremos uma argumentação para responder à problemática sugerida por este autor: como se deu o processo de desterritorialização e a realocação do povo afrodescendente da Colônia Africana na periferia de Porto Alegre.

comunidades afrodescendentes que são tributárias da extinta Colônia Africana: “Se no século passado o entorno de Porto Alegre eram a Ilhota, o Areal da Baronesa, a Colônia Africana e a Cidade Baixa, com imensos territórios negros, a memória viva desse cinturão negro se monumentaliza hoje na forma de pequenas comunidades remanescentes de quilombos. É assim que, mesmo se fugidos de outros espaços de escravidão e racismo no interior do estado, quando se reterritorializam em Porto Alegre, a Família Silva e a Família Fidelix não deixam de percorrer no território da memória da cidade, respectivamente a Colônia e a Ilhota, das quais se fazem monumentos”.

PRIMEIRA PARTE:

A COLÔNIA AFRICANA: UM LUGAR DE SOCIALIZAÇÃO

“Se um indivíduo traçasse uma árvore genealógica “conceitual” que recuasse quinhentos anos, e presumisse, que ele ou ela descendia apenas de um modo de cada ancestral, a árvore poderia ter mais de um milhão de ramos no topo. Embora, na verdade, muitos indivíduos fossem representados em mais de um ramo – recuando tanto assim, todos teremos descendido de muitas pessoas por mais de um caminho -, fica claro, como resultado, que a concepção matrilinear ou patrilinear de nossas histórias familiares é uma drástica sub-representação da gama biológica de nossa ancestralidade” (APPIAH, Kwame Anthony. 1997, p. 57)

1. PRÉ-COLÔNIA AFRICANA

Por volta do final do século XIX, a capital gaúcha ensaiava o fim da escravidão com todas as suas contradições características da história e relevantes em torno da libertação dos cativos. Mesmo com a falsa liberdade dada aos escravos na capital em 1884, conforme cita historiografia recente, estes tinham de permanecer com seus senhores mais 7 ou 10 anos para pagar o capital investido. Nesse contexto, nascem, no “seio” de Porto Alegre, muitas comunidades afrodescendentes, formando aquilo que a historiadora Sandra Jatahy Pesavento denominou “cinturão negro”, pois se estabeleciam nas adjacências da capital gaúcha entre o centro e os demais distritos desta cidade (PESAVENTO, 2001, p. 90).

Desta falácia, que foi a abolição em Porto Alegre, 1884, sobressaíram, nesta capital, territórios ocupados por populações oriundas do antigo sistema escravista.¹⁶

¹⁶ Conrard (2009), apud Assumpção, 2013, p. 248. MOREIRA, P.R.S. *Os Cativos e os Homens de bem – Experiências Negras no Espaço Urbano*. Porto Alegre: Edições EST, 2003, v.1. p. 356.

Em 1884, o Rio Grande do Sul conheceu um amplo movimento de emancipação de cativos (MAESTRI, 2002). Outra referência no livro da pesquisadora Irene Santos cita as páginas 2 e 3 do Livro de Ouro da Câmara Municipal que registram ata da sessão comemorativa da Abolição, ocorrida ao meio-dia de 7 de setembro de 1884 (SANTOS, 2005). Mas, todo este movimento emancipacionista de 1884 no Rio Grande do Sul mostrou-se uma falácia, pois o escravo ficava atrelado ao escravocrata por mais alguns anos, até pagar o capital investido pelo seu senhor. Como bem observou Conrard (2009, apud Assumpção, 2013, p. 248): “O movimento libertador que alcançou um auge de intensidade no Rio Grande do Sul em agosto e setembro de 1884, não foi, portanto tão claramente idealista ou até tão completo quanto os do Ceará e

Estes cinturões negros se estabeleceram nas cercanias da capital gaúcha, que, na época, eram chácaras de propriedade de Dona Laura, os Mostardeiro, Mariante e a Baronesa do Gravataí. A esse respeito, Valéria Zanetti comenta sobre a importância das chácaras de Porto Alegre na produção de gêneros de subsistência que “ficou registrada na procura de trabalhadores, principalmente escravizados, para executarem tarefas ligadas ao plantio e tratamento da terra, anunciada nos jornais da capital”. E sobre a localização dessas terras, a autora relata que “algumas chácaras localizavam-se no Caminho do Meio (*hoje as Avenidas Protásio Alves e Osvaldo Aranha – grifo meu*), Caminho Novo, Azenha e Varzinha” (ZANETTI, 2002, p. 55).

Estes afrodescendentes contribuíram para a formação da nossa cultura, muito arraigada em cultos afros, festividades, confrarias religiosas e clubes esportivos, deixando gravadas as suas “matrizes” culturais em depoimentos, narrativas, fotografias e com o seu trabalho.

Esta dissertação vai ao encontro das questões relacionadas aos afrodescendentes de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em fins do século XIX e início do XX, especificamente a localidade da Colônia Africana. A comunidade em questão encontrava-se nesta capital, espremida entre os arraiais São Manoel e São Miguel, próximos ao antigo Campo do Bom Fim, atualmente dividido entre os bairros do mesmo nome e o Rio Branco.

O centro da cidade de Porto Alegre, até meados do século XIX, o principal reduto administrativo e comercial do Estado, tenha como principal fonte de mão de obra, como

do Amazonas. Numa questão de meses, dois terços dos sessenta mil escravos dessa província do sul receberam a condição de livres, mas a verdade é que a maioria foi obrigada a continuar dando seu trabalho, sem pagamento a seus antigos senhores durante um a sete anos. O movimento no Rio Grande do Sul, conforme The Rio Hews afirmou no jornal de 1884, deverá ser diferenciado dos movimentos do Ceará e do Amazonas, pois é de natureza muito menos liberal e generosa. Quase todas as libertações estão sendo concedidas em condições de tempo de trabalho ou aprendizagem que se verificam, em grande parte, para um período de cinco anos”. O historiador Staudt (2003, p. 200) fala sobre a farsa que foi a abolição neste momento: “não passa de uma falácia, pois é evidente que não existiram alforrias gratuitas, ou como dizia o costume da época que estudamos: *sem ônus ou condição*. As libertações que acompanhamos graças aos documentos pesquisados foram sempre concedidas em troca de anos de trabalho ou serviços especiais (em casos de doença, por exemplo), seja de quem recebia a alforria ou de seus parentes mais próximos, mães principalmente”. Para completar esta informação e demonstrar que não houve abolição, e que isso foi uma farsa, Zubaran (2009, p. 2) esclarece “o argumento que as elites políticas regionais construíram em um discurso regional abolicionista que se apropriou das narrativas de um passado glorioso de tradições libertárias rio-grandenses para legitimar a estratégia da emancipação condicional promovida pelo movimento emancipacionista de 1884. Esse discurso regional abolicionista circulou na imprensa local, nas atas da Câmara Municipal de Porto Alegre e nas falas do Presidente da Província e esteve associado a um conjunto de símbolos construídos em torno do marco abolicionista de 1884”.

no resto do país, a escrava. Quitandeiras e escravos de ganho circulavam pelas ladeiras do centro à procura de uns “trocados” na permuta e venda de suas mercadorias, restando ao negro ficar à margem do mercado de trabalho, como as capinas, carregamento de mercadorias ou serviços irregulares de biscates às margens do Mercado Público e nas adjacências do centro da cidade.

Esta cidade, que fora elevada à capital da Província em 1773, muito antes de se tornar uma vila (1810), passou por um processo de desenvolvimento a partir do seu centro, abriu flancos de progresso como num leque de ruas. Progresso para quem? Todos estariam inclusos na remodelação desta cidade *à la francesa*? Claro que não!

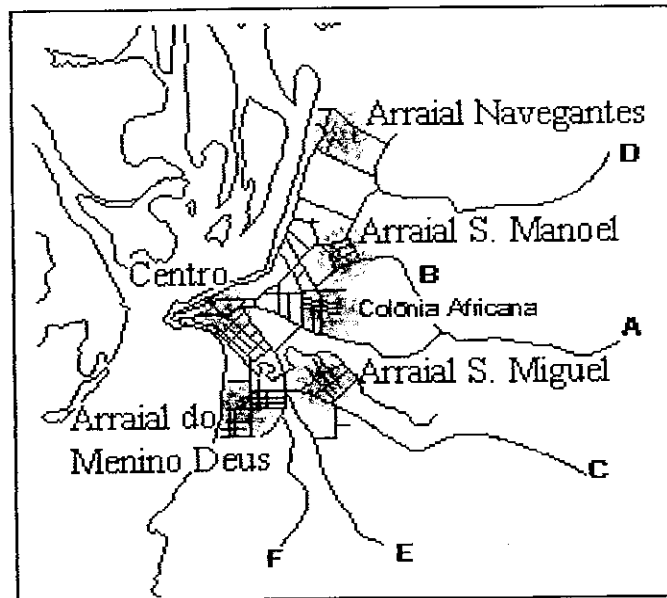
Ao mesmo tempo em que se descortinava essa nova cidade, com novos flancos de espaços geográficos abrigando conjuntos de prédios administrativos, públicos e comerciais, “brotaram” naquele solo renascente instituições como a Santa Casa de Misericórdia (1826); o Banco da Província (1850), a Cadeia Civil (1855), o Teatro São Pedro (1857), o Mercado Público (1863) e o hospital Beneficência Portuguesa (1867). Para os pobres e os malvistos não havia muito espaço, e não eram mais bem vindos por ali (MÜLLER, 1997).

Junto desse desenvolvimento porque Porto Alegre passava, coexistiam moradores ricos em sobrados e trabalhadores pobres em pensões e cortiços, em sua maioria negros. Também coexistiam, nesses lugares, soldados rasos, imigrantes, cativos, carregadores e jornaleiros (entenda-se esta última profissão como uma pessoa que trabalha em diversas funções...).¹⁷

Com a abertura do espaço urbano, principalmente da Avenida Borges de Medeiros, muitos desses cortiços, porões ou casas de cômodos, sem as mínimas condições de existência, foram removidos e, logicamente, seus moradores tiveram de habitar lugares em que a densidade demográfica era ínfima, locais até então muito pouco habitados, ou cobertos por matagais, fora do centro econômico de Porto Alegre. Estes locais “desabitados” e cobertos por vegetação densa faziam parte das chácaras e dos arraiais nas proximidades do centro da capital gaúcha. Como pode ser percebido no mapa abaixo:

¹⁷ Segundo ROSA (2014, p. 7), “indivíduos que aceitavam desempenhar temporariamente as diferentes atividades de trabalho que surgissem. As mulheres, por sua vez, desdobravam-se entre as atividades de lavadeiras, criadas domésticas, cozinheiras, amas de leite e mucamas”.

Figura 2: Mapa dos arraiais de Porto Alegre e seus acessos (1880)



Lista dos acessos:

A - Caminho do Meio; B - Estrada dos Moinhos de Vento;
 C - Estrada do Mato Grosso; D - Estrada para Gravataí;
 E - Estrada de Belém Velho; F - Estrada da Cavalhada.

**Arraiais de Porto Alegre e seus acessos (c. 1880),
 com a indicação da localização da Colônia Africana**

(Fonte: KERTING, 1998, p. 104)

Ainda neste final de século, imigrantes de diversas nacionalidades europeias contribuíram, involuntariamente, o branqueamento e a composição desses núcleos habitacionais, personificando o processo de favelização que se avizinhava no Brasil, “empurrando” as populações negras e pobres para as periferias nacionais.

Essa ideologia foi formulada nos Estados Unidos e adaptada “à brasileira” por intelectuais no Brasil, para branquear a população nacional, sendo apoiada e patrocinada pelo Império, com o incentivo desse, a vinda de imigrantes europeus. Esse fato teve consequências no Brasil, em primeiro lugar: com a chegada desses imigrantes, no fim do período escravista, se dará a substituição da mão de obra afrodescendente pelo imigrante recém-chegado. Nesse sentido, o afrodescendente perdia a oportunidade de entrar, ou permanecer, no mercado de trabalho, ficando à margem do sistema produtivo e, desse modo, estaria desqualificado e desempregado.

Percebemos a segunda consequência quando estes se encontram fora do processo produtivo e, monetariamente, em condição econômica desfavorecida muitas vezes os locais para habitar são os mais baratos e longínquos, consecutivamente com infraestrutura precária.¹⁸

Esses os lugares foram os sobram para as categorias pobres existir e habitar. Não despertaram o interesse da especulação imobiliária mantendo-se desvalorizados e desabitados, pois, se situavam-se fora dos grandes centros urbanos.

No caso de Porto Alegre, colocando-se, então, à margem da sociedade, ou seja, este exílio social tinha endereço certo – os bairros São João, Navegantes e, após os anos 1960, a Restinga. Com o tempo, esta margem, em forma de cinturão negro, vai sendo deslocada para a periferia da cidade, e o processo de favelização se faz presente.

Ao saírem do centro da capital gaúcha, ou do jugo da escravidão, eram dois os bairros iniciais em que os negros se aglomeravam, em finais do século XIX e início do XX, denominados de Colônia Africana e Cidade Baixa. Não é tema desta dissertação discutir sobre as origens destes lugares, pois a historiografia já o fez, mas daremos um breve panorama, segundo estudos anteriores, sobre estes lugares.

1.2. Colônia Africana sob o olhar da historiografia

Antes de adentrarmos na história da Colônia Africana, sua localização espacial e o processo de deslocamento dessa comunidade, se faz necessário que compreendamos o contexto histórico em que a capital gaúcha se inseria. Para isso, a historiadora Margaret Marchiori Bakos assinala que a capital rio-grandense remonta

aos primórdios da efetiva ocupação portuguesa dos territórios ao sul do país, ambicionados pelos castelhanos.

À vinda de lagunenses, aqui chegados para defender o Rio Grande, e à de casais açorianos, para povoar as Missões, que haviam passado a Portugal

¹⁸ No último capítulo faremos uma amostragem comparativa com o processo de favelização do Rio de Janeiro e como a imprensa legítima a construção dos locais de controle social.

pelo tratado de Madri, deve-se à construção do primeiro aglomerado de palhoças às margens do Guaíba no decorrer da segunda metade do século XVIII. Após quase 20 anos de espera, os açorianos começam a receber as terras prometidas no país, ao que segue o paulatino desenvolvimento das primeiras freguesias em Mostardas, Estreito, São José do Norte, Taquari, Santo Antônio da Patrulha, Cachoeira e Conceição do Arroio. Porto Alegre faz parte deste seletivo grupo de cidades gaúchas de tão remotas origens históricas. O pequeno número explica-se pelo próprio processo de povoamento da região (BAKOS, 2013, p.21).

Toda a movimentação em disputas de território amalgamam uma gama de populações de várias etnias, estrangeiros brancos, pretos, dentre eles afrodescendentes que trabalhavam nas chácaras da capital, durante o período escravista.

Um destes territórios, citado acima, pertence ao Caminho do Meio, nas imediações do centro de Porto Alegre, hoje bairro Bom Fim, e partes do Rio Branco que antes disso era Colônia Africana.

Sobre a denominação “Colônia Africana” para designar um destes locais, não há consenso, apenas conjecturas promovidas pela historiografia. Apesar de não ser o objetivo deste trabalho falar sobre as origens desta população, como também a denominação Colônia Africana, compreendemos ser necessário, ainda que breve, situar o leitor sobre estas questões. Portanto, dentre os historiadores que abordaram este tema encontramos, na tese de Marcus Vinícius de Fretas Rosa, *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)* (2014), análise das relações raciais nesta capital, principalmente nos territórios negros, Areal da Baronesa e Colônia Africana. Tendo como base a historiografia anterior, tais como Sérgio da Costa Franco, Sandra Pesavento, Eduardo Kersting e Jane Mattos, Rosa aponta um caminho interessante, embora lacunado.

Descreve e comprova alguns conflitos na Colônia Africana, entre moradores pretos e brancos (em muitos dos relatos ou inquéritos policiais estes brancos eram imigrantes), tais como, briga de vizinhos, desordens e falta de pagamento de aluguéis. Como resultado destes conflitos, muitos negros teriam sido expulsos de suas residências. Um dos pontos de análise da tese do autor situa-se em “demonstrar que a expulsão de uma parcela dos moradores – justamente os negros – não foi tarefa levada a cabo exclusivamente pela higiene pública, pela especulação imobiliária, pela polícia ou pelos administradores municipais”. Até esse momento, Rosa cita o enfoque que Kersting deu na sua dissertação, o diferencial na sua tese segue quando diz: “tal processo de

profilaxia social contou também com a participação de proletários que viviam no bairro e compartilhavam com os negros a vala comum da miséria” (ROSA, p. 47, 2014).

É interessante o apontamento do autor sobre esta comunidade, formada na sua maioria por descendentes de escravos, mas também composta por segmentos de outras etnias e imigrantes europeus, portanto seria natural que as “lutas” intestinas acontecessem no intuito de buscar um “lugar ao sol”. Mas dizer que brigas de vizinhos foram capazes de expulsar uma maioria negra a ponto de, atualmente, ao se caminhar pelas ruas do Bairro Rio Branco, se ver pouco ou quase nada de afrodescendentes, acreditamos ser uma afirmativa muito forte. A não ser que estes proletários, imigrantes ou não, ocupassem algum posto importante dentro da comunidade, na polícia, ou na administração municipal. Buscaremos essas informações ainda nesse subtítulo.

Voltando às origens da Colônia Africana, a historiadora Sandra Jatahy Pesavento, em seu livro *Uma outra cidade, o mundo dos excluídos no final do século XIX* (2001), faz menção a outros acadêmicos, inclusive ao cronista Ary Veiga Sanhudo, que versaram sobre este tema, buscando explicações de onde veio a população negra que ocupou aquele lugar. Segundo a autora, “a Colônia Africana foi uma área da cidade que se constituiu na época da abolição da escravatura e integrada pelos elementos saídos do regime servil. [...] Kersting, porém, aprofunda as possibilidades de formação desse território”.

A historiadora, além de nos dar pistas sobre a origem destas populações, também escreve sobre a procura destas por locais mais distantes do centro da capital gaúcha, “a partir do processo paralelo de extinção da escravidão e da procura das populações pobres por áreas onde instalar-se, em zonas cada vez mais distantes do centro”, Kersting sai em busca dos antigos proprietários dos terrenos onde se instalou a Colônia Africana. Ainda nesse sentido, estes locais que receberiam estas populações eram pequenas chácaras que abasteciam Porto Alegre e empregava mão de obra cativa no trabalho, o que será indício de permanência nesses locais por esses trabalhadores escravizados após a abolição. O resultado desta investigação redundou “nos nomes das antigas famílias Mariante e Mostardeiros, antigos donos das terras daquele local, tal como de escravos, e que legaram seus nomes às ruas próximas daquela região que se enfoca” (PESAVENTO, 2001, p.74-75).

Pesavento condensa alguns escritores que fizeram estudos sobre as origens étnicas da Colônia Africana, dentre eles a já citada obra de Kersting (1988). Este autor, além de contribuir para a historiografia, com seu estudo sobre elementos que agiram na expulsão dos moradores para a periferia da capital gaúcha, tais como a imprensa e os órgãos municipais; ainda dividiu a história da Colônia Africana da seguinte forma

1- desde o seu estabelecimento, por volta dos anos da abolição, até aproximadamente o início da década de 1920, quando ocorreram algumas modificações na área. Esse período abrange desde o aparecimento da Colônia Africana, passando pela época em que foram criadas as representações sobre o local, identificando a área com a criminalidade, até as primeiras ações no sentido de urbanizar o local, juntamente com a penetração da igreja católica na região e o surgimento da denominação “Rio Branco”, visando apagar a antiga imagem negativa do bairro, já bem mais heterogênea etnicamente:

2- da década de 1920 até um período incerto, entre as décadas de 1940 e 1960: é quando se completa a descaracterização da área como território essencialmente negro, com a valorização imobiliária, a urbanização acelerada e a progressiva e acentuada expulsão da maioria dos antigos moradores negros (KERSTING, 1998, p.11).

A localização deste território, segundo Kersting e depoimentos de ex-moradores, situava-se no 3ª distrito de Porto Alegre.¹⁹ Embora não se possa comprovar, pois existe muita controvérsia entre alguns ex-moradores, mas as ruas que demarcavam sua localização eram: Ramiro Barcellos, Mariante, Mostardeiros e Caminho do Meio.

O mapa indicado anteriormente, retirado do livro *Colonos e Quilombolas: Memória Fotográfica das Colônias Africanas de Porto Alegre*, de Irene Santos (2010), salienta que, além de a Colônia situar-se nas imediações da capital gaúcha, era cercada por duas igrejas importantes: Piedade e do Divino Espírito Santo e cortada pela antiga rua Caminho do Meio, tendo como parque principal o Farroupilha que, na época, não era tão arborizado quanto atualmente.

¹⁹ PESAVENTO, 2001, p. 77.

Figura3: Igreja Nossa Senhora da Piedade (1928)



Fonte: Acervo particular Jayme Moreira da Silva

Para Kerting, a igreja da Piedade surgiu “em 1889, no pequeno número de moradores católicos da Colônia Africana que obtiveram a permissão do Vigário Capitular da diocese de São Pedro do Sul para construir uma capela”. Nesse sentido, temos de entender que talvez não fosse apenas uma vontade da “pequena” comunidade ter uma igreja nesse local, máxima necessidade da própria instituição em afastar aquelas pessoas dos terreiros de religiões de matriz africana que eram muitos, implantando ali um centro religioso católico, com invocação da Nossa Senhora da Piedade. “O terreno havia sido doado à Igreja católica, em 1888, por Polidório Mariante, localizado na rua Boa Vista, futura Rua Cabral. Em 1905, as obras daquela área, só foram possíveis a sua conclusão e inauguração em 1913” (KERSTING, 1998, p. 182).

Através do depoente Renildo Baldi, conseguimos o livro *Paróquia de Nossa Senhora da Piedade* (1958), confeccionado pelas ordens religiosas de Porto Alegre. Este material, obviamente, está impregnado da moral religiosa, e afeta a descrição sobre a formação e constituição da população nestes arredores, condenando muitas vezes o tipo de religiosidade nos terreiros como algo pejorativo e supersticioso.

Fica claro, no livro, que o objetivo era deixar a história dessa congregação religiosa gravada dentro da Colônia Africana, e dos que lá participaram, com as suas inúmeras associações religiosas e educacionais. A área de abrangência e a sua fundação, segundo este escrito, deram-se, “na data de 22 de janeiro de 1916”. Nesse sentido parece que há uma disparidade de datas entre a citação de Kersting e a citação acima, pois possivelmente a obra não tenha ficado pronta em 1913 como o autor pensou.

A área de abrangência, sendo isso o mais importante aqui, era “todo o território compreendido entre a rua Dona Laura e o Arroio Dilúvio, desde a rua Ramiro Barcellos até o município de Viamão” (BALEM, 1958, p. 9). Fica comprovado que a obra realmente terminou em 1913, pois a prestação de contas das custas desta obra é citada logo em seguida: “o balanço geral das custas da construção da capela de Nossa Senhora da Piedade, desde o ano de 1908 até os eu término em agosto de 1913 foi de (Cr\$ 3:784\$100)” (BALEM, 1958, p. 12).

A tentativa de branquear, espiritualmente, a Colônia, como já foi dito por Kersting, uma espécie de “cruzada” cristã, destinada a agregar entre as suas ovelhas mais adeptos, pode ser verificado no instante em que o Balem se refere ao antigo bairro “Rio Branco, mais conhecido por Colônia Africana, que estava entregue à sua própria sorte, tanto no terreno material como no espiritual. Além disso, pesava sobre este a degradante fama como sendo lugar de crimes e de horrores” (BALEM, 1958, p. 18). Da mesma forma que cronistas da época, como Ary Sanhudo Veiga, o padre João Balem, também destilava seus comentários pejorativos sobre as populações da Colônia. E pode-se pensar que o intuito era o mesmo – excluir, através da segregação essas pessoas, idealizando [transformar este lugar em algo melhor de se viver – *inserção nossa*].

Nessa relação, entre a paróquia e a comunidade à sua volta, o objetivo era assistencialista, pois a Igreja acreditava que precisava ajudar aqueles adeptos das credices supersticiosas e muito apegadas “às religiões espíritas” e religiões de matriz africana, assim, salvando suas almas.

Encontramos neste escrito alguns casos de pais e mães de santo que, apesar de cultuarem, em seus terreiros e casas de santos, as suas religiões umbandistas ou de Nação, ainda assim continuavam a ser católicos. Fato que pode ser percebido quando o pároco relata que encontrou um homem (não fica claro se é negro ou branco) dizendo ser muito católico, e que também era Pai de Santo, possuindo uma casa de “batuque”. O pároco descreve que existe nesse homem uma incoerência que “é incompatível ao ser humano adorar dois deuses”. Segue ainda narrando que o homem, muito sorridente, lhe

responde “ora, seu vigário, eu sou e serei católico, mas, o Sr. sabe, o meu salário não chega para o sustento dos meus e, por isso, eu tenho que ter este biscate” (BALEM, 1958, p. 26-27).

Fato muito comum entre os afrodescendentes, logo após a escravidão, e ainda observado no período desta pesquisa, a prática como forma de adquirir algum ganho. Praticar os seus serviços religiosos, seja numa Casa de Santo, ou na sua própria casa para poder suprir as suas necessidades financeiras, era prática comum.

O Rio Grande do Sul tem uma particularidade a respeito da religião afrodescendente. Neste Estado concentrou-se grande parte dos elementos religiosos africanos, justamente por ter sido, durante muito tempo, a parte do Brasil que recebeu ocupação e intervenção tardia, e, assim as comunidades negras puderam cultuar sua religião com menos intervenção do estado que em outros locais do país. Desta feita, surgiu no estado gaúcho uma religião distinta do resto do Brasil, a Casa de Nação.

Sobre as instituições de caridade descritas neste livro, encontramos de dois tipos: algumas que prestavam trabalhos assistencialistas às pessoas carentes e outras associações, organizadas pela Igreja, e mantidas através de doações da população local. Todas elas, na maioria das vezes, praticavam a caridade ou exerciam atividades esportivas, educacionais ou religiosas.

Estas associações católicas eram para “leigos de ambos os sexos com o fim de excitar os fieis sempre mais à piedade e à devoção, bem como para estreitar entre eles os laços de caridade cristã, pela prática do apostolado omnímoto e também pelo esplendor do culto” (BALEM, 1958, p. 47). Ao que parece estas associações estavam direcionadas para a comunidade em geral, independente da sua cor, etnia ou nacionalidade. Entretanto algo era visível a imposição da fé católica àqueles que se beneficiavam ou eram associados a estas instituições.

Dessa forma, cada vez mais percebemos a Igreja da Piedade, assim como outras igrejas em Porto Alegre, como uma “cruzada” civilizatória cristã em oposição aos cultos afro, as religiões de matriz africana nos territórios negros da capital gaúcha.

O texto continua defendendo que seus associados devam ser “bons católicos, que, por sua vez, aspirem em santificar-se” (BALEM, 1958, p. 47). Continuamos então fazendo a analisando estes fatos aculturais praticados por estas associações implantadas no seio dos territórios negros de Porto Alegre. Ainda mais quando encontramos expressões neste escrito demonstrando que serão “dignos de louvor” aqueles fieis que começam a compor algumas dessas associações, ou ao menos

recomendada pela Igreja. Sabemos que não é nenhuma novidade a ideia do monopólio do conhecimento religioso, que deveria ser passado para as pessoas e, nesse caso, se daria através, além da própria paróquia, pelas associações assistencialistas.

Dentre as associações encontramos a Pia União das Filhas de Maria. Nessa associação, as jovens se colocam sob a especial “proteção da Virgem Maria Imaculada” para merecerem as necessárias virtudes de fidelidade aos seus deveres religiosos e sociais, serem “preservadas do contágio corruptor do mundo e se prepararem dignamente para a nobre missão de sua vida futura” (BALEM, 1958, p. 51).

A exemplo da associação acima, encontramos diversas outras elencadas neste livro, tais como: Liga do Menino Jesus, Ação Católica, Aliança Católica, Pia Associação dos Tabernáculos, Pia Obra das Associações Sacerdotais (BALEM, 1958, p. 51–61). Não é o caso aqui de fazer uma descrição exaustiva sobre cada uma destas associações assistencialistas, mas, pelo que observamos nas fotografias, que mostram todos os integrantes em frente de cada sede, a etnicidade era bem variada. Este fato é-nos interessante, pois procuramos compreender a força que unia os imigrantes dentro da Colônia. Sendo eles associados a estas casas, poderiam então, através das suas congregações, branquearem a localidade, ou “formatar” os que lá frequentavam.

Devemos entender que as associações religiosas estarão inseridas em um espectro de fortalecimento de seleção e, consecutivamente na segregação de outros grupos não pertencentes ou não aderentes aos preceitos religiosos católicos.

Compreendemos, assim, que os locais de poder ocupados por essas associações religiosas eram possivelmente de contingente branco e, em algumas vezes, imigrante. Nesse sentido, a historiografia aponta um dado relevante que deve ser levado em consideração, nos ajudando a abarcar essa ideia e ir ao encontro da possibilidade de que, além dessas associações, as comunidades brancas, e possivelmente imigrantes, ocupavam os postos policiais, legitimando-os e estabelecendo uma força repressiva nas regiões em que atuavam. A autora Claudia Mauch, em *Dizendo-se Autoridade: Polícia e Policiais em Porto Alegre, 1896-1920* (2011), cita em sua tese que “a polícia constituía-se em uma das boas alternativas para os imigrantes recém-chegados” (MAUCH, 2011, p. 116).

Sobre a área de abrangência da delegacia de polícia situada na Colônia Africana, a partir de 1896 teremos a localização deste 3º Distrito de Polícia nos seguintes locais: Arraiais de Navegantes e São Manoel, Moinhos de Vento, Colônia Africana, Campo da Redenção e demais regiões entre as ruas Voluntários da Pátria, Estrada dos Moinhos

de Vento e Caminho do Meio. Posteriormente, 1915 e 1926, os locais de abrangência deste posto policial estendiam-se além desses locais: na avenida Independência, Floresta, Estrada do Mato Grosso até a divisa com Viamão ao leste (MAUCH, 2011, p. 57).

Uma história interessante narrada pelo depoente Osvaldo Ferreira dos Reis e que pode ser confirmada por Much, sobre o Pascoal Parulla, conhecido na Colônia como “capitão Parulla”. Nascido na Argentina e registrado no Brasil, em 9 de abril de 1887, chefiava o posto policial da Colônia Africana nos anos 1930, o 3º Distrito.²⁰ Sobre o capitão Parulla, Reis comenta que

“O Capitão Parulla, foi um grande Capitão que tinha um posto de polícia na Colônia Africana, na Casemiro de Abreu próximo ao salão do Rui, ele era o chefe da ordem e dos costumes desta localidade, e ele aplicava a pena por prestação de serviços para a comunidade. Sempre que dava um problema no salão do Rui, vinha a milícia dele com seus dois guardas e prendiam os brigões e estes ficavam detidos até o meio dia de domingo. Sabe o que ele fazia com os negros? Botavam eles a capinar a rua. Tem dois sentidos aí, uma era a prestação a serviço para a comunidade que não existia, a pena era paga pelo corpo. Segundo era a humilhação. Então todo negro arruaceiro que fugisse do Capitão Parulla, virava malandro. Meu avô se orgulhava de ter fugido do Parulla, ele conhecia todas aquelas voltas ali, sem falar da proteção das amigas da mãe dele onde ele batia na porta e ela abria e ele entrava se escondendo. O Parulla não tinha motivo nenhum para entrar numa casa de uma senhora respeitada, então elas podiam abrigar quem quisesse, e por sinal ele era casado com uma negra. Então tinha essa figura de disciplina e ordem do Capitão Parulla. As famílias aceitavam esse sistema do Parulla e os jovens que fugiam dele ganhavam respeito e viravam malandros”. E como bom malandro se vestia bem, tinha muitas mulheres, trabalhava na construção civil, na indústria de fábricas de tintas Renner como o meu avô, trabalhavam no Cais do Porto, vendendo jornal e se vestiam bem. As mulheres não podiam repetir roupas, de um baile para o outro, esse é um momento de autoestima do negro, era preciso que ele se sentisse bem, pois, “saíra da cozinha não há muito tempo” (informação verbal, 2011).

Portanto, o capitão Parulla era apresentado na Colônia Africana como uma figura “folclórica” disciplinadora, e de certa forma romanceado pelo depoente. Em nenhum momento percebemos a preocupação com o fato de ele ser branco e imigrante. Mas, evidentemente, alguns questionamentos permeiam a mente deste autor, tais como: havia alguma perseguição dele aos negros? Talvez nunca saibamos a resposta. Mas fica a

²⁰ Depoimento de José Parulla, o “Parullinha”, citado em: BORGES, Sergio Ivan. *A Guarda Civil e a Revolução de 30*. Porto Alegre: s/ed., 1980. P.48-52. Registros de Matrículas de Servidores. Fundo 3. 8, códices 3. 8/2, 3. 8./4, 3. 8/7 e 3. 8/14. AHPA.

pergunta. Na fala acima, do ponto de vista do narrador, a prestação de serviço tinha como objetivo efetuar os ofícios que a comunidade necessitava e não recebia da administração pública, ou servia apenas para humilhar o “meliante”? A nova pergunta que se faz é: essas penas de exposição do corpo eram aplicadas para os brancos também? Parece-nos que a pena paga através da exposição do indivíduo vai além da humilhação, permeia uma demonstração de força e de poder de quem oprime, nesse caso um homem branco travestido de autoridade policial fazendo justiça aos moldes de um “capitão do mato”. Nesse sentido a história gagueja.

Em outro ponto da entrevista, Reis assinala:

O Borel ²¹ dizia assim: o Parulla não era mau, ele era casado com uma negra, ele estava integrado na comunidade, então automaticamente o comportamento dele era aceito pelas pessoas, a ideia da repressão era normal, a ideia da malandragem era superar o Parulla. E o Parulla deixava passar, ele prendia um tempo e depois levava o cara para almoçar em casa, não batia, só limitava o direito de ir e vir. Ele foi o primeiro cara a adotar a prestação de serviço comunitário na Cidade. Então aquele negro que estivesse capinando domingo de manhã tinha sido preso pelo Parulla. Poderia ele ter usado a força, na hora da prisão para os mais exaltados, mas nunca ouvi dizer que ele tenha disparado um tiro contra um negro como hoje ocorre com a Brigada Militar (Informação verbal, 2011).

Na opinião de Reis, a ideia de repressão foi abrandada pela folclorização do capitão Parulla. Mesmo que os mais antigos, como no caso do mestre Borel, atenuem a sua condição de autoridade policial justificando isso por ele ser casado com uma negra.

Aprofundando essa discussão sobre a prestação de serviços para a comunidade, com a exposição do corpo e, conseqüentemente, a sua humilhação como uma forma de demonstração de poder sobre o outro, nos faz lembrar dos dispositivos de poder trabalhados por Michael Foucault em *Vigiar e Punir* (1975). Este autor buscava explicações sobre a punição pelo corpo desde o período da Idade Média, sobre a lógica dos suplícios, traduzida na tortura pública. Mais tarde com o desenvolvimento dos processos judiciais e o aumento quantitativo das prisões, a tortura não mais se faz

²¹ Walter Calixto Ferreira nasceu em Rio Grande, foi criado na Ilhota e era um dos mais antigos Ogãs Onilus do sul do Brasil. Conhecedor e difusor da religiosidade e cultura Yorubá, como também da ancestralidade do povo negro de Porto Alegre.

Cf. Nei Lopes, “título da hierarquia masculina dos candomblés, conferido a pessoas prestadoras de relevantes serviços à comunidade-terreiro ou mesmo a especialistas rituais, como músicos, sacrificadores de animais, etc, ou ainda, a outras de status social ou financeiro elevado” (Lopes, Nei. 2004, p. 489).

necessária ao corpo e sim a perda da liberdade. Nesse sentido, há uma mutação na penalidade, feita agora com o espetáculo público dos presídios.

Ligando estes conceitos àqueles meliantes que desafiavam Parulla, chegamos à conclusão de que a humilhação e a exposição dos seus corpos faziam parte de um “adestramento” disciplinador de observação e de controle.²² Mesmo que no seio da sua comunidade, sob a opinião de Reis, Parulla não fosse mau, a disciplina exercida por essa autoridade fabricava corpos submissos a partir daquele que estava prestando serviço forçado por ter infringido a moral da comunidade, fabricando o que o autor citado chamaria de corpos dóceis.

Assim, descortina-se e identifica-se sob o olhar da historiografia a Colônia Africana, um dos territórios negros da cidade de Porto Alegre no início do século XX, ponto estratégico da capital gaúcha em vias de modernização. O próximo passo será analisar este território com seus personagens, seu cotidiano e as contradições existentes, do ponto de vista do livro do Sr. Jayme Moreira da Silva e outras fontes que compõem este estudo.

²² Cf. FOUCAULT, Michael. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. RJ: Vozes, 2013. p. 216.

2. JAYME MOREIRA DA SILVA: UM CIDADÃO DA COLÔNIA AFRICANA

O cotidiano e o não-cotidiano desta comunidade serão objetivados a luz de narrativas e depoimentos de ex-moradores, bibliografias e a biografia do Sr. Jayme Moreira da Silva, falecido no dia 25 de janeiro de 2014, aos 98 anos de idade.²³ Ele escreveu um livro chamado de *O lobisomem do Morro Santana*, de (2005), que será abordado aqui como uma das fontes de pesquisa utilizada nesta dissertação, no intuito de apreender, segundo a sua ótica, a sociabilidade e o cotidiano das pessoas que viviam na Colônia, para que, além disso, possamos compreender a ascensão ou os entraves à sociabilidade dos habitantes da Colônia Africana.

Os conceitos de cotidiano e não-cotidiano serão mais úteis a esta pesquisa no momento em que algumas considerações forem feitas, tais como, a epistemologia da palavra cotidiano, pois esta deriva do latim *cotidie* ou *cotidianus*, que significa todos os dias, o diário, o dia a dia, o comum, o habitual (GUIMARÃES, 2002, p.11).

Busquemos aplicabilidade deste conceito nessa pesquisa, segundo a visão de Agnes Heller, nascida em Budapeste, 1929, e pesquisadora do Instituto Sociológico de Budapeste, que tem como principais temas de abordagem as relações entre ética e a

²³ Cf. GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro. *Aspectos da teoria do cotidiano: Agnes Heller em perspectiva*. RS: Porto Alegre. EDIPUCRS, 2002. p. 147. "Pensar o cotidiano de um prisma teórico implica descobrir o incomum no repetido". Explicando de outra forma, podemos pensar que o não-cotidiano está implicitamente relacionado às ações individuais do sujeito, nas suas particularidades e características próprias, contribuindo e intervindo, junto aos outros atores para a transformação do dia a dia.

vida social e, obviamente, nesse meio está implícita a sociabilidade e os estudos sobre o cotidiano.

Segundo ela, “o homem participa na vida cotidiana com todos os seus aspectos de sua individualidade, e de sua personalidade”. Percebemos que, antes de atuar e interagir com a sua individualidade no meio coletivo, este sujeito está no não-cotidiano, formatando as características particulares inseridas por ele, selecionando entre os silêncios o que irá aplicar fora do convívio com seus iguais, colocando em prática na repetição do dia a dia. “Colocam-se ‘em funcionamento’ todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias” (HELLER, 1970, 17).

As particularidades características de cada indivíduo, que são somadas ao longo da sua existência, são adquiridas na sua socialização primária (família), e fora dela há adaptação, numa teia de relações, entre o que herdou e construiu no seio familiar junto ao contato diário no seu bairro, escola, cidade/mundo.

Mas o que move o cotidiano? E o que ele modifica ou transforma? Essas transformações se dão no não-cotidiano. Ali, através da ideologia é que o indivíduo se transforma em sujeito autor intervencionista do cotidiano. Louis Althusser, autor francês com obras que se destacaram nas décadas de 1960/70, travou grandes discussões sobre o conceito teórico da ideologia na obra de Marx, *Ideologia Alemã*.²⁴ O que importa mostrar para o leitor é de que forma percebemos a ideologia agindo no cotidiano, ou melhor, como ela está imbricada no não-cotidiano.

Heller disserta que as ações cotidianas se dão fora dela, pois algo as move. Nesse sentido é que a ideologia é inserida como “combustível” atuando na transformação do indivíduo em sujeito, formatando, assim, as ações para serem aplicadas no cotidiano. Vamos dar um exemplo hipotético – um indivíduo, morador de uma rua qualquer na

²⁴ Cf. Louis Althusser em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado* 1987: “Na Ideologia Alemã, esta fórmula figura num contexto francamente positivista. A ideologia é então concebida como pura ilusão, puro sonho, isto é o nada. Toda a sua realidade está fora de si própria. É pensada como uma construção imaginária cujo estatuto é exatamente semelhante ao estatuto teórico do sonho nos autores anteriores a Freud. Para estes autores, o sonho era resultado puramente imaginário, isto é, nulo, de “resíduos diurnos”, apresentados numa composição e numa ordem arbitrárias, por vezes “invertidas”, numa palavra, na desordem. [...] é nessa perspectiva que, na *Ideologia Alemã*, a ideologia não tem história, dado que a sua história está fora dela, está onde existe a única história possível, a dos indivíduos concretos, [ou seja, a ideologia não é nada enquanto puro sonho fabricado e que ela vem da alienação da divisão do trabalho – Inserção nossa]” (ALTHUSSER, 1987, p. 73).

Colônia Africana, sai de sua casa (portanto ele está ideologizado, movido por uma ideia qualquer), vai até a padaria comprar pão. Nesse instante, ele, movido por essa ideia, torna-se sujeito de sua própria ação. Este sujeito participa então do repetido, do dia a dia das pessoas, do rotineiro, comunica-se com seus iguais, vai para o trabalho, joga futebol, compra, vende, participa do carnaval, casa-se, tem filhos, e interfere no cotidiano com a sua individualidade. Nesse sentido podemos dizer que as ações do cotidiano são traçadas, formatadas e movidas por uma ideologia no não-cotidiano.

Adentrando na história do Sr. Jayme Moreira da Silva, tentando apreender o seu cotidiano, busquemos em seu livro tais pistas sobre a sociabilidade no cotidiano da Colônia Africana. Deste seu livro, cujo título se encontra no início deste subtítulo, foram feitas 500 cópias em comemoração aos seus 90 anos de idade, portanto no ano de 2005. Segundo conversa informal com sua filha Lorena, o livro do seu pai foi escrito por ele de forma despretensiosa, passando pela revisão de outra filha, Liege, graduada em História, tendo um custo de R\$ 1.800,00 para a família. Estas foram as informações que obtivemos sobre o livro.

Podemos aferir que o livro não é uma obra acadêmica, portanto segue uma linguagem informal, emotiva e nostálgica e, de uma maneira muito subjetiva, relata os acontecimentos vividos no passado sob um olhar contemplativo e saudosista.

Utilizamos como referência de análise a micro-história, pois acreditamos ser o mais adequado referencial para desmembrar as diversas fontes utilizadas, tais como: história oral, biografia, narrativa, iconografia e a própria bibliografia disponível para mensurar as dimensões no campo dos relacionamentos entre o Sr. Jayme e os demais atores de sua época. A partir de uma microanálise social da história da Colônia Africana e de seus antigos habitantes, objetivamos perceber quais foram os entraves socioeconômicos e culturais que muitas vezes impediram seus moradores de ocuparem os locais de poder da capital gaúcha. E também em que medida se aproximam daqueles que seguiram o caminho inverso e transpuseram obstáculos, chegando a patamares hierárquicos significativos da sociedade, como é o caso do Sr. Jayme e de outros que serão descritos no corpo deste estudo.

Alguns questionamentos sobre a ascensão social, e pensar o que isso significa aos afro-gaúchos. E também questionar quais as dificuldades e qual o principal entrave à ascensão social para uma população que há pouco havia descortinado de suas vidas

o jugo da escravidão? Como era a relação desses moradores, dos territórios negros de Porto Alegre, com os demais habitantes ao seu entorno, numa cidade que passava por um processo de modernização e disputa por territórios? Como último campo de análise, mas não menos importante, a significação histórica de uma vida individual, como a do Sr. Jayme será cotejada para fins de análise e fundamentação deste capítulo.

Começaremos a busca por responder a estas questões lembrando que muitos negros nasceram livres, a partir de 1871, com a lei do Ventre Livre, embora, no seio da escravidão, os inocentes vinham ao mundo com a sua liberdade garantida. Não vamos partir para uma análise dos conceitos implicados durante o período escravista, pois, temporalmente, esta pesquisa remonta à primeira metade do século XX, e todas as pessoas citadas aqui, obviamente, já eram livres.

O que podemos problematizar com o leitor é o significado de ascensão social para estas categorias. Nesse sentido, essa Lei de 1871 representava o início da ascensão para o negro, ainda que sofra críticas da historiografia, pois filho da escrava ainda se encontrava amalgamado à escravidão, devido à aproximação aos seus iguais. Seria, então, um escravo fazendo pequenos serviços.

A historiadora Hebe Mattos contesta esta afirmação. Segundo seu ponto de vista, os senhores eram obrigados a sustentar e cuidar destes menores até os 8 anos de idade e “depois disso tinham a opção de receber uma indenização do Estado ou de usar o trabalho dos ingênuos até a idade de 21 anos” (MATTOS, 2005, p. 165).

Ainda no sentido de conceituar a ascensão social destas categorias, essa Lei fez diferença, tanto para os escravos como para os senhores. A ascensão social começa a ser pensada entre os cativos. Surgem então algumas preocupações com esses novos integrantes livres, as crianças. Aparece o interesse de seus pais em investir numa vida futura, com a ideia da compra de terras, ainda que limitadas nas suas condições de infraestrutura, localização, etc. para seus filhos.

Não podemos generalizar estes aspectos, portanto, torna-se difícil conceituar a ascensão dos ex-escravos. A própria Mattos, pesquisadora das relações escravistas no pós-abolição do Vale do Paraíba, escreve que muitos senhores de escravos negligenciaram cuidados com estes recém-livres, fazendo com que subam os níveis de mortalidade infantil (MATTOS, 2005, p.165).

O que podemos adiantar, e o que iremos demonstrar ao longo deste escrito, é que a ascensão social destas categorias está relacionada a uma atitude defensiva de sobrevivência e classificatória. A própria denominação *negro* representava um sujeito que não era mais escravo e sim livre. Nesse rearranjo, ser livre poderia significar segregação, inclusive entre os seus iguais. Explicando de outra forma, o negro que subia a pirâmide da hierárquica, necessariamente, não era mais preto e sim um negro que ocupava determinados trabalhos, participava de algumas congregações ou associações que legitimassem a sua posição como participante de uma classe em ascensão. Conquistando assim, ainda que limitados, os direitos civis.

A ideia de cidadão, propriamente dita, nos remete à antiguidade, ao homem grego, que está intimamente ligado à Polis, um conjunto de Cidades-Estado autocráticos e autárquicos na Grécia antiga, e não o Estado como entidade jurídica. Ao cidadão grego cabiam os direitos políticos de eleger e ser eleito, e a liberdade para tomada de decisões. As Polis eram compostas por pessoas livres, como os cidadãos, as mulheres e os estrangeiros (metecos) com autorização de residência. Esses últimos e as mulheres não possuíam direitos políticos como os cidadãos, e aqueles que não eram livres, como os escravos e os servos, trabalhavam em terras alheias, pagando tributos aos proprietários.

Ser cidadão na Grécia antiga era participar das decisões políticas, mesmo que fossem apenas 10% da população. Eram eles que guiavam e davam as diretrizes das Cidades-Estado gregas, e os não livres, como os escravos, que eram a maioria da população, deveriam sustentá-los.

Em outro momento histórico, durante a Revolução Francesa, o conceito de cidadão se ampliaria, com os direitos e os deveres implícitos na “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789”. No Artigo 1º, está explicitada a ideia de que “os homens nascem e são livres e iguais em direitos”, contrariando o conceito de cidadão na Grécia antiga, pois crianças, mulheres, servos e escravos não possuíam direitos políticos iguais aos homens (cidadãos gregos).

Esses apontamentos sobre os conceitos de cidadão, durante a História Antiga e Moderna, demonstram a evolução e a adaptação dessas ideias na História da humanidade e, conseqüentemente, a construção da cidadania no contexto mundial.

No caso do Brasil, o historiador José Murilo de Carvalho, em *Cidadania no Brasil um longo caminho* (2004), disserta sobre a ideia de cidadania. Segundo ele,

A primeira parte do trajeto [da cidadania – grifo nosso] nos levará a percorrer 108 anos da história do país, desde a independência, em 1822, até o final da Primeira República, em 1930. Fugindo da divisão costumeira da história política do país, englobo em um mesmo período o Império (1822-1889) e a Primeira República (1889-1930). Do ponto de vista do progresso da cidadania, a única alteração importante que houve nesse período foi a abolição da escravidão, em 1888. A abolição incorporou os ex-escravos aos direitos civis. Mesmo assim, a incorporação foi mais formal do que real. A passagem de um regime político para outro em 1889 trouxe pouca mudança. Mais importante, pelo menos do ponto de vista político, foi o movimento que pôs fim a Primeira República, em 1930 (CARVALHO, 2004, p.17).

Sob a ótica de Carvalho, o processo de cidadania no Brasil oriunda desde o fim do Império tendo, como avanço tímido, a inclusão do ex-escravo, agora incorporado aos direitos civis. Nesse caso, podemos relacionar o processo de cidadania a uma relativa ascensão social das classes menos abastadas deste país. No mesmo momento em que o conceito de cidadão implica a sua participação política, esta, por sua vez, age como fonte viva trazendo subsídios para a sua manutenção. Um cidadão, seja da Polis grega ou da Colônia Africana, ascende à pirâmide hierárquica. Ele consegue, não formalmente, mas, na prática, notoriedade e legitimidade para ocupar e se defender nos núcleos de poder dentro do Estado, na sua cidade ou no seu bairro.

Não estamos dizendo que perante a Lei exista uma desigualdade de direitos e de deveres, mas, na prática, o fator “poder” tem extrema relevância. Esse fator herdado desde o período colonial ainda nos é caro dentro dos processos de socialização, “o jovem país (após a independência) herdou a escravidão, que negou a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade rural, fechada à ação da lei, e herdou um Estado comprometido com o poder privado” (CARVALHO, 2004, p.45).

Complementando essa ideia de cidadão e de cidadania, na Colônia compreendemos, como já foi mencionado acima, que a busca de um reconhecimento da sua cidadania passava por um processo de ascensão social e de autoafirmação do sujeito, político e atuante, na sua comunidade, procurando legitimar seus direitos.

O Sr. Jayme Moreira da Silva, um cidadão da Colônia Africana, se tornou, dentro das suas sociabilidades, uma figura importante, percorrendo clubes esportivos, tais

como, a Liga Nacional de Futebol Porto-Alegrense, associações religiosas, a Igreja da Piedade e tendo, como seu avô, Abel de Souza, um personagem que havia trabalhado em vários jornais da capital gaúcha, adquire notoriedade, respeitabilidade e ascende socialmente.

Do ponto de vista social, esses sujeitos são apenas dois exemplos dentre outros que virão a seguir, mostrando que a história não é feita de coincidências e que, não por acaso, a família Moreira da Silva ainda perdura na Colônia Africana. A pergunta que deixamos é: se o Sr. Jayme tivesse uma trajetória de vida mais humilde e com menos participação na sua comunidade conseguiria permanecer na Colônia Africana tanto tempo? As pessoas que foram deslocadas da Colônia o fizeram por vontade própria ou a especulação imobiliária, atrelada aos altos impostos, impulsionou esse deslocamento? Parece que estamos diante de uma questão econômica e que essa busca pela ascensão social redundou na cidadania. Não é uma procura por direitos e sim por privilégios. Vamos tentar entender a trajetória do Sr. Jayme Moreira da Silva.

Como forma de metáfora, contaremos o início da história do Sr. Jayme da seguinte forma: no início do século XX, um garoto de Porto Alegre, como de costume, saía de bonde com sua avó por diversos lugares desta cidade para conhecer e visitar os bairros da capital gaúcha. Ao retornar para sua casa, tinha a cabeça cheia de memórias vivas e as compartilhava com seus familiares e amigos.

Da janela do seu quarto, podia avistar todos os dias, no mesmo horário, o acendedor de lampião iluminar a rua onde ficava sua casa. Com uma taquara comprida guiava o fogo até o alto do poste. Do mesmo ponto, podia ouvir a batida dos tambores das diversas casas de religião que circundavam a localidade onde morava. Estes tambores começavam a tocar na sexta-feira e só paravam ao cair da noite de domingo. Este guri sabia que por trás do som desses tambores estavam sendo cultivadas, além da sua religiosidade, as suas tradições. Além disso, podia assistir aos jogos de futebol, tendo uma visão privilegiada.

Aqui onde nós estamos ²⁵, tinha o grande campo do melhor time da Colônia ²⁶, eu tive a sorte de fazer minha casa bem defronte ao campo, o Rio Negro era o

²⁵ Rua Artur Rocha, Porto Alegre/RS.

²⁶ Sr. Jayme está se referindo a um time da Liga da Canela Preta.

melhor time que tinha aqui no morro, eu assistia da janela. Eu tinha um chalezinho de madeira que fiz, onde assistia ao jogo da janela. Do tempo que isso aqui era da Predial Agrícola Di Primio Becker [sic] que era dono do cruzeiro (Informação verbal, 2014).

Sobre este tema, encontramos uma dissertação, defendida por Ricardo Santos Soares, *O FOOT-BALL DE TODOS: Uma história social do futebol em Porto Alegre, 1903-1918* (2014). Dentre outros assuntos relacionados ao futebol, o autor denomina alguns times da Liga da Canela Preta, embora não tenha encontrado referência a respeito de um deles.

O que nos interessa é complementar as informações do seu Jayme e contribuir com historiografia pertinente a esse tema, portanto, talvez o Rio Negro, time citado pelo depoente, seja aquele que esteja faltando para Soares que arrola os seguintes quadros esportivos da Liga da Canela Preta: “Primavera, Bento Gonçalves, União, Palmeiras, Primeiro de Novembro, Rio-Grandense, 8 de Setembro, Aquidabã e Venezianos” (SOARES, 2014, p. 63).

Outro depoente, Sr. Renildo Baldi, branco e descendente de italianos, que nos concedeu uma entrevista dia 17 de junho de 2014, fala sobre o antigo campo do Grêmio, quando este ainda se situava no hoje Parcão, nas imediações da Rua 24 de Outubro, onde também existia o Prado da Independência, junto ao campo do Grêmio:

Uma vez eu estava com meu pai no jogo e tocava a sirene na passeata dos cavalos e um tempo depois tocava outra vez com a largada dos cavalos. Então a gente tava lá no pavilhão, se levantava, e olhava pelo buraco os cavalos correrem e a turma subia pelas árvores da Mostardeiro e se assistia ao jogo do Grêmio.

Então tu assistia as duas goleiras e só um pedaço que não dava pra ver. De vez em quando quebrava um galho e vinham aqueles caras caindo uns por cima dos outros, era divertido. Nunca ninguém morreu (risos) (informação verbal, 2014).

O mundo ao redor desse garoto o impressionava, mas nada comparado às histórias que seu avô, Abel de Souza, como um *griôt*, lhe contava passando ensinamentos aos mais novos.²⁷ Esse homem sentava junto de seus netos e começava

²⁷ Segundo Leila Leite Hernandez, em *A África na sala de aula visita a História contemporânea*, (2008, p. 16): “Griot são trovadores, menestreis, contadores de histórias e animadores públicos para os quais a disciplina da verdade perde rigidez, sendo-se facultada uma linguagem mais livre. Ainda assim, sobressai o compromisso com a verdade, sem o qual perderiam a capacidade de atuar para manter a harmonia e a coesão grupais, com base em uma função genealógica de fixar as mitologias familiares no âmbito de

a contar muitas histórias, dentre elas a de um amigo seu, homem muito influente e conhecido na cidade, porém muito misterioso chamado de *Lobisomem do Morro Santana*. Nunca saberemos o porquê deste apelido, o Sr. Abel levou este segredo para o túmulo. Temos conhecimento apenas de que a denominação Morro Santana indicava onde morava.

Percebemos neste instante a presença do silêncio como elemento fundante de parte da sua história, e compreendemos que este silêncio é carregado de sentidos, portanto não está vazio no espaço e no tempo, muito menos sem significado. O silêncio contempla uma fala interna. Antes de se transformar em linguagem, ele é, sobretudo, um agente selecionador daquilo que se quer falar, e faz com que permaneçam as contradições existentes na memória do sujeito. Portanto, ele não é vazio, pelo contrário, contém muitas informações relevantes, que podem ser omitidas pelo narrador.

A esse respeito Eli Puccinelli Orlandi, em seu livro *As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos* (2010), esclarece que, “Quando o homem, em sua história, percebeu o silêncio como significação, criou a linguagem para retê-lo. O ato de falar é o de separar, distinguir e, paradoxalmente, vislumbrar o silêncio e evitá-lo”. Portanto, quando falamos em silêncios nesta pesquisa, estamos utilizando-o sob a ótica teórica de Orlandi, no sentido de tentar compreender que essas narrativas são tributárias de uma seleção de coisas que o depoente selecionou entre aquilo que deveria ser dito ou não. A autora complementa seu raciocínio dizendo que esse gesto disciplina o significar, pois “já é um projeto de sedentarização do sentido. A linguagem estabiliza o movimento dos sentidos. No silêncio, ao contrário, sentido e silêncio se movem largamente” (ORLANDI, 2010, p.27).

Entendemos que os silêncios contidos na narrativa do Sr. Jayme estão carregados de sentidos, que não podem ser decifrados, segundo Orlandi (2010, p. 102): “O silêncio não fala, ele significa. É, pois, inútil traduzir o silêncio em palavras”. Para tanto, é necessário, nas palavras da autora, considerar a historicidade do texto, os processos de construção dos efeitos de sentidos. Assim, os motivos pelos quais silenciam as informações a respeito do *Lobisomem do Morro Santana* não foram apreendidos, e seria

sociedades tradicionais. Sua função é também o desenvolvimento extraordinário de estruturas de mediação que restabelecem a comunicação numa sociedade em que as relações sociais parecem todas elas marcadas por considerações de hierarquia, autoridade, etiqueta, diferença e reverência”.

leviano, da parte deste autor, divagar, “achar” ou concluir o impenetrável “mundo” do silêncio, mas, sim, compreender, que no silêncio está o implícito.

Voltemos às narrativas desse garoto negro cheio de memórias vivas, chamado Jayme Moreira da Silva, nascido em 4 de novembro de 1915, na Rua Castro Alves, nº 140, Porto Alegre/RS, na casa de seu avô Abel de Souza, que era funcionário do *Correio do Povo* na qualidade de tipógrafo, segundo seus próprios relatos.

Figura4: Jayme Moreira da Silva (2008)



Fonte: Irene Santos, 2010, apud (acervo da família)

Ali ele residiu até seus 5 anos de idade, junto com seus avós e tios no núcleo da Colônia Africana. Segundo seu Jayme, esta região era

Povoada por escravos libertos e pelos seus descendentes. Filhos, netos, bisnetos e assim por diante. Alemães e italianos que ali se estabeleceram com casas de negócios e oficinas mecânicas, serralherias com mestre de obras, pedreiros e carpinteiros (informação verbal, 2013).

A respeito de seus pais, Emílio Moreira da Silva e Maria Amália Moreira da Silva, obtivemos algumas informações em seu livro, e outras com sua irmã dona Maria José, com 92 anos de idade, a qual nos concedeu uma entrevista em 12 de setembro de 2014, relatando que sua

mãe morava na Av Borges de Medeiros, onde hoje é o INSS, tem aquelas lojinhas... Aquele lado todo, direito de quem sobe do rio, a direita da Borges, eram casas de porta e janela, chalezinhos de madeira com pátio, um ao lado do outro. Então eram paredes, um pra cá, e outro pra lá. Depois tinha uma entradinha dos lados, e outro grupinho de casas. Parece que eu tô vendo! Até a esquina da Rua Fernando Machado. E a minha bisavó veio da África. Ela e o marido vieram da África. Trouxeram a Joana, que era mãe da minha mãe ela tinha 6 anos quando veio para o Brasil. E elas eram de uma família nobre na África, não sei se príncipes ou coisa parecida, mas vieram fugidos por causa de uma guerra (Informação verbal, 12/09/2014).

Figura5: Maria José Moreira do Nascimento (2014)



Fonte: foto retirada pelo autor

Em suas memórias dos tempos de menino, adolescente e homem adulto e com ajuda de outros depoentes, percebemos a evolução urbana da capital gaúcha e todas as transformações que isso causou para seu povo, inclusive a mudança de nome quando este território passou a chamar-se bairro Rio Branco.²⁸

²⁸ A respeito da designação bairro Rio Branco, Kersting (1998, p. 192) disserta que “teve origem provavelmente por volta de 1912, por ocasião da comoção nacional que se seguiu à morte de José Maria da Silva Paranhos Filho, mais conhecido como Barão do Rio Branco”.

Na escritura da compra de uma casa na rua Vasco da Gama nº 69 B, que era da Companhia Territorial Rio Grandense, datada de 21 de agosto de 1915, dois pontos importantes destacamos: primeiro que uma das empresas que loteava a Colônia era a Companhia Territorial Rio Grandense.²⁹ Outro que, já nessa época, esse lugar era denominado “Arraial do Rio Branco” (verificar nos anexos desta dissertação).

Em seu livro *O Lobisomem do Morro Santana* (2005), repleto de lembranças do passado, podemos “materializar” suas relações pessoais e imaginar como era Porto Alegre nessa época. Neste caso, não estamos procurando a veracidade dos fatos descritos, mas, sim, as suas impressões e as suas relações com o cotidiano apreendido.

Marcello Duarte Mathias ensina que “não importa tanto averiguar da veracidade dos fatos – ao historiador não competirá ajuizar esses pormenores, mas, sim, sondar a dimensão do diálogo de quem escreve e se descreve”. Ou seja, é importante tentar compreender a trajetória do narrador e tentar projetarmos para o tempo a que remete a sua história, pois é isso “que constitui a verdade da obra”. A autora nos alerta para as representações contidas nesses escritos pessoais e que, como qualquer fonte, tem as suas subjetividades e limitações, sendo essa muito “contaminada” com o que Orlandi denomina silêncios, portanto “aquele que desejaríamos ter sido, (no caso do depoente -

Já em 1915, o jornal católico *Atualidade* publica uma notícia sobre a inauguração do Colégio de Nossa Senhora da Piedade, considerando que esse se localizava “no Bairro Rio Branco” (Colônia Africana) (1975 citado por KERSTING, 1998, p. 192).

Antes disso, o mesmo autor comenta que, em 1910, “uma década importante para a história da Colônia Africana, pois é quando se engendram algumas forças que apontam para a descaracterização daquele lugar como área essencialmente negra: as primeiras melhorias urbanas, a construção da paróquia católica (Nossa Senhora da Piedade – Inserção minha), a chegada de moradores de outras etnias, como os judeus, e a mudança da sua denominação para Rio Branco” (KERSTING, 1998, p. 129).

²⁹ Encontramos dois processos, referente à Companhia Rio Grandense, no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. O primeiro refere-se a uma carta de crédito que a mesma adquiriu no dia 26 de novembro de 1897 do Banco da Província no valor de Cr\$ 103:791\$700. Esta tinha um prazo de dois anos para a sua quitação. Em 30 de junho de 1901, portanto, já com o prazo vencido, o Banco da Província acionava a Companhia Rio Grandense (no Juízo Distrital da Sede do Município da Capital: Jurisdição Comercial), para receber a quantia com juros. O valor corrigido e pago em cartório pela companhia foi de Cr\$129:558\$000 (Juízo Distrital da Sede do Município da Capital: Jurisdição Comercial – Designação de 10 dias - Processo nº 5773 – 14 de novembro de 1901 – APERS).

No outro processo iniciado em 1902 e finalizado em 1908 a parte Agravante, a Companhia Territorial Rio Grandense, e a autora do processo, ou seja a Agravada, dona Frederica Alexandrina Domingues. Neste processo a autora pedia a cobrança do aluguel devido pela companhia, no qual dona Frederica havia alugado sua casa em 1898, e que exatamente em 30 de junho de 1901, o mesmo havia deixado de honrar com o aluguel do seu imóvel e ainda conservando-se por mais um ano no mesmo local. Este processo, que durou quase seis anos, teve como resultado o pagamento de Cr\$ 11:000\$, que a Companhia Rio Grandense efetuou em bens que possuía (Superior Tribunal do Estado do Rio Grande do Sul, Processo nº 292 – 1 de janeiro de 1902, Processo nº 482 – 1 de janeiro de 1908, Processo nº 694 – 1 de janeiro de 1908 - Processo nº 973 – 1 de janeiro de 1908 – APERS).

grifo meu) é tão ou mais importante na definição do que somos do que aquele que na realidade acabamos por ser”. É como se fosse um autoexorcismo, numa busca de recriação da sua própria história nem sempre real, muito menos falsa, assim, “a recriação restitui, retifica ou recompõe a evidência perdida, morta, e com ela se identifica, estaria a essência do projeto autobiográfico. E seu malogro” (MATHIAS, p. 42).

A memória do Sr. Jayme age em perspectiva, olhando o passado com o entendimento do presente, algumas vezes saudosista, distante e contemplativo, pois está mais maduro. Suas lembranças demonstram afetividade cada vez mais viva para aquilo que presenciou. É neste ponto que se justifica a produção de um livro biográfico como o escrito por ele: a vontade de manter vivo e “congelado” o passado. Percebemos que seus relatos, fidedignos ou não, fazem parte de um conjunto de recriações daquilo que gostaria tivesse sido real, e que nem por isso perde a sua importância, tanto para o emissor quanto para quem o observa. Podemos ilustrar isso com uma passagem de seu livro, momento em que ele fala sobre o início da ocupação da Colônia Africana, buscando um mito fundador numa espécie de heroicização da sua história.

A emancipação dos escravos foi concedida pela Câmara de Porto Alegre, em 1884, mês de agosto (caderno *Zero Hora* de 25/06/1989). Os primeiros negros a chegar à Colônia Africana foram os negros que conseguiram sobreviver à última batalha da Guerra dos Farrapos. Os Lanceiros Negros das forças militares que tiveram promessas de liberdade após o término da Guerra, coisas que não foram cumpridas, mesmo assim, os que não morreram não quiseram voltar ao cativeiro e sempre junto com suas mulheres e filhos, eles começaram a habitar a referida Capela. Desta data em diante, como eles foram militares, não eram muito perseguidos até que veio a Lei do Vinte Livre. Seus filhos já livres começaram uma nova vida, assinada em 1888 a Lei Áurea, deu a libertação completa aos negros. Assim começou a vida na Colônia Africana (SILVA, 2005, p. 29-30).

Seus relatos sobre a origem da Colônia Africana giram em torno dos Lanceiros Negros, ponto refutado pela historiografia, pois se sabe que muitos afro-gaúchos moradores desta região “desceram” do centro, e foram ocupar os lugares menos habitados e cobertos por vegetação densa. Outros, porém, eram ex-cativos de chácaras da redondeza, das famílias Mostardeiros e Mariante, que haviam ocupado estes territórios após a abolição.

Aceitamos a ótica do Sr. Jayme, por entender a necessidade de dar sentido a existência humana procurando no imaginário coletivo a simbologia de heróis, autores da

sua história e de grandes feitos corajosos, que após a Guerra Farroupilha teriam vindo para Porto Alegre e fundado a Colônia Africana. É o que chamamos de mito fundador, segundo Mathias (1997, p. 37), “aquele que desejaríamos ter sido é tão ou mais importante na definição que somos do que aquele que na realidade acabamos por ser”.

Buscamos esse entendimento nos escritos do historiador e arqueólogo francês Paul Veyne em: *Os Gregos Acreditavam em Seus Mitos?* (2013), este nos leva a uma viagem reflexiva em torno do que é e qual a função dos mitos na sociedade grega. Embora, pareça anacrônico tal comparação, Grécia e Colônia Africana, podemos pensar a aplicabilidade dos mitos gregos explicando e legitimando sua história e, no caso da afirmação do Sr. Jayme, os Lanceiros Negros figuram como símbolo mitológico de origem do povo da Colônia.

É inerente ao homem acreditar em algo que explique suas origens para que deem sentido a existência humana. Portanto, a função de um mito, sem entrar no mérito de sua veracidade ou não, muito mais do que explicar algo ele serve para acalmar e organizar o imaginário coletivo.

O mito é verídico, mas no sentido figurado; não é verdade histórica misturada com mentiras: é um ensinamento filosófico elevado, inteiramente verdadeiro, desde que seja visto como uma alegoria, e não tomado ao pé da letra (VEYNE, 2013, p. 103).

Percebemos a simbologia heroica dos Lanceiros Negros na fundação de outro território negro gaúcho, como por exemplo, o Quilombo do Paredão na divisa entre Gravataí e Taquara. No imaginário coletivo dessas populações afrodescendentes essas representações fazem parte da busca de uma identidade e de um ponto de partida na fundação de seus territórios. Veyne disserta que essa tentativa de estabelecer um mito fundador de algum lugar e de seu povo persegue a humanidade desde muito tempo e, que muitas vezes “as cidades devem a sua origem ou a um deus, ou a um herói, ou ao homem que a fundou”. No caso da Colônia e do Quilombo do Paredão, seus habitantes citam os Lanceiros Negros como seus heróis. “Dessas etiologias,³⁰ as que são divinas ou heróicas são lendárias *mythôdes* e as que são humanas são mais dignas de

³⁰ Ramo do conhecimento que se dedica ao estudo e à pesquisa acerca daquilo que pode determinar as causas e origens de um certo fenômeno (ou de qualquer coisa).

confiança” (VEYNE, 2013, p. 86). Assim, os Lanceiros Negros perpetuam no imaginário dos mais velhos a sua humanidade. A essência do seu povo está numa pequena partícula da história do seu passado de glórias, lutas e resistência. O imaginário, portanto, compreende um fator que acalma, dá sentido, e ideia de futuro. Fechando um ciclo da história daqueles que estão contemplados nela.

O imaginário é a realidade dos outros [...] da mesma forma que as ideologias são as ideias dos outros [...] essa crença dos gregos não nos obriga a acreditarmos em seus deuses, mas ela diz muito sobre o que é a verdade para os homens (VEYNE, 2013, p. 143, 144).

A historiografia dissertou sobre as origens da Colônia Africana, principalmente Kersting, que analisou os primeiros anos da localidade, entre 1890 a 1920, ele escreve que “a Colônia Africana foi abastecida por parte daquela população pobre, sendo expulso do centro da cidade a partir da década de 1890 [...] decorrendo disso, sua baixa valorização, pode ter atraído as pessoas de pouca renda”.

Nesse momento, o centro da capital era ocupado por diversos cortiços e pensões e habitado por trabalhadores de diversas etnias, dentre eles imigrantes e ex-escravos, que buscavam nesses locais ganhar alguns trocados para seu sustento. Nesse sentido, o autor continua nos elucidando sobre a origem da Colônia, “outra característica é que, com sua espessa mata, tenha servido de abrigo para pessoas que, por variadas razões, encontravam-se colocadas à parte do modelo de sociedade urbana que se formava, marginalizados [...]”. Este lugar era conhecido por haver nele muitos matagais e charcos, fato que por muito tempo não despertou a cobiça do empreendedorismo imobiliário, o que será despertado próximo aos anos 1920, com o processo de urbanização da cidade se avizinando.

Kersting termina sua visão da localidade demonstrando a fama que tinha aquele lugar, a construção imaginária, uma “caricatura” de um lugar infestado de marginais, afinal eles estavam à margem da sociedade, “as zonas da cidade baixa de Porto Alegre, como o *Areal da Baronesa* e o local que era conhecido como emboscadas, famosa pela presença de população negra e estigmatizadas como locais perigosos” (KERSTING, 1998, p. 112).

Ao mesmo tempo em que o historiador analisa uma biografia, como esta, deve manter certo distanciamento do seu objeto, para que não caia em armadilhas românticas, falsas ou militantes em sua pesquisa, redundando na contaminação da sua pesquisa. Não devemos questionar as palavras escritas por um biografado, mas sim tentar compreender (BORGES, 2001, p. 2) “um personagem em sua trajetória, suas origens, sua personalidade e seu contexto”.³¹ Nesse ínterim, ao começar seu livro, o Sr. Jayme o faz de forma cronológica, contextualizando o momento, nos dando pistas, através das suas memórias sobre a cidade de Porto Alegre:

Pelos idos de 1920, terminava a epidemia da febre espanhola, eu Jayme, filho de Emilio Moreira da Silva e Maria Amália Moreira da Silva, tinha apenas cinco anos de idade. Por motivo desta epidemia, fui para casa de meu avô, Abel de Souza. Nesta época, éramos quatro irmãos. Os outros três ficaram residindo com meus pais. Neste tempo, morávamos no Bairro Bom Fim, na Rua Felipe Camarão³², junto à Vasco da Gama, no Bairro Israelita³³, formado por judeus que vinham de outros lugares como imigrantes. Por este motivo recebi o nome de Jayme. Assim começa esta história, contada pelo meu avô (SILVA, 2005, p. 15).

Em 1989, Jacques Le Goff dizia que “a biografia é um complemento indispensável de análise das estruturas sociais e dos comportamentos coletivos” (Goff, 1989, apud BORGES, 2001, p. 4), assim ela nunca está sozinha, pois a biografia nunca fala de um sujeito, mas de sujeitos, suas relações e seus contextos. Isso fica claro no livro do Sr. Jayme, não apenas a sua história é lembrada, mas também outras memórias, como a de sua filha Lorena, nos tempos de criança.

No tempo da Colônia Africana os brinquedos manufaturados em fábricas como hoje, não existiam, brinquedos sofisticados como bonecas de porcelana, eram oriundos do Distrito Federal e de São Paulo e até mesmo da Europa, não chegava à Colônia Africana. Ali as crianças confeccionavam seus próprios brinquedos e eram artesãos excepcionais. Lembro da Francisca Conceição, uma pretinha de dez anos, canelas finas, cabelos grudados na cabeça o que lhe legou o apelido de micoca, tinha mão de fada, tendo nas mãos retalhos de pano, linha agulha tesoura, fio de lã, pedaços de trapos velhos, num passe de mágica começavam a surgir braços, troncos, pernas cabeça, tudo costurado à

³¹ Ver Borges, 1997.

³² Esse ponto era considerado pelos moradores como sendo uma fronteira entre a Colônia Africana e o bairro Bom Fim. Segundo sua irmã, Sr^a. Maria José, ela não havia nascido na Colônia Africana: “Eu nasci na Rua Felipe Camarão nº 111 à esquerda e esta rua era divisa com a Colônia Africana, portanto o lado que o pertencia ao bairro Bom Fim. A direita era a Colônia Africana” (informação verbal, 2014).

³³ Sobre bairro Israelita, é importante compreender que assim era denominado popularmente. Da mesma forma como Colônia Africana foi um termo pejorativo inventado pelo jornal *Gazetinha* de 1912. Este “bairro Israelita” compreendia aquilo que é conhecido atualmente como bairro Bom Fim.

mão e recheado de trapos, portanto surgiu uma boneca, olhos azuis e boca eram bordadas, os cabelos eram feitos de fios de lã [...], adivinha, vai se chamar Emilia. Os meninos também confeccionavam seus brinquedos, entre eles se destacou Pedro Antônio, o nome lhe trouxe o apelido carinhoso de Pedrinho, era um menino de pele amarela, cabelo enroladinho bem claro e olhos de um azul Vítreo [...]. Pedrinho confeccionava, barquinho de papel a partir de folhas de caderno, dobrava uma folha de caderno ao meio, no sentido da largura, dobrava novamente as pontas formando um triângulo, [...] era só puxar as pontas, estava pronto o barquinho. É só esperar a chuva e largar o barquinho lombaba abaixo. [...]. Durante muito tempo as crianças da Colônia Africana passavam umas para as outras, a arte de confeccionar seus próprios brinquedos; que saudade daquele tempo (SILVA, p. 59).

O Sr. Jayme cede o espaço de seu livro para que sua filha exponha um conto de sua autoria, narrando como as crianças produziam seus brinquedos na Colônia Africana. Do ponto de vista da pós-modernidade, temos aí a literatura como ferramenta para o historiador, demonstrando de forma “fictícia” o cotidiano das crianças nas suas brincadeiras, e como elas lidavam com o lugar e a carência de obter alguns brinquedos, despertando o desejo da inventividade de produção artesanal.³⁴

Outro ponto a ser destacado é o caráter anacrônico deste conto. Usa-se a temporalidade “no tempo da Colônia Africana” para descrever um período, fato bem típico da literatura, mas que em nada compromete a compreensão do tempo citado.

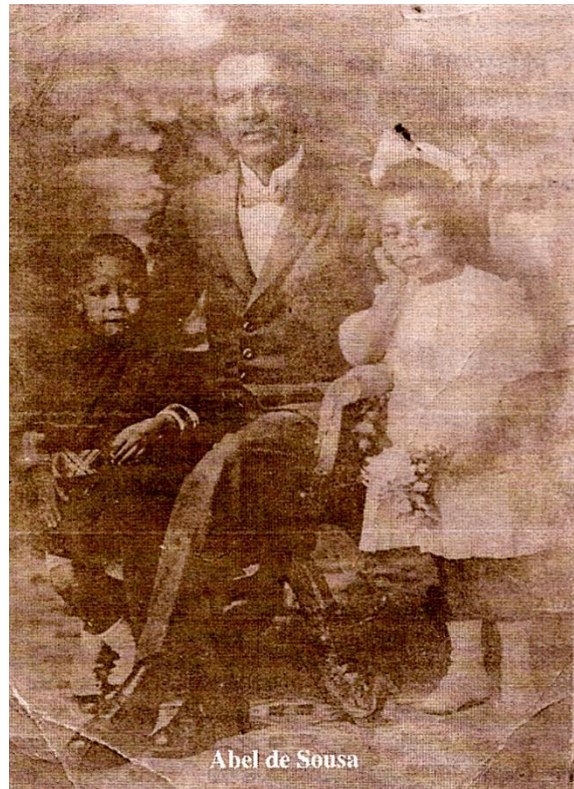
Tentando compreender a trajetória do povo da Colônia Africana sobre o ponto de vista dos seus habitantes, indagamos: que cidade era esta e qual o papel social no contexto da Colônia Africana e de seus moradores? Para tanto as vozes do passado são fundamentais, e o Sr. Jayme continua nos ajudando descrevendo sua cidade em seu tempo de menino.

Outras pessoas compõem e complementam sua história descrita. É o caso de seu avô, Abel de Souza, homem culto e respeitado, que trabalhava nas oficinas do jornal *Correio do Povo* como tipógrafo e revisor. Em seu livro, o Sr. Jayme demonstra, entre outras fotografias, as vestimentas de seu avô sentado junto de seus netos, todos muito

³⁴ Sobre este tema, podemos perceber que (HUTCHEON, 1991, p. 81) o Pós- Modernismo na literatura, ou em outras formas de narrativa, ao aceitar o desafio da tradição e a representação da história, transforma-se em história da representação, comentada com ironia, com o uso da paródia que desafia, mas também obriga a uma reconsideração da ideia de origem ou originalidade. Segundo a autora, aquilo que já foi dito precisa ser reconsiderado, e somente pode ser reconsiderado de forma irônica. Porém, a autora lembra que “a inclusão da ironia e do jogo, jamais implica necessariamente a exclusão da seriedade e do objetivo na arte pós-Modernista”.

bem alinhados encarando o espectador. Este com seu terno e gravata borboleta aparentando uma condição social estável e segura.

Figura 6: Abel de Souza (por volta de 1920)



Fonte: Livro “O Lobisomem do Morro Santana”, 2005

A postura deste homem, junto de seus netos, encarando a câmera, transmite a ideia de presença paternal, familiar e também certa estabilidade social, evidenciando uma consciência de si na sua humanidade e ascensão social.

Evidentemente, como seu avô, existiram outras pessoas que exerceram diversas profissões nesta região, tais como: alfaiates, serralheiros, músicos, estudantes, artistas “comerciantes, trabalhadores da construção civil, nos transportes, na limpeza urbana, deixando sua contribuição na culinária, medicina, [...], expressões linguísticas para a formação social, cultural, econômica e política local” (BITTENCOURT, 2011, p. 125).

Aquilo que nos interessa nesse instante é entender a lógica destes moradores da Colônia Africana (naquele período). Buscando, assim, informações sobre estes afrodescendentes que ascenderam socialmente, e que mudaram o seu entorno, para

que possamos compreender os motivos pelos quais alguns destes ficaram no anonimato. Alguns questionamentos nos ajudarão nesse sentido: como se deu a ascensão social destes afro-gaúchos? Quais as dificuldades e qual o principal entrave a essa ascensão social para uma população que há pouco havia se livrado do jugo da escravidão? Como eram as relações intestinas destes moradores, dos territórios negros de Porto Alegre, em pleno desenvolvimento?

Para responder a estas perguntas, acreditamos que a contribuição do livro do Sr. Jayme é muito importante, embora mostre o cotidiano de apenas uma parcela da população da Colônia Africana, em uma cidade que, no início do século XX, como já foi mencionado, estava se modernizando.³⁵ Mas talvez esta parcela da comunidade nos forneça subsídios para compreender uma estratificação social entre os moradores da Colônia Africana, ou seja, uma classe social mais abastada entre os afrodescendentes.

Do ponto de vista da urbanização da Cidade de Porto Alegre, que recebia muita influência francesa na sua modernização, constata-se que existia uma disparidade de aspectos físicos entre a Colônia e aquilo que se pretendia para a capital gaúcha. De outro modo, em entrevista concedida no dia 14 de maio de 2013, ele fala sobre o aspecto físico das ruas do bairro. Segundo ele, era

tudo chão batido, não tinha saneamento nenhum, tudo estava a correr. Algumas ruas tinham luz. A rua Ramiro Barcellos, que pertencia ao bairro Rio Branco, tinha luz. A rua que era do bairro Israelita que ficava entre a Ramiro e a Fernandes Vieira, essas ruas tinham luz. Paralelepípedos não, em algumas ruas já tinham começado (a filha ajuda perguntando: as ruas, Miguel Tostes; Ramiro Barcelos, que desciam pela avenida Independência já eram calçadas? Ele responde): sim, a Miguel Tostes tinha partes que já eram calçadas, outras ligavam com o bairro Santana. Isso que estou te falando é no começo lá por 1920, ou um pouco mais” (informação verbal, 2013).

Podemos perceber em seus relatos, quando refere-se aos tempos da primeira metade do século XX, a configuração desta cidade. Novas ruas, como artérias, cruzavam o corpo espacial desta capital sobressaindo-se como uma região que estava mudando a

³⁵ Sobre as várias fases de modernização de Porto Alegre ver Célia Ferraz de Souza, no seu livro *Evolução Urbana de Porto Alegre*: No caso específico deste trabalho, adentramos no “quarto período que compreende a fase da industrialização, de 1890 a 1945: com a fase do desenvolvimento econômico ocorrido no final do período passado [...], a cidade dá início à substituição de produtos importados, entrando na fase industrial. [...]. Quinto período metropolização, de 1945 aos nossos dias: o desenvolvimento industrial trouxe à Cidade e à sua região consequências de diversas ordens. Um crescimento populacional muito grande, provocado pelo êxodo rural e pelo crescimento das indústrias para a periferia de Porto Alegre” (SOUZA, 1997, p. 11-12).

sua “cara” e modernizando-se. Mas, as mudanças na infraestrutura da Colônia Africana ainda eram muito tímidas, como bem pode confirmar o Sr. Baldi.

A luz era precária, mas, tinha. Tinha o poste, faltava luz, volta e meia. Os postes eram de ferro e a luz que não iluminava quase nada. Era uma bandeja assim, ondulada, branca em baixo e verde em cima, com uma lâmpada incandescente, era que nem uma vela. Só que tem um negócio, como se vivia num mundo de escuridão, hoje a gente precisa de cada vez mais lâmpada e mais iluminação, é normal isso. Tu enxergava bem, até dentro do mato, então qualquer vagalume iluminava. Por falar nisso, tinha muito vagalume aqui, quando criança a gente colocava num vidrinho e brincava de lampião. Depois começaram a colocar a lâmpada a vapor de mercúrio, mas lá pra baixo, aqui sempre foi abandonado. Uma vez chegou um cara fazendo uma proposta pros moradores de colocar lâmpadas aqui, alguns colaboraram, como nós aqui, ai eles colocaram vapor de mercúrio, foi o que melhorou a iluminação. Mas tinha luz elétrica, mas tudo precário (Informação verbal, 2014).

Deixando de ter um ar bucólico, para começar a aparentar conformidade de uma grande cidade, esta desperta enorme interesse comercial, principalmente com seu porto, muito utilizado para o escoamento da produção interna do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre tornou-se importante no processo comercial do Estado sendo um grande difusor de produtos e serviços e, por consequência, desenvolve-se e moderniza-se rapidamente. Bakos corrobora essa visão escrevendo que: “Porto Alegre no contexto gaúcho não se reduz, apenas as suas remotas origens históricas ou territoriais”. Pois a capital gaúcha era uma das mais modernas para a época, graças ao desenvolvimento do porto. A autora, ainda nos alerta para a importância dele que terá um papel importantíssimo durante a sua construção, que se dará por volta de 1925, servindo de ponto de partida para a urbanização da cidade. Portanto, “desenvolve-se no vilarejo intensa atividade comercial através do porto, localização privilegiada pela profundidade das águas e pela proteção que oferece às embarcações em relação aos ventos” (BAKOS, 2013, p.23).

Sendo Porto Alegre, neste período, uma capital em vias de modernização, é natural que houvesse grande demanda de mercado de trabalho. Cabe aqui indagar: qual seria o lugar do negro nestes nichos? E ainda, quais as condições e oportunidades de qualificação deste trabalhador? Para analisar estas questões, temos a obra da historiadora Liane Susan Müller, *As contas do meu rosário são balas de artilharia* (2013).

A autora apresenta algumas pistas sobre as confrarias neste período, como forma de agregar, instruir e, conseqüentemente, resistir àquilo que os impedia de ascender

socialmente. Müller destaca que estas confrarias eram grupos organizados por uma espécie de elite intelectual e econômica, criando associações e clubes formados por negros em Porto Alegre, tendo como sua pioneira a “Floresta Aurora”, em 1872.

Seu livro vai ao encontro destes pressupostos, ou seja, a autora busca “desvendar a forma pela qual o grupo se constituiu, e em que medida esta elite intelectual colaborou para o processo de ascensão social do negro no Brasil, em especial em Porto Alegre”. Müller comenta que, “pelo simples fato de ingressar nessa instituição, o negro participante da igreja do Rosário adquiriu outra condição social, fruto do prestígio que já nascera com a irmandade”.

Segue a autora destacando que a opção por fazer parte das irmandades ajudava seus integrantes a ascender socialmente, mas que “nem todos tiveram condições, ou interesse de tornarem-se Irmãos do Rosário, mas os que o fizeram, nesse momento, destacaram-se dos demais” (MÜLLER, 2013, p.31).

A partir desta análise, podemos conjecturar que os afrodescendentes conseguiram alguma posição social em Porto Alegre, pois, nessa época, eram oriundos de alguma associação ou irmandade, e que esses momentos estavam gravados na memória e na imaginação do Sr. Jayme, tendo como seu maior expoente e espelho seu avô Abel, que lhe contava muitas histórias nas madrugadas, quando chegava do seu trabalho, no jornal *Correio do Povo*, e as ilustrava com a figura enigmática, seu amigo Lobisomem.

Eu esperava sua chegada em casa, pela madrugada.³⁶ Ele sempre trazia balas e continuava a história de um lobisomem (espécie de bicho-cão ou outro animal). Dizia que era muito esperto e inteligente, e conhecia toda a nossa cidade. Meu avô falava que ele residia naquela época, nas proximidades da estrada do Caminho do Meio *atual Av Protásio Alves* (grifo meu). Esta estrada levava a Viamão, passando pelo Morro Santana, por isto meu avô, deu-lhe o apelido de “Lobisomem do Morro Santana e seus amores” (SILVA, 2005, p.17).

O Sr. Jayme condensa três vivências nessa narrativa: a sua, a de seu avô e a do Lobisomem. Para tanto, ele procura perenizá-las, citando outros personagens: “ele interroga outros velhos, compulsava seus velhos papéis, suas antigas cartas e,

³⁶ Seu avô trabalhava no *Correio do Povo* das 16h às 3h do dia seguinte, e seu Jayme o esperava acordado, para ouvir as suas histórias.

principalmente, conta aquilo de que lembra quando não cuida de fixá-los por escrito” (BOSI, 1979, p. 23).

Em suas memórias, está novamente a história do Lobisomem nas suas andanças pela capital gaúcha, agora como um homem galanteador, visitando as suas diversas namoradas. Este *Don Juan* nos cede “carona” mostrando um pouco dos diversos lugares de Porto Alegre e o seu entorno.

Na trajetória, o lobisomem tinha que sair de sua casa, todas as quintas-feiras, pela noite, para cumprir sua sina. Ele era casado! Estas coisas, ele nunca relatou a ninguém, inclusive a sua esposa. Meu avô era seu amigo, o Lobisomem contava-lhe algumas coisas que se passaram com ele. Ele tinha namoradas por todos os Bairros desta Porto Alegre, que ia da Colônia Africana, hoje Bairro Rio Branco, pelo Caminho do Meio até Viamão, Passo do Feijó (hoje Município de Alvorada - *grifo meu*), Navegantes, Independência, Centro e Menino Deus. Ele dava a entender a meu avô, que em suas saídas, às quintas-feiras, visitava suas namoradas e dizia que gostava muito de crianças e que, volta e meio era convidado para padrinho. Tinha afilhados por toda cidade e sempre os auxiliava. Meu avô estava desconfiado com tantos afilhados! Eram mais de vinte e sempre mencionava alguns nomes: Por que Abel? Tenho que visitar a Rosa em Viamão, a Margarida na Alvorada, a Setembrina no Gravataí, a Frida no Moinhos de Vento e no Menino Deus a Almerinda (SILVA, p. 18).

Mais uma vez, os silêncios estão contidos na narrativa deste personagem. Ele torna as informações ambíguas e, nesse caso especificamente, escrever torna-se “uma relação particular com o silêncio” (Orlandi, 2010). Percebemos este silêncio, completo de sentidos, na citação acima quando o Sr. Jayme fala: “Ele era casado! Estas coisas, ele nunca relatou a ninguém, inclusive a sua esposa” (SILVA, p.18).

Assim, o cotidiano do seu Jayme se descortina com a sua biografia, contando não somente a sua história, mas também a de outros personagens, inclusive a de seu avô que conseguiu um patamar hierárquico social respeitável.

Podemos perceber um pouco da sua trajetória em entrevista concedida ao jornal *Correio do Povo* em 1932, reportagem que também se encontra no livro do Sr Jayme. Sobre sua trajetória, ele, Sr. Abel de Souza, relata:

Em junho de 1878 entrei para a typographia do “Jornal do Commercio, de propriedade do Sr Manoel Antônio da Silva, situado a Rua dos Andradas, junto a casa, onde hoje se encontra o Restaurante Ghlosso, local onde está o edificado o Grande Hotel. [...]. Depois de três mezes de aprendizagem, já compondo mais de cento e vinte linhas por dia, principiei a ganhar um mil réis por semana. [...]. O Jornal do *Commercio* mudou suas oficinas para a praça da

alfândega, local aonde está o edifício Wilson, continuando a impressão da folha e outros serviços concernentes a typographia. [...]. Nessa época passei a ganhar quatro mil réis por semana. Um dinheirão! Já meio oficial, como se dizia naquele tempo, fui trabalhar nas oficinas do *Mercantil*, de propriedade do Sr. João Cancio Gomes, situada a rua da Ladeira. [...]. Tendo sido fundada a *Gazeta de Porto Alegre* [...], ingressei nesse jornal que era feito nas oficinas do “Deutsche Zeitung”, a rua General Câmara. [...]. Em 1884 voltei para a typographia da *Deutschen Zeitung*, para trabalhar para o novo jornal de propaganda republicana, sob a direção do Dr. Julio de Castilhos, *A Federação*. [...]. Deixando *A Federação*, depois de mais de dois annos, voltei para *Deutschen Zeitung* [...], ahi tomei conta da confecção do semanário ilustrado, “O Século”. [...]. Tendo cessado a publicação de “O Século” fui para as oficinas do *Jornal do Commercio* [...], onde se trabalhava toda noite à vela de cebo. Eu e mais dois colegas compúnhamos a “A Pátria” jornal semanário de grande formato. [...] deixando o *Jornal do Commercio* passei para “O Conservador”, organ do partido conservador [...], ahi tomei por conta própria, a composição do seminário “Folha da Tarde”. [...] Em 1890 ingressei na livreria Americana, onde editava “A Reforma” (SILVA, 2006, p.75-80).

Enfim, como se pode perceber, a carreira desse homem foi substancial, passando por vários jornais de diversas linhas políticas e teóricas, tanto conservadoras quanto liberais. Nesse meio, ele tornava-se um homem incomum perante os outros da sua região. Por isso, explica-se sua posição e também as suas influências. Quem seria seu amigo, o Lobisomem do Morro Santana? Alguém importante? Alguma pessoa pública nas suas relações de trabalho? Questões que não cabem aqui analisar, apenas puras divagações. Pelo menos neste trabalho.

Outro nome emblemático na cidade de Porto Alegre foi o Sr. Veridiano Farias, nascido em 1906, na cidade de Rio Grande. Mudando-se para Porto Alegre, se estabeleceu na Colônia Africana, especificamente na Rua Vasco da Gama. Começou a estudar música e, posteriormente, a tocar em orquestras. Foi professor de música, trabalhou como condutor de bondes da Companhia Carris Porto-Alegrense e cursou Magistério. Mais tarde, após diversas tentativas, cursou a Faculdade de Ciência Médica do Rio de Janeiro, tornando-se médico em 1951, exercendo ofício no hospital de Itapuã. O excepcional caso de Veridiano Farias demonstra outro lado produtivo e intelectual da Colônia Africana.³⁷

Arilson dos Santos Gomes, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, dedica seus estudos aos intelectuais negros e suas estratégias de ascensão. Em sua dissertação: *A Formação de Oásis: dos Movimentos*

³⁷ Cf. FARIAS, Éder Luis. *Da música à Medicina: A odisséia da formatura do segundo médico gaúcho negro*. Porto Alegre: Cidadela, 2010. p. 187.

Frentenegrinos ao Primeiro Congresso Nacional do Negro em Porto Alegre – RS (1931-1958) de 2008. O autor disserta que através do senhor José Domingos Alves da Silveira, conseguiu diversos recortes de jornais, e dentre eles, a informação de em 1958 ocorreu em Porto Alegre o Primeiro Congresso Nacional do Negro, organizado pela Sociedade Beneficente Floresta Aurora.

Esta Frente Brasileira Negra (FBN) tinha bases em várias regiões do país ³⁸ e na capital gaúcha, como um dos seus apoiadores, a Floresta Aurora a organizar palestras e encontros entre intelectuais negros de diversas partes do país. Gomes utiliza a metáfora do “oásis” para designar estes encontros demonstrando que deles surgia uma “fonte” de troca de conhecimentos entre estas categorias. De outro modo, os “desertos seriam o racismo, o preconceito, e as discriminações sofridas por qualquer ser humano” (GOMES, 2008, p. 22).

Este congresso reuniu diversos intelectuais dentre eles “o Embaixador do Haiti, ‘o Dr. Ralfh Bunch, ilustre negro norteamericano delegado dos E.U.A junto à ONU’, Prof. Dr. Dante Laytano e o Prof. Dr. Dario Bitencourt, ambos da UFRGS” (GOMES, 2008, 172). Gomes ainda cita outros palestrantes nesse congresso que não constam nas atas:

Dr. Luiz Lesseigner de Faria, Dr. Darci Conde Salgado, Dr. Manoel Luiz Leão, Presidente da SBFA, Valter Santos, Bacharel Armando Hipólito dos Santos, Sr. Divino Ferreira, Professor Gilberto Jorge Gonçalves da Silva, Dr. Laudelino Medeiros, Manoelito Ferreira, Professora Vera Bandeira Marques, Professor Dr. Justimiano Espírito Santo, Radialista Abel Gonçalves, Deputado e Professor Armando Temperani Pereira, Dr. J.P. Coelho de Souza, Dr. Hélio Carlomagno, Professor José Maria Rodrigues, Jornalista Arquymedes Fortini e o conselheiro da SBFA, Sr. Edson Couto (GOMES, 2008, p. 171).

O perfil destes palestrantes, segundo Gomes, pode ser dividido em cinco categorias:

- 1) O perfil do palestrante vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como Laudelino Medeiros, Dario Bittencourt e Dante Laytano;
- 2) O do palestrante vinculado à UFRGS, especificamente ao Curso de Engenharia da Universidade, o mesmo Curso em que se formou Leonel de Moura Brizola, como Manoel Luiz Leão, Luiz Lesseigner de Faria e Darci Conde Salgado;

³⁸ Cf. GOMES, Arilson dos Santos. *A Formação de Oásis: dos Movimentos Frentenegrinos ao Primeiro Congresso Nacional do Negro em Porto Alegre – RS, 1931-1958*, 2008.

- 3) O do palestrante vinculado à organização negra líder do encontro, a Sociedade Floresta Aurora, sendo os mesmos localizados como palestrantes e mediadores como Edson Couto e Manoelito Ferreira;
 - 4) O político partidário, em sua grande maioria filiado ao PTB, sendo, estes participantes localizados, praticamente, em todos os dias do encontro, como Armando Temperani Pereira.
 - 5) O quinto e último perfil localizado foi a do palestrante jornalista, este representando a Imprensa gaúcha e brasileira, como Arquymedis Fortini e Abel Gonçalves (GOMES, 2008, p. 172).
- Parei

Casos como os citados, eram desconhecidos para maioria da população, e aqueles afrodescendentes que ascendiam socialmente ficavam no anonimato. Muitas vezes, uma caricatura era projetada sobre eles, encobrendo e estereotipando sua população, isso era produzido por parte da imprensa da época.³⁹

Tais atitudes chamam a atenção pelo aspecto racista, embora menos simplista e mais comprometido com a visão histórica. Tentamos compreender a mentalidade intelectual entre os anos de 1830 a 1970, momento em que giravam pela Europa e América, principalmente a América do Norte, as teorias sobre os “tipos” humanos.

Ainda que breve, se faz necessária uma sucinta análise do conjunto de ideias da intelectualidade em finais do século XVIII, a maioria em busca da “verdade” pura. Neste século, um conjunto de intelectuais europeus buscou na ciência a “verdade” pura, uma ideia rebuscada da Revolução Francesa que contemplava na ciência aquilo que até então era exclusivamente da igreja católica, a verdade.

Este pensamento coloca o cientista no topo da sociedade, construindo inúmeras teorias, dentre elas o cientificismo, o evolucionismo, o darwinismo social e o racialismo. Michael Banton, na sua obra clássica, *A ideia de raça* (1997), reúne diversos intelectuais e teoriza, junto a eles, o conceito de raça, suas implicações, seu significado e como esse aspecto agia biologicamente em diferentes povos.⁴⁰ “No século XIX, o termo ‘raça’ veio a significar uma qualidade física inerente. Os outros povos passavam a ser vistos como biologicamente diferentes”. Ou seja, as primeiras definições tipológicas começam a surgir. “Embora a definição continuasse incerta, as pessoas começaram a pensar que a

³⁹ A imprensa jornalística sempre depreciou os territórios negros de todo o Brasil, e antes destes territórios os próprios escravos. Os motivos serão detalhados no corpo deste trabalho (estamos falando neste momento do início século XX).

⁴⁰ Este livro explora o contexto intelectual em que surgia a velha concepção de relações raciais, e prossegue discutindo as principais lições nas mudanças de atitude a respeito destas matérias. Estuda também as relações raciais como um campo geral de conhecimentos que tenta juntar num mesmo quadro estudo de relações grupais (BANTON, 1997, p. 12).

humanidade estava dividida em raças”. Começava, então, uma classificação hierárquica das raças “um processo social, que poderia ser denominado racialização, pelo qual se desenvolveu um modo de categorização, aplicado com hesitação nos trabalhos históricos europeus, e depois, mais confiadamente, às populações do mundo” (BANTON, 1977, p. 30).

Embebida por essa “onda”, a Porto Alegre do século XX estava contemplada por jornais que adotavam tais ideias. Embora não explicitadas, estereotipavam comunidades afrodescendentes que se encontravam estabelecidas em pontos estratégicos da cidade, ou seja, próximos ao centro da capital.

Estes jornais eram: *Gazeta*, *A Gazetinha*, o *Jornal do Comércio* e o *Correio do Povo*. Essas eram as “vozes” de uma parte da população, na sua maioria de situação econômica elevada e branca, que viam estes territórios com grande potencial imobiliário, e também pela sua proximidade com o centro e seu porto, onde acontecia a maioria das transações comerciais e prestações de serviço.

Estes veículos de informação foram escolhidos para análise pelo destaque que apresentam nas suas falas. Embora “mascaradas” na forma de melhorias para a população, tinham como objetivo higienizar os territórios negros.⁴¹ Estes lugares onde os afrodescendentes se estabeleceram, eram cobiçados, pois “a moradia vai ter um papel importante na composição destes territórios negros. Primeiramente por serem marcados por tensões e disputas sociais ao ser local sob força e interesses diversos (de especuladores imobiliários e da população residente)” (BOHRER, p. 148).

As populações negras e pobres destes territórios se tornaram um “estorvo” para as ambições dessa nova Porto Alegre que surgia, e o cronista de *A Gazetinha*, que depois se tornará homem público, será um dos responsáveis por difamar, no intuito de segregar, essa população.

Exemplo disso, por volta de 1915, Ary Sanhudo Veiga, cronista, advogado e ex-vereador, escreveu, no jornal *A Gazetinha*, que a referida região começou a melhorar

⁴¹ Sobre os territórios negros, ver em artigo de Bohrer, (PESAVENTO, 2011, p. 127). Ele esclarece que a “Colônia Africana, a Cidade Baixa, o Areal da Baronesa e a Ilhota como territórios marcadamente de composição negra *territórios negros (grifo meu)* no período final do regime escravista e pós-abolição, formando um ‘cinturão negro’ ao redor da região central, espaço privilegiado da vida administrativa, econômica e cultural das elites dirigentes. Em contraponto a estes territórios negros, havia outras regiões onde habitavam segmentos abastados voltados para a implantação da modernização urbana, o que gerou uma divisão espacial marcada pela diferenciação social”.

seu ambiente no momento em que os judeus começaram a ocupá-la o Bairro Bom Fim, inclusive, branqueou seu nome. Segundo ele,

O lugar, como se pode ainda verificar, era simplesmente primitivo, [...] a Colônia Africana só começou a ser chamada de bairro Rio Branco, ultimamente, com a laboriosa coletividade israelita em seu território. Hoje conta até com sinagogas! É claro que tomou este último nome em homenagem ao Barão, o grande chanceler da República, falecido em fevereiro de 1912. A região agora apresenta bom aspecto. [...]. Atualmente é um bairro moderno e urbanizado, mas ainda até bem pouco tempo era um lugar perigoso e infestado de desordeiros (SANHUDO, 1915, p. 114).

Sanhudo se referia à Colônia Africana, com seus adjetivos depreciativos, tais como, “a presença negra transformava a região num ambiente primitivo e marginalizado”, ou seja, seu olhar era de quem só vê aquilo que quer enxergar, o lado negativo da localidade.

Partimos do princípio de que não devemos mostrar somente a história triste de escravidão, preconceito e maus-tratos que o negro sofreu, durante o período colonial e imperial, mas não podemos macular ou escamotear estes acontecimentos. Ora, é importante mostrar os indivíduos negros que ascenderam socialmente, como o Sr. Abel de Souza ou o Sr. Veridiano Farias, ou outros desconhecidos, seja em suas festas, sua cultura tão rica e tão plural, ou em aspectos intelectuais praticados pelos nomes citados.

O contrário disso seria abrandar ou deixar esquecer as agruras de um passado de escravidão, tão próximo, que, mesmo após seu término, ainda tenham seus efeitos hoje. De outro modo, estaremos cada vez mais relativizando a escravidão e as lutas atuais pelos direitos dos afrodescendentes. Os judeus não estão a todo momento nos lembrando do Holocausto? Por que deveríamos esquecer essa mancha em nossa história chamada escravidão?

As memórias do Sr. Jayme, impressas em seu livro, nos levam a uma Porto Alegre do século XX em vias de modernização, com seus bairros já delineados, mas pouco se fala sobre as dificuldades de sua comunidade em ascender socialmente. Parece até existir história paralela. Uma análise mais profunda mostra outros atores que ascenderam socialmente, com alguns desafios pela frente, como no caso do Sr. Veridiano Farias que, após algumas tentativas de ingressar na Faculdade de Medicina no Rio Grande do Sul, conseguiu êxito somente no Rio de Janeiro.

Por fim, apontamos a mentalidade intelectual entre os anos de 1830 e 1970, que muito influenciou a intelectualidade brasileira e órgãos governamentais. Apontou-se que a imprensa agregou em suas falas conceitos depreciativos e ideias errôneas, com o objetivo de higienizar os territórios negros de Porto Alegre, traduzindo-se numa ótica excludente.

3. IMAGENS DA COLÔNIA AFRICANA: UM LUGAR DE SOCIALIZAÇÃO

Antes de adentrarmos na análise das imagens do carnaval da Colônia Africana, faz-se necessário que compreendamos as origens de tal manifestação popular. Para tanto, retomemos a ideia inicial do carnaval de rua como forma de manifestação e afirmação das identidades do povo negro, ainda que por diversas ocasiões essas festas, no passado, fossem cooptadas pelos brancos como um fausto fantástico ou uma troca de papéis, onde o rei poderia virar mendigo, o pobre tornava-se rei, o homem se travestia de mulher, enfim.

Etimologicamente a palavra carnaval vem do latim, *carnis le vale*, e quer dizer retirar a carne, e está intimamente relacionado à quaresma e ao jejum, ou seja, negação aos prazeres mundanos, uma tentativa da Igreja católica de agrupar ao seu calendário uma festa pagã.

Para os babilônios, existiram duas festividades que podem ter sido a origem do que conhecemos como carnaval. Essas duas festividades trabalhavam a troca de papéis sociais. A primeira eram as saceias, festas em que um prisioneiro ou escravo adotava por alguns dias oposição de majestade, travestindo-se como tal, com todas as honrarias, inclusive copulando com as esposas do rei. Por fim, o prisioneiro era flagelado, e depois enforcado ou empalado.

Outra forma de manifestação festiva ou cerimonial de troca de papéis, sociais pode ser percebida num rito realizado pelo próprio rei na véspera do equinócio da primavera. O ritual ocorria no templo de Marduk (deus babilônico). Nessa festa cerimonial, o rei abdicava de seus poderes, momentaneamente, e era, literalmente, espancado diante da escultura de Marduk. Essa situação vexatória tinha o propósito de mostrar subserviência e submissão da majestade perante o deus. Logo em seguida, o poder do rei era restaurado, e ele reassumia seu trono.

A ambiguidade nestas duas festas permite ligar a ideia do carnaval como caráter de transposição de papéis sociais, tais como: o prisioneiro transformando-se em rei e a situação vexatória pelo qual a majestade passa diante de seus súditos e do seu deus como forma de submissão. Demonstra a ideia pagã de subverter a ordem. É possível que esta ideia de subversão e inversão de papéis sociais no carnaval, como as diversas fantasias ou de homens travestirem-se de mulheres ou vice-versa, possa ter origem na antiguidade.

Na história brasileira, o carnaval tem início no período colonial, e o entrudo como primeira origem dessa festa aqui, ligada às tradições linguísticas e culturais. Os portugueses que, recebendo esta influência da antiguidade, nos legaram esta ideia baconiana dos romanos, que também recebem dos gregos influências do deus Dionísio. Estas tradições ligadas às coisas mundanas, terrestres, foram praticadas nos tempos do Brasil colônia por nobres, populares e pelos escravos.

Em tese defendida em 2012, *Festas Carnavalescas de Porto Alegre: Evas e Marias nas redes de poder (1906–1914)*, Caroline Pereira Leal procura investigar as transformações do carnaval de Porto Alegre.

Dentre as características do carnaval daquela época, a autora destacou o entrudo como a primeira maneira de “brincar” no nosso carnaval, e que era muito apreciada pela família Bragança: “era uma série de brincadeiras e pilhérias que se fazia durante este período, sobretudo, o arremesso de bolas de cera, em formato de limão, que continham água, os chamados limões de cheiro”.

Nesse momento, ainda muito incipiente no Brasil, o carnaval possuía estas características ditas “inocentes” acompanhando a mentalidade da época. “Muitas vezes,

este aparato era substituído por água jogada de bacias e baldes, sendo mais tarde substituído por bisnagas e seringas.

Enfim, o objetivo era molhar e sujar o adversário. A autora comenta que essa brincadeira atraía a corte, e que esse tipo de carnaval aqui chegado com nossos colonizadores, “era a brincadeira predileta até o II Reinado, tendo até mesmo D. Pedro I e II como ardorosos jogadores. Com o passar do tempo, porém, esse jogo passou a ser bastante criticado”.

Houve então o tempo das críticas a esse tipo de festa, “desde 1847 já era proibido nos Códigos de Posturas Municipais, sendo estipuladas multas para quem desobedecesse (estes editais de proibição do jogo foram publicados nos jornais ao longo de várias décadas)” (LEAL, 2012, p. 31).

Posteriormente, no final do século XIX, o entrudo foi sendo perseguido pela polícia, recebendo muitas críticas da imprensa, que “via no molhado entrudo uma selvageria, resquícios da barbárie, de uma cultura atrasada, que ainda não se havia civilizado”, portanto, deveria ser substituído (GERMANO, 1999, p.80).

Numa tentativa de moralizar e normatizar o carnaval, foram criadas as sociedades carnavalescas, *Esmeralda* e *Venezianos*, que, além da transformação na essência da festa, também esses novos núcleos eram compostos por uma camada abastada da sociedade gaúcha. E depois, pelos anos 1930, teremos o surgimento dos blocos de carnavais, corsos, ranchos e festas de salão.

Muito além de compreender a história do carnaval porto-alegrense de forma cronológica e evolutiva, é importante que prestemos atenção porque todos estes movimentos festivos coexistiram e compactuaram, em níveis diferentes, das mesmas aspirações e desejos contidos dentro do carnaval. Nesse sentido, no período varguista, há um projeto nacional para construir a identidade do brasileiro, com o objetivo de abrandar as contradições e as lutas sociais, porém, esta vontade ia contra as peculiaridades das diversas etnias que compunham este solo.

Aproximamos esta ideia à da dissertação de Marcus Vinícius Freitas da Rosa *Quando Vargas caiu no samba: um estudo sobre os significados do carnaval e as relações sociais estabelecidas entre os poderes públicos, a imprensa e os grupos de foliões em Porto Alegre durante as décadas de 1930 e 1940*, de 2008, quando comenta

que: “Ao longo das décadas de 30 e 40 os foliões oriundos das camadas mais baixas da população fizeram uso próprio dos dias consagrados a Momo, buscando visibilidade”.

Há uma nítida adaptação do carnaval no Brasil, nesse período, começando a ganhar legitimidade e personalidade como um movimento cultural mais maduro e personificado, agora com a figura do rei Momo. “Trata-se de um período em que o carnaval foi alvo de exaltação, de valorização e de publicidade por parte da imprensa e dos poderes públicos”. Observando este período do país, como uma vontade de integração das culturas, por parte do Estado, a sua legitimidade individual se faz presente, através dos “grupos sociais – principalmente negros – [...] encontram nos carnavais de anos 30 e 40 veículo para buscar a reversão de estigmas, [...] exaltações sociais que estavam submetidos no cotidiano” (ROSA, 2008, p. 18).

Penetrando nessa seara, compactuamos que o carnaval, neste momento, representava a busca da identidade negra, e não uma forma de universalização da cultura brasileira, como pretendia a mídia e os órgãos públicos.

A partir de agora, analisaremos as imagens do carnaval da Colônia Africana. Para tanto, será utilizado o método iconográfico, defendido pelo grupo de Aby Warburg (1929), com a descrição das imagens unida a uma bibliografia pertinente, no intuito de contextualizar o tema. Assim, o leitor terá uma visão mais clara e objetiva da totalidade histórica e das representações contidas nas imagens. Os símbolos contidos nas fotografias ajudam a entender os processos ideológicos que fizeram parte da sua produção, da mesma forma que o olhar do fotógrafo e de quem está sendo fotografado também será objeto de estudo para a compreensão da fotografia como uma representação do real, e não como reflexo da realidade.

3.1. As festividades

Uma das formas, dos afrodescendentes da Colônia Africana manifestarem suas aspirações culturais era através dos terreiros de religiões de matriz africana ou nas suas festas, cultivando suas tradições e fortalecendo seus laços de parentesco. Nesses locais,

era o momento de busca e fortalecimento da identidade da Colônia Africana, tornando-se um lugar de identificação coletiva dos afro-gaúchos. Um lugar onde as pessoas poderiam fortalecer sociabilidade e reconstruírem a sua cultura, que há pouco havia sido desfeita durante o cativeiro. Ali estavam sendo fixados territórios “seios da mãe maternal”.

Mattos trabalha com propriedade o conceito de territorialidade, e cita, em sua dissertação, Muniz Sodré para explicar que os territórios negros são como um corpo. O terreiro “seria para eles também um território, pois como corpo, mesmo que contido na condição de escravo, o negro trazia consigo a memória da África, revelada nas danças aos orixás”. Devemos lembrar que estas tradições estão “gravadas” em boa parte da cultura brasileira sendo elas uma das formas de ressocialização diante dos vínculos desfeitos com o cativeiro, já que criava em torno de si formas de parentesco ritual com as mães e filhos de santo (MATTOS, 2000, p. 15).

Embora, todas estas tradições intrínsecas estejam “gravadas” na alma daqueles que resistiram e sobreviveram ao período escravista, podemos agregar à tese de Sodré o caráter organizacional destas pessoas. Pois, além do terreiro ter sido, e ainda o é, um campo de resistência e de cultivo das suas tradições, ele e outros elementos, como as confrarias, de nada serviriam se não houvesse a organização dos seus integrantes para agirem e adaptar-se, inclusive juridicamente, galgando, assim, seus direitos garantidos e legitimados atualmente, como, por exemplo, a política de cotas e a sua cidadania.

Dessa forma, estes dois sistemas culturais tiveram papel preponderante para reunir a comunidade afrodescendente, “regado” com muita alegria, como comenta o Sr. Osvaldo Ferreira dos Santos, morador do Mont Serrat, em entrevista concedida dia 16/09/11.

A colônia foi um Bairro de muita alegria; as pessoas eram muito felizes. Era como uma família que se respeitava, as pessoas andavam muito bem vestidas, as festas eram muito bem organizadas. Tinham muitos instrumentos musicais, os homens de terno e gravata. Tinha a festa da primavera, a festa de São João, enfim, eles tinham uma forma de ver e enxergar o mundo muito melhor do que hoje porque eles acreditavam que viviam numa comunidade (informação verbal, 2011).

O depoimento indica que havia uma comunhão entre as famílias, demonstrando a intensa movimentação cultural, não só dando origem aos primeiros blocos de carnaval

da cidade, como também perpetuando a cultura, elevando e cultivando as tradições dessa população.

Nas famosas festas do Salão do Rui, que ficava na esquina da Rua Miguel Tostes com a Rua Casemiro de Abreu, aconteciam os bailes mais importantes da região. As pessoas iam muito bem trajadas, os homens de paletó e gravata, e as mulheres com belos vestidos bem ornamentados feitos de organdi e outros tecidos em moda na época, que não poderiam ser repetidos no intervalo entre uma festa e outra.

Desfilavam ali rainhas das festas da Colônia Africana para a coroação no palco, e apresentação de grandes orquestras. Segundo Irene Santos (2010, p.86), “grandes estrelas circulavam nestes bailes: Grande Otelo, Horacina Corrêa, Dalva de Oliveira, Herivelto Martins, Orlando Silva e Francisco Alves”.

Figura 7: Salão Modelo (por volta de 1920)



Fonte: Irene Santos ⁴²

Podemos perceber, como retratado na imagem, alguns sinais característicos na organização das pessoas, nas suas vestimentas, uma preocupação em vestir-se bem, na aparência dos dançarinos com seus paletós e as moças com belos e ornamentados vestidos, confirmando, assim, a narrativa de Sr. Osvaldo.

A festa, retratada na fotografia, passa a ideia de alegria, comemoração e confraternização, mas é importante que prestemos atenção ao conjunto de signos ideológicos contidos na cena. A imagem sugere a ideia de ascensão social dos seus

⁴² SANTOS, Irene. 2010, p. 94. Fotografia do acervo de Adair Dias, dimensões não referidas pela autora do livro.

participantes na cena, mesmo sabendo que a imagem é apenas uma representação do real, de um tempo ou de um determinado grupo.

Nesse sentido, Maria Cerutti Miguel ensina que “é preciso romper com as pesquisas que se orientam a partir da ‘teoria do espelho’, isto é, aquelas que encaram a fotografia como reflexo da realidade”.

Todas as imagens utilizadas nesse trabalho são vistas sob a ótica de que nunca podemos observá-las como uma representação do real, “mas sempre considerando a fotografia como um corpo de signos e todo signo como constituinte ideológico”, ou seja, toda imagem é carregada de teor ideológico seja a partir de quem é retratado para o espectador ou de quem retrata a imagem para ser vista com certa intencionalidade e função, é o que podemos perceber nessa imagem. “A questão do sentido que o permeia somente pode ser formulada a partir do estudo das relações dos signos com aqueles que os emitem ou recebem em determinadas situações” (MIGUEL, 1993, p. 124).

Outro ponto a ser destacado na fotografia é a união das pessoas. Nota-se que a maioria das pessoas na festa são afrodescendentes, mas também participam da foto pessoas de outras etnias, possivelmente imigrantes de nacionalidades diversas, o que nos leva a crer na tolerância e na convivência pacífica naquele momento, ou seja, a união daquele grupo num instante de descontração.

Mas é necessário que se tenha em mente como a fotografia funciona, do ponto de vista da representação de um sujeito em ascensão social. Assim, a imagem fabrica indivíduos conscientes disso, ou não, numa tentativa de reafirmar suas posições ideológicas perante o grupo e fora dele.

A fotografia, que inicia no século XIX, com a Revolução Industrial, ainda é muito incipiente no Brasil no século XX. Portanto, a possibilidade de portar uma máquina fotográfica no intuito de congelar imagens e guardar para a posteridade não era algo muito comum, ou seja, era privilégio de alguns profissionais.

Um fotógrafo dirigia-se para uma festa no intuito de utilizar um equipamento moderno para a época, e para tanto certamente era aceito e pago. Possuir uma máquina fotográfica é um indício de e/ou facilidade de acesso à modernidade, e os retratados, nesse caso, deveriam valer o investimento, quer dizer, alguém pagava por esse trabalho.

Este profissional mostra uma visão ampla da cena, dando ao observador indícios de que esta foto pode ter sido encomendada, possivelmente pelo dono da festa, indicando uma visão geral de uma festa ordeira, com pessoas bem-vestidas, retratando muitos dos participantes, desprevenidos, em gestos naturais e sem pose para foto.

Neste subitem pretendeu-se mostrar a importância das festividades dentro da Colônia Africana como forma de resistência. Para tanto, foi analisada uma imagem de uma festa, na qual foram elencadas algumas pistas simbólicas sobre a significação destas festividades para aquela população. A ideia de ascensão social foi constatada nesta foto numa sociedade que há pouco havia saído da escravidão, precisava trabalhar a identidade do seu povo e construir sua memória rica de significação, resistência e identidade.

3.2. Fotografia como fonte de pesquisa histórica

Desde a Escola dos *Annales*, a fotografia tem sido levada em consideração pelos historiadores como fonte de pesquisa do fazer histórico. Fonte que pode ser utilizada nas mais variadas áreas do conhecimento, como nas artes ou nas ciências. A fotografia como imagem e representação de algo que está impregnado de ideologia, memória e atitude. Ela é um fragmento da sociedade e uma parte da realidade cultural e social. Diante dela, o historiador deve utilizar estratégias de análises adequadas, para que possa ler as imagens e desvendar um passado a ser descoberto, rico de memórias, simbologias e significações.

A partir do ponto de vista do sujeito que se estuda, a sua imagem fotográfica levará o observador a uma visão restrita a ele. Portanto, o historiador deve ter cuidado em fazer a análise dentro do contexto histórico, trabalhando numa rede de relações, cotejando contextos, simbologias e outros aspectos relevantes que deem subsídios para montar este “quebra-cabeça”, caso contrário, corre-se o risco de ter uma visão particularizada e simplista do seu objeto. Nesse sentido, Boris Kossoy esclarece que “o artefato fotográfico, através da matéria (que lhe dá corpo) e de sua expressão (o registro visual nele contido), constitui uma fonte histórica” (KOSSOY, 2001, p.45).

Como uma das fontes utilizadas nesse trabalho, a fotografia nos indica, muitas vezes, um sentido contraditório entre personagens e pesquisadores sobre o tema, pois nega uma historiografia embasada na criminalização desta comunidade, fazendo a leitura do integrante de bairro considerado marginal para os moldes da época, embora o que vimos nas imagens, e as que seguirão, representem um povo festeiro e bem

alinhado, posando para foto. Ainda que saibamos sobre o teor representativo das imagens (KOSSOY, 2001, p. 47).

Portanto, a fotografia é uma ferramenta fundamental como instrumento de apoio à pesquisa, sendo ela testemunho e representação do mundo, formando o grande “quebra-cabeça” do conhecimento histórico.

Boris Kossoy, em seu livro *Fotografia e História* (2001), disserta de que, para se ter uma dimensão maior sobre os conteúdos imagéticos das fotografias, deve-se utilizar quatro grandes categorias de fontes: “escritas, iconográficas, orais e objetos”. Essas categorias podem ser utilizadas unidas ou isoladamente, para que se obtenha a ideia central sobre o assunto a ser investigado.

Uma imagem pode ser um texto da mesma forma que um texto pode tornar-se uma imagem, já que, muitas vezes, o espectador utiliza os seus conhecimentos para ler a imagem e formar uma narrativa sobre aquilo que se está observando. Nesse sentido, pretende-se utilizar aqui três das quatro categorias sugeridas por Kossoy, são elas: as fontes escritas, as orais e as iconográficas.

Primeiramente, as fontes escritas, na forma de bibliografias que remetam e situem o objeto no espaço e no tempo, dando subsídios, argumentando e indo ao encontro da identificação da fotografia geograficamente no seu tempo. Para tanto, os impressos em jornais, ou até mesmo outros periódicos e livros, são de suma importância.

Seguidamente, para ajudar na análise das fotografias e na tentativa de extrair e entender as particularidades de uma cultura, ouvimos as narrativas dos próprios agentes contidos nelas, a fonte foi valiosa, e dentre tantas a que melhor se ajusta é a História Oral Temática. Os sujeitos e os objetos de estudo, como já mencionamos, são os moradores da antiga Colônia Africana retratados no Carnaval de Porto Alegre, ou em outras situações do seu cotidiano, na primeira metade do século XX.

Por fim, o método iconográfico será utilizado no sentido de identificar as memórias sociais e culturais, e também entender seus significados dentro das suas próprias culturas. Alguns autores defendem esta visão, desde Aby Warburg (1866-1929), com a sua iconologia, mas este não é o foco deste estudo. Erwin Panofsky, (1892-1968), discípulo de Warburg, junto com seus colegas Fritz Szxl, Ernest H. Gombrich e Edgar Wind, que fizeram parte do chamado grupo de Warburg, desenvolvendo o método iconográfico (MENESES, 2012, p. 244).

A iconografia foi uma teoria defendida no início do século XX, por este grupo de historiadores descontentes com a história da arte da época do século XIX. História esta impregnada por uma análise cronológica sobre a obra de arte, ainda muito “dependente” de um formalismo, e presa às técnicas dos artistas, deixando de lado as particularidades dos sujeitos produtores e os espectadores das culturas.

As obras de arte, segundo o método iconográfico, deverão obedecer a um fator anacrônico, psicológico e simbólico nas imagens. Outras disciplinas deverão ser utilizadas para análise, tais como a Antropologia, a Sociologia e a Psicanálise, eliminando qualquer método classificatório, comparativo e tradicional (MENESES, 2012, p. 244).

Dessa forma, também é possível fazer uma história sem documentos escritos, contrariando a ideia positivista do documento fidedigno e da história dos grandes homens. A vida do cidadão comum e seu cotidiano podem ser percebidos através de novas fontes, as fotografias. Esta funciona como testemunho vivo de uma narrativa e uma memória, impregnada de símbolos e pistas de um passado a ser desvelado pelo historiador.

Nesse caso, o método iconográfico é de suma importância e, quando não utilizado na análise das imagens, corre-se o risco de se ter uma visão plana e superficial das mesmas, analisando a foto por ela mesma, tratando-as como espelho do real, e não como algo que tem uma “mensagem situada, produzida por alguém e com endereço determinado” (MIGUEL, 1993, p. 124), ou seja, a fotografia é uma construção ideológica produzida pelos agentes nela envolvidos.

3.3. Imagens do carnaval na Colônia Africana

Segundo Iris Graciela Germano, em dissertação defendida em 1999, com o título *Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 1940*, existiam em Porto Alegre diversos blocos de carnaval nas imediações da Colônia Africana, Areal da Baronesa e Ilhota:

O cordão carnavalesco “os *Turunas*” mais popularmente conhecido nos anos 30 e 40. Ao lado de blocos e cordões oriundos do Areal da Baronesa e da Ilhota, como os: *Tesouras, Divertidos e Atravessados, Ideal, Prediletos, Aspirantes do Samba, Não te Metas, Deixa Essa Mulher Chorar, Aratimbó, Filhos do Sul, Borboletas, Ai Vem a Marinha, Deixa Mágoa, Pois Olha, Se Julhinho, Democratas, Embrutos, Rei da Pândega, Piratas da Margem*, (GERMANO, 1999, p.211).

Ainda que a autora tenha se equivocado, pois os grupos “Prediletos e Aí Vem a Marinha” pertenciam à Colônia Africana, e não ao Areal da Baronesa ou à Ilhota, fica registrada a intensa movimentação cultural em Porto Alegre, fato que descreveremos mais adiante.

Após as ressalvas sobre as teorias de análises das fotografias, feitas no subitem anterior, ainda informamos que as imagens a seguir são fruto de entrevistas e troca de informações entre o Sr. Jayme Moreira da Silva e este autor.

As fotografias foram cedidas, digitalizadas e devolvidas para quem nos forneceu, que no corpo deste denomina-se como: família Moreira da Silva. Privilegia-se trabalhar com as originais, embora algumas vezes isso seja impossível, já que o proprietário das fotos mencionava não as possuir, disponibilizando para esta pesquisa algumas reproduções.

Este ponto também será analisado neste texto, pois, se há intenção de reproduzir algo do passado, o sujeito contido nesta imagem parece querer perpetuar e manter vivo um passado contido de significados. Começaremos a analisar a seguinte fotografia:

Figura 8: Grupo Carnavalesco “Aí Vem a Marinha” (década de 1930)



Fonte: acervo da família Moreira da Silva ⁴³

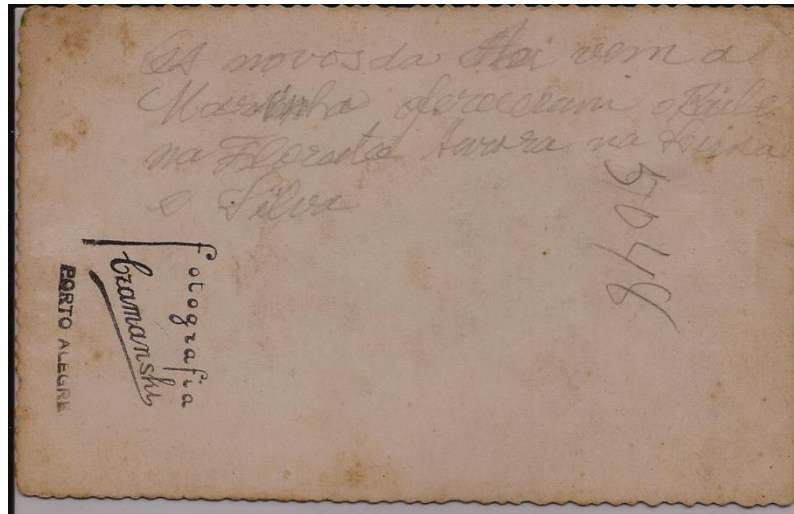
A fotografia acima retrata um dos grupos carnavalescos de vulto na Colônia Africana, “Aí vem a Marinha”, aproximadamente nos anos de 1930, tendo o Sr. Jayme como terceiro integrante da esquerda para a direita.

A cena mostra uma reunião de músicos, uma confraternização, mas pode-se perceber, lendo o verso da fotografia, que a reunião era uma comemoração, pois o grupo estava recebendo mais um integrante. Isso mostra que havia um crescente de novos integrantes juntando-se ao conjunto, para fortalecer as apresentações musicais.

Novamente a vestimenta aparece como símbolo de ascensão e este grupo demonstra a sua preocupação com a aparência, os rapazes engravatados e suas roupas bem alinhadas. Outro ponto a ser observado é a presença de apenas uma mulher. Isso demonstra o pensamento da sociedade da época em relação à mulher que, muitas vezes, a excluía de algumas atividades fora de casa, e quem subvertia essa ordem sobressaia-se, muitas vezes, carregando um estigma negativo perante os mais conservadores.

⁴³ Fotografia original, dimensões: 0,08 cm x 0,13cm, em papel amarelado pelo tempo, e serrilhado nas bordas, característico do papel da época.

Figura 9: Verso. Grupo Carnavalesco “Aí Vem a Marinha” (década de 1930)



Fonte: acervo da família Moreira da Silva⁴⁴

No verso desta fotografia há algo escrito, feito de próprio punho pelo Sr. Jayme, referente a um baile de comemoração realizada na Sociedade Recreativa Beneficente Floresta Aurora, por estar recebendo mais um integrante ao grupo musical.⁴⁵ Não ficando claro quem eram estes novos integrantes do grupo carnavalesco “Aí Vem a Marinha”.

Senhora Maria José fala sobre alguns grupos de carnaval da Colônia e, segundo ela, este grupo era da sua família.

Tinha a sociedade *Os Prediletos*, com sede na Rua Francisco Ferrer, onde se reuniam *Os Prediletos*; os *Turunas* não. Esses se reuniam na Rua Casemiro de Abreu. O grupo *Aí vem a Marinha* era da minha família, e na nossa casa na Rua Francisco Ferrer, ali que começou. Eu tenho o nome de todos eles, porque foram meus irmãos que fundaram o “Aí Vem a Marinha” (Informação Verbal, 2014).

⁴⁴ No verso está escrito: “Os novos de Aí Vem a Marinha oferecem ao baile na Floresta Aurora na Lima e Silva. Fotografia Gramanshi Porto Alegre”.

⁴⁵ Cf. Lúcia Regina Brito Pereira, as origens dos fundadores e associados desta Sociedade Recreativa Floresta Aurora. A Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora foi fundada por negros forros em Porto Alegre, em 31 de dezembro de 1872. Suas primeiras atuações foram realizadas nas esquinas das ruas Aurora (atual Dr. Barros Cassal) e Floresta (atual Cristóvão Colombo). Seus primeiros associados eram negros libertos, que deram um caráter beneficente à sociedade, porque objetivavam arrecadar fundos para o auxílio e assistência às famílias negras nos casos de óbito. Localizava-se em uma região vizinha, denominada Colônia Africana, também considerada, à época, arrabalde da cidade de Porto Alegre (PEREIRA, 2013, p. 82).

Estamos tentando provar, nesse ponto, que a movimentação dos blocos de carnaval indicam que esta localidade tinha outro lado, uma sociabilidade e que talvez, não tenha sido explorado pela historiografia este aspecto. Vendo nela somente uma famigerada “corte do crime”. Um exemplo disso pode ser visto na imagem seguinte, movimento do pré-carnaval, denominado de “assalto”.

Figura10: Grupo Carnavalesco “Quem Ri Por Último” (década de 1930)



Fonte: Acervo da família Moreira da Silva⁴⁶

A imagem da figura 10 mostra a movimentação dos grupos carnavalescos desfilando nas ruas. Era pré-carnaval, que, segundo Irene Santos (2010, p. 67), “em dezembro começavam os assaltos de carnaval das escolas de samba às casas dos vizinhos que tinham mais recursos”.

As apresentações eram na frente das residências, “como um coreto”. Esta fotografia não mostra um carnaval com muitas fantasias, pois era o “aquecimento” para

⁴⁶ Fotografia original, dimensões: 0,12 cm x 0,17 cm, papel amarelado pelo tempo.

o grande evento, mas é visível o grupo “Quem Ri Por Último”, sendo seguido e acompanhado por várias pessoas que se juntaram a ele integrando o movimento a todos que passavam, carregando a multidão para pelo fausto da festa.

Os aspectos da urbanização das ruas, das casas e do lugar também são destacados na figura 10. É visível um lugar com casas humildes, ruas de chão batido sem calçamento e aparentemente sem luz. Sr. Jayme, em uma entrevista, menciona como era a estrutura urbana na época.

Na Miguel Tostes tinham partes que já eram calçadas, outras ligavam com o bairro Santana. Isso que estou te falando é no começo lá por 1920, ou um pouco mais. [...] (a filha pergunta a ele: o Sr. contava para nós que ficava olhando na janela quando acendiam as luzes da rua com um acendedor, conte mais). O acendedor de lampião vinha acender a luz, todas as tardes, os lampiões nas esquinas. Isso eu escrevi no meu livro ⁴⁷. Esses dias saiu no jornal que tinha acendedor de lampião, mas eu presenciei isso, vinha ele com a escadinha acender o lampião nas esquinas da Ramiro Barcelos e no centro (Informação verbal, 14 de maio de 2013).

É importante que o historiador perceba as várias nuances ao analisar uma imagem. Ela nunca está totalmente isolada, mesmo que se queira tratar somente do carnaval, é imperativo que se mencione os elementos contidos na fotografia, como ensina Jean-Claude Schimitt, (2007. p. 143), “nenhuma imagem se encontra completamente isolada”.

Portanto, ao analisar a figura 10, percebe-se, além da festa, também a infraestrutura do bairro naquela época. A relação dos elementos contidos na imagem, tais como, as ruas relacionadas com seus habitantes, inclusive as narrativas, formam o todo para a compreensão do passado. A fotografia sozinha não contempla toda a história, ela é, apenas, como diria Kossoy (2001), um “resíduo do passado”, que junto a outras áreas, Arquitetura, Sociologia, Antropologia e outras ciências, constroem o saber histórico.

⁴⁷ SILVA, 2005. P. 81.

Figura 11: Muamba –(1931) Grupo Carnavalesco “Quem Ri Por Último”



Fonte: Acervo da família Moreira da Silva⁴⁸

A figura 11, que é uma continuidade da figura 10, mostra a hora da chegada em um ponto da cidade, visto que as entidades carnavalescas saíam às ruas para arrecadar donativos para as festividades, que seriam gastos com fantasias e alegorias. Mais uma vez, a mesma ideia de “aquecimento” antes do carnaval. Sobre esse aspecto, Irene Santos relata que

Antes dos assaltos saíam as Muambas, um grupo de homens que desfilava antes do carnaval, antes dos blocos, para angariar dinheiro no comércio. Um saía vestido de mulher, outro com a fantasia do ano que passou. Saíam ali pela Osvaldo Aranha, pela Venâncio Aires. Escolhiam um ponto de boa circulação de pessoas, paravam, abriam o pavilhão, dançavam, cantavam, evoluíam e esperavam as moedas (2010, p. 66).

O importante é perceber a diferença entre os integrantes de uma imagem e outra, uns em movimento e outros parados, ou seja, os personagens na figura 11 estão posicionados e prontos para serem retratados, pelo menos a grande maioria deles. A espontaneidade que se perde na figura 11 se ganha na figura 10, pois estes são fotografados de surpresa.

A preocupação do fotógrafo na figura 11 dá algumas pistas a serem analisadas. Em primeiro lugar, as crianças que andavam junto com o grupo, mostrado na figura 10,

⁴⁸ Fotografia Original, dimensões: 0,25 cm x 0,17 cm.

desapareceram na figura 11, posando para foto somente os integrantes do grupo, demonstrando que somente eles fazem parte do bloco carnavalesco “Quem Ri Por Último”.⁴⁹

Figura 12: Bloco carnavalesco “Prediletos” (1932)



Fonte: Acervo da família Moreira da Silva⁵⁰

As figuras 11 e 12 vão nesse mesmo sentido, ou seja, fotos em que as pessoas posam para serem retratadas. Estas imagens requerem uma análise mais rigorosa, para que não se faça uma leitura simplista nem que se tire conclusões precipitadas.

Da esquerda para a direita, o Sr. Jayme é o quarto integrante. Em conversa informal, obteve-se a informação de que este tinha na época desta fotografia entre 13 e 14 anos de idade. Os demais seriam amigos ou parentes (esta informação não foi muito

⁴⁹ Sobre essas manipulações, Maria Lúcia Cerutti cita Boris Kossoy: “ao observar uma fotografia deve-se estar consciente de que a interpretação do real será forçosamente influenciada por uma ou várias interpretações [...] As possibilidades de o fotógrafo interferir na imagem, e, portanto na configuração própria do assunto no contexto da realidade, existem desde a invenção da fotografia. Dramatizando ou valorizando esteticamente os cenários, deformando a aparência dos seus retratados, alterando o realismo físico da natureza das coisas, omitindo ou introduzindo detalhes, elaborando a composição ou incursionando na própria linguagem do meio, o fotógrafo sempre manipulou seus temas de alguma forma: técnica, estética ou ideologicamente” (Kossoy, 2001, p. 127).

⁵⁰ Reprodução, dimensões: 0,20 cm x 0,25 cm.

precisa pelo depoente). Estas duas fotografias, 12 e 13, são reproduções, pois o Sr. Jayme não possui as originais.

A importância de reproduzir uma fotografia demonstra o interesse em manter viva uma memória afetiva, algo que lhe traz boas recordações, ou seja, segundo Kossoy (2001, p. 100), “envolvidos afetivamente com os conteúdos destas imagens; elas nos dizem respeito e nos mostram como éramos, e como eram nossos familiares e amigos”.

Descrivendo estas imagens, percebemos cinco jovens de aproximadamente 14 a 16 anos. O Sr. Jayme fantasiado de príncipe e os demais com roupas, possivelmente coloridas, já que as fotografias são em preto e branco, caracterizados com gravatas e chapéus ornamentados com muitas franjas nas roupas. A casa ao fundo, aparenta algumas decorações, num estilo arquitetônico dos anos 1900, demonstrando estarem em frente a uma residência de situação aquisitiva mediana.

A visão do fotógrafo mais uma vez pretende passar a ideia de que os personagens são retratados numa situação de enquadramento, numa pose para a posteridade, e mostram que fazem parte daquele grupo carnavalesco, tendo como fundo uma casa ornamentada e elegante.

Existe a preocupação em reafirmar as suas identidades culturais dentro de um determinado grupo social, sejam grupos carnavalescos ou manifestações religiosas. Esta preocupação em estabelecer um parâmetro identitário e social justifica-se pela busca da autoestima desse povo que há pouco tinha saído dos tempos da escravidão. Todos estes elementos foram traduzidos e ficaram claros na musicalidade e na alegria de viver dos moradores da Colônia Africana.

Além da alegria e da musicalidade percebida nestas festas, também eram cultivadas a união e, ao mesmo tempo, a semelhança e a cumplicidade entre o seu povo, fato que consiste em elemento prioritário e identitário dentro de um grupo.⁵¹

⁵¹ Muniz Sodré, em seu livro *Claros e Escuros* (1999), recupera a noção de André Gren sobre o conceito de identidade. Este fala sobre os elementos constitutivos da identidade. Diz Gren “em primeiro lugar, a noção de permanência, de manutenção de costumes; em segundo, a delimitação que permite fazer distinções e circunscrever a unidade; finalmente, a ideia de uma relação de semelhança entre elementos, que permite o reconhecimento do mesmo” (Gren, 1981, *apud*, Sodré, 1999, p.35).

**Figura 13: Sr. Jayme Moreira da Silva 'Príncipe'
Grupo carnavalesco "Os Prediletos" - (1932)**



Fonte: Acervo da família Moreira da Silva ⁵²

A figura 13 apresenta um grande contraste na sua representação. Ao mesmo tempo em que o Sr. Jayme está vestido de príncipe, com sua roupa e luvas brancas, sua bengala, ostentando uma possível realeza imaginária neste fausto do carnaval, é visível, ao fundo, uma cerca de madeira um pouco quebrada, algumas latas com plantas e arames segurando uma parreira.

Todos estes elementos se contradizem no conjunto desta fotografia, pois uma leitura minuciosa desta imagem passa a ideia de realeza e plebeísmo, riqueza e pobreza,

⁵² Reprodução, dimensões: 0,20 cm x 0,25 cm.

ou seja, a fotografia, mais uma vez, como representação do real, e este é um dos lugares onde as pessoas constroem as suas memórias e suas narrativas.

Assim, estas imagens do carnaval na Colônia Africana transcrevem a busca por uma identidade social e cultural, carregada de memórias e expectativas. Ali era um lugar de reorganizar a vida, onde a autoestima estava sendo trabalhada, juntamente com a perpetuação dos seus costumes e relacionamentos entre os seus habitantes.

Perante uma Porto Alegre em vias de modernização, este fato chocou a sociedade da época, já que, na concepção da elite, era algo inimaginável um negro ascender socialmente, pois ele carregava toda a carga negativa, desde os tempos da escravidão.

SEGUNDA PARTE:

OS *OUTSIDERS* ÀS AVESSAS

*“A verdade é uma palavra homônima
que só deveria ser utilizada no plural”
(VEYNE, Paul. 2014, p. 43)*

Ligando as partes

Prosseguindo na pesquisa que até aqui procurou reconstruir a Colônia Africana, através de depoimentos de ex-moradores de descendência negra e branca, buscamos demonstrar a sociabilidade dentro desta comunidade neste espaço social do ponto de vista das suas festividades, embora saibamos que estes acontecimentos artísticos e culturais relatados fazem parte do não-cotidiano da Colônia Africana.

A esse respeito Gleny, Terezinha Duro Guimarães (2002) nos ensina o modo como a arte, ou neste caso as manifestações artísticas, atuam dentro do cotidiano modificando-o, sendo elas “uma dimensão do não-cotidiano, porque através dela é possível liberar a criatividade e a imaginação, é possível romper com regras estabelecidas, ela representa a fronteira sem limites, onde tudo é possível a todos”.

Portanto, essas manifestações artísticas, como no caso o carnaval, representavam para o povo da Colônia Africana um momento de reafirmação e transposição dos seus limites, deixando-os “em igualdade de condições. É uma dimensão que representa o rompimento com o instituído, a ruptura com as amarras do cotidiano particular; é o grande ‘voo’ do homem” (GUIMARÃES, 2002, p. 19-20).

Nesse sentido, os blocos de carnaval, apresentados anteriormente, representavam o fausto e a instauração do não-cotidiano, ou seja, a rotina e a ordem estabelecida eram quebradas.

De outra forma, podemos transpor essa maneira de analisar a luta dos afrodescendentes, pois, quando estes conseguem romper todas as dificuldades, chegando a um patamar socialmente reconhecido, perante outros que ascenderam dentre os seus iguais, começam a fazer parte de um cotidiano permanente e aceitável diferentemente das manifestações artísticas.⁵³

As entrevistas arroladas na primeira parte deste trabalho podem descortinar uma Colônia Africana estranha aos olhos aos e escritos dos pesquisadores e cronistas que versaram sobre o tema, pois os apontamentos e as narrativas, ali relatadas, mostram um lugar e uma sociabilidade aparentemente tranquilos, e, até certo ponto, tolerável entre a maioria de negros estabelecidos e outros moradores que chegaram, sendo eles imigrantes europeus ou não.

Algo aconteceu para que esta localidade, após os anos 1920, e mais especificamente até os anos 1960, com a criação de outros bairros de Porto Alegre, tivesse seu território branqueado, causando, inclusive, o deslocamento social, (que começaremos a chamar de exílio social) dessas pessoas, os estabelecidos, para a periferia da cidade.⁵⁴

Como já foi dito, as possíveis causas para essa mobilidade forçada da população negra para estes bairros, ainda em construção, foi a demonização do lugar pela imprensa, pressões da administração pública com seu plano de melhoramentos, os impostos, a polícia, a especulação imobiliária e, conseqüentemente, as relações intestinas entre a população afrodescendente e os imigrantes.

Dentre os entrevistados que contribuíram para este estudo, temos a Sr^a. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, nascida no ano de 1942, atualmente com 71 anos, e que, como ela mesma relata, nasceu “em Porto Alegre, onde cresci, morei e moro na

⁵³ O homem não pode viver sempre na esfera do não-cotidiano, [como é o caso do carnaval ou outras festividades, *acrécimo meu*], ou seja, não passará o tempo todo num processo de superação da sua relação individual com as formas de atividade que lhe dão sucesso e mobilidade na vida cotidiana. Somente um homem excepcional, um gênio, que se mantivesse sempre superando as experiências da vida cotidiana é que estaria na esfera do não-cotidiano (GUIMARÃES, 2002, p. 21).

⁵⁴ Em 1959 teremos a criação de 57 bairros em Porto Alegre pela lei 2022 de 7 de setembro de 1959 (www.observapoa.com.br).

Colônia Africana. Mantenho o endereço que foi de minhas bisavós, de meus avós” (2014).

A ideia de cordialidade entre imigrantes e afrodescendentes permanece, parece que conflitos e depreciação entre os moradores da Colônia Africana eram registrados somente por pessoas que não viviam nesta localidade, e também em trabalhos acadêmicos, como ela mesma fala.

Além do mais, a ideia, avaliação de que o bairro era crivado de malocas e que seus habitantes viviam em arruaças parece estar registrada apenas em crônicas de não habitantes do bairro, pessoas pertencentes às classes abastadas que vinham procurar empregadas para serviços domésticos, serviços de costura, jardineiros, pedreiros, motoristas (Informação verbal, 2014).

Pesquisas anteriores, como a de Rosa, apontam para a produção de abaixo-assinados, por volta de 1915-18, que tinham como objetivo a remoção de negros desordeiros, com atitudes desaprovadas na vizinhança, tais como: insultos e palavrões aos vizinhos na Rua Esperança nº 88, que eram encaminhados ao Terceiro Posto de Polícia (ROSA, 2014, p. 209).

Claro que a depoente viveu posteriormente a essa época e que a análise desta pesquisa parte da década de 1920, mas teriam as relações entre afrodescendentes e brancos se estreitado, num sentido positivo de convivência pacífica e cordial entre eles? Parece que a resposta é negativa, e que casos como esses podem “ser encontrados as dezenas nos livros de ocorrências da Delegacia de Polícia do Terceiro Distrito” (ROSA, 2014, p. 214), localizada na Colônia Africana.

Ainda nesse sentido, as festividades e o som dos atabaques não eram tão tolerados assim, pois encontramos, na tese de Rosa, um abaixo-assinado por 17 moradores do bairro Rio Branco pedindo providências à autoridade policial, para que acabassem os sons dos atabaques na rua Castro Alves nº 60, que, segundo moradores, acontecia quase toda a noite até a madrugada, sendo adjetivada como um barulho infernal (ROSA, 2014, p. 227).

Se ao leitor, na primeira parte desta dissertação, as relações pareceram muito “naturalizadas” e sem conflitos aparentes, na segunda iremos analisar estes contatos entre a população estabelecida na Colônia Africana, os afrodescendentes e os *outsiders*, os imigrantes europeus.

Nossa tentativa será a de compreender que postos administrativos, policiais ou políticos, ou até mesmo associações, ocupavam estes imigrantes para justificar sua vantagem perante os negros da Colônia, que os levou a tornarem-se os estabelecidos da antiga Colônia Africana, o atual bairro Rio Branco.

Para que tenhamos êxito nessa pesquisa, optamos por uma análise comparativa entre as questões pertinentes a este estudo, ou seja, a análise destes dois grupos e a obra de Norbert Elias e John L. Scotson *Os Estabelecidos e os Outsiders* (2000). Nela, os autores contam a história de uma cidade fictícia, chamada Winston Parva, na Inglaterra, onde foi efetuada uma pesquisa de campo que durou três anos, em forma de entrevistas, tentando compreender três comunidades que lá conviviam em zonas separadas. O grupo que se considerava mais antigo, os estabelecidos, projetavam sobre os outros um estigma, fofocas e outros tipos de difamações no intuito de excluí-los daquele lugar.

Os antigos moradores perderam força, possivelmente, por não ocuparem os locais de poder que os legitimassem como estabelecidos, e os protegessem contra a mobilidade social dos imigrantes que se avizinhavam e penetravam nos seus territórios, na forma de *outsiders*.

Estes, por sua vez, estavam na disputa por territórios e espaços habitados pelos estabelecidos, ou seja, os moradores da Colônia Africana. Teremos como objetivo de análise as relações entre estes dois grupos, na tentativa de compreender se realmente a difícil convivência entre os estabelecidos e os *outsiders* contribuiu para a expulsão dos negros da Colônia Africana para a periferia da cidade.

Neste estudo, formulamos uma hipótese para cercar a problemática em voga, portanto compreendemos que, no início da chegada dos imigrantes, as relações intestinas dos dois grupos eram “cordiais”, como observamos nas entrevistas, no intuito de uma aceitação e adaptação entre *outsiders* e estabelecidos.

Após este primeiro contato, e com a construção de “fronteiras” sociais e raciais, a disputa por espaço criou situações de desavenças no seio desta comunidade, embora apenas brigas de vizinhos não fossem o suficiente para a expulsão dos negros e consequente branqueamento da Colônia Africana.

Portanto, nossa hipótese é de que, a não ser que estes proletários, imigrantes ou não ocupassem algum posto importante dentro da comunidade, na polícia ou na administração municipal, poderiam ter o poder para excluir e expulsar os afrodescendentes do bairro. Busquemos, então, o lugar social destes imigrantes.

4. ETNICIDADE E CLASSE SOCIAL NA COLÔNIA AFRICANA

Formular um levantamento, a partir de 1920, que mostre a etnicidade da população existente na Colônia Africana, ou mesmo em outras partes do Rio Grande do Sul, para compreender em qual momento se deu o processo de branqueamento desta localidade, não é tarefa fácil. E talvez não consigamos, já que há um vácuo dessas informações nos censos realizados, haja vista que, após a abolição, há um nítido encobrimento destes dados. Fato que muitas vezes perturbou a historiografia quanto à busca por essas informações, como escreve Mattos.

O sumiço do registro da cor consiste num dos processos mais intrigantes e irritantes, ocorridos no século XIX, do ponto de vista do pesquisador. Todos que tentaram trabalhar com a história do negro após o fim do cativeiro, já se decepcionaram com a quase impossibilidade de alcançá-los, seja trabalhando com processos criminais e até mesmo com registros civis. [...] Em relação às testemunhas livres, este desaparecimento da cor é recorrente em todos os tipos de processos levantados (criminais, cíveis de Ação de Liberdade e cíveis relativos a conflito de terra) [...] (MATTOS, 1998, p. 97).

Portanto, essa omissão de dados nos faz perceber a nítida intenção de encobrir tal etnicidade e homogeneizar a nação brasileira, minando assim a luta por direitos e posse de propriedades pelos negros.

Mesmo assim, com os dados que obtivemos, partimos para a análise das relações entre esses dois grupos, estabelecidos e *outsiders*, utilizando o produto desta apreciação

para compreender como se deu o processo de deslocamento das populações afrodescendentes dos territórios da Colônia para a periferia da capital gaúcha.

Embora entendamos que nesta pesquisa está implícita a discussão do preconceito racial, suas consequências e questões pertinentes à exclusão sob a mácula do racismo essencialista, devemos entender que esse encobrimento fazia parte de uma tentativa de abrandar a possível presença afrodescendente no sul.

Com isso, as reivindicações ou as lutas populares dos negros por seus direitos e cidadania seriam enfraquecidas e inexistentes, pois, segundo essa lógica, não há desigualdade, portanto o “mito da democracia sulina”, criticada por Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes e outros historiadores, se faria presente. A respeito disso, Rosa (2014, p. 60) disserta que “sempre que as desigualdades sociais eram admitidas, eram também fornecidos dados numéricos que serviam para comprovar a pequena participação coeficiente do negro na população gaúcha”. Assim, transformava a sociedade gaúcha em um povo igualitário, sem desigualdades sociais.

Ainda na busca censitária, nos debruçamos sobre os dados *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul censos do RS: 1803–1950* (Fundação de Economia e Estatística, 1981), que faz um balanço político-administrativo sobre o Estado gaúcho e, mais especificamente, se atém ao período entre 1803 à 1950, se adequando a periodização desta dissertação. Os elementos analisados neste conjunto censitário são: dados estatísticos da população, agropecuária, comércio e indústria.

O que nos interessa nessa fonte é a possibilidade de encontrar dados que nos mostrem a etnicidade daquela localidade, pretos e imigrantes, suas profissões, seu contingente e demografia. Assim, encontramos o recenseamento de Porto Alegre com os seguintes dados:

Tabela 1: Censo populacional por etnia - 1814

Branços de ambos os sexos	2,746
Indígenas idem	34
Livres de todas as cores	588
Escravos idem	2,312
Recém nascidos idem	431
Total	6,111

Fonte: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803–1850. Porto Alegre: FEE, 1981, p. 46.

Os levantamentos acima não mencionam em quais Distritos de Porto Alegre essas populações se estabeleciam, embora outros dados indiquem que as zonas urbanas da cidade tenham uma densidade demográfica maior que a rural.

Outro ponto de destaque, nesse sentido, é que, no decorrer dos anos, a cor e a nacionalidade dos censos darão lugar às classificações por sexo e idade, sendo observado o último censo em que serão mencionados: brancos, livres e escravos no ano. Vimos aí uma nítida vontade de misturar as classificações, e não particularizar as individualidades étnicas. Como podemos perceber, em 1872, o estatístico Graciano Azambuja contabilizou a população presente por grupos de idade, sexo e escolaridade.⁵⁵

No Rio Grande do Sul, o estatístico contabilizou um total de 446.962, sendo 226.708 homens, 208.105 mulheres e 12.149 sexo não declarado. Em outra parte do mesmo censo, é feita menção ao número de casas e de pessoas livres e escravas, segundo os municípios e paróquias do Rio Grande do Sul, 1872 (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1981, p. 81).

⁵⁵ Cf. MATTOS, 1998, p. 98: “Claro que se pode argumentar que a ausência de cor está intimamente associada a um processo cultural de branqueamento. Afinal, toda a literatura sobre as populações negras está recheada da expressão ‘homens de cor’ e as exceções se abriam sempre para ‘negros’ e ‘pardos’. Parece-me, entretanto, que o alcance desta informação é maior que a generalização social de um ideal de branqueamento preexistente ou posteriormente elaborado. Tenho trabalhado com a hipótese de que quando a cor era mencionada por obrigatoriedade (como no caso dos censos e, depois, dos registros civis) durante o século XIX, isto ainda se fazia majoritariamente com referência à condição cativa, presente e pretérita, e à marca que esta impunha à decência”.

Tabela 2: Número de casas e de pessoas livres e escravas, segundo os municípios e paróquias do Rio Grande do Sul, 1872

Município Paróquias (Porto Alegre)	Nº de Casas	Livres e Escravos
Nossa Senhora Madre de Deus	1 489	9 023
Nossa Senhora do Rosário	2 075	14 104
Nossa Senhora das Dores	788	4 632
Nossa Senhora de Belém	372	2 824
Nossa Senhora de Viamão da Conceição	885	8 295
Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia	---*	3 600
Nossa Senhora do Livramento das Pedras Brancas	433	1 520
Total	6 042	43 998

Fonte: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803 – 1850. Porto Alegre: FEE, 1981, p. 81 (* dados não informados).

A tabela é uma tentativa de diluir brancos e pretos entre os dados, não classificando percentuais de cada cor. De outro modo, uma das paróquias – Nossa Senhora do Rosário – aparece como sendo uma das mais numerosas na capital, e certamente a que agregava mais afrodescendentes, embora admitindo brancos também.

Segundo Mauro Dillmann Tavares, em dissertação defendida na Unisinos *Irmândades religiosas, devoção e ultramontanismo em Porto Alegre no bispado de Dom Sebastião Dias Laranjeira 1861-1888* (2007), “nessa confraria historicamente destinada aos negros-escravos ou libertos – senhores e escravos participavam”, portanto, não podemos pensá-la como uma organização religiosa exclusivamente destinada a negros, mas, sim, como um “mecanismo de integração” tanto para negros quanto para brancos (TAVARES, 2007, p. 126).

Ainda nesse sentido o autor comenta que

Talvez, a irmandade do Rosário em Porto Alegre tenha sido um espaço para negro, mas não, do negro no decorrer da segunda metade do século XIX, ou seja, era destinada aos negros, sem oferecer possibilidades destes anunciarem suas necessidades ou mesmo participarem de modo igualitário das decisões administrativas. Mesmo assim, a irmandade era o espaço frequentado e reconhecido pelos negros como um meio de sociabilidade possível e de possibilidade de ascensão social (TAVARES, 2007, p. 128-129).

O que nos importa aqui é compreender que esta confraria, ou ordem religiosa, a do Rosário, contribuiu para agregar e instrumentalizar o negro no processo de sociabilização no Brasil e, no caso específico desse estudo, em Porto Alegre. Se voltarmos à primeira parte desta pesquisa, poderemos aferir, com o trabalho de MULLER (2013), que foi justamente nestas paróquias (conhecidas também como ordens religiosas do Rosário), que os negros conseguiram ascender socialmente.

Nessas ordens religiosas havia trabalhos assistencialistas voltados à compra das alforrias, instrução dos irmãos negros e, conseqüentemente, ajuda através de fundos, em que associados ajudavam seus iguais, economicamente, inclusive com moradias, no pátio da igreja além, é claro, do cunho religioso da irmandade.

A tabela 2, do ano de 1872, é a última que continha informações sobre etnicidade mostrando a cor das pessoas, sendo elas pretas, pardas ou mestiças, e até mesmo brancas.⁵⁶ A partir deste momento, os dados serão diluídos e mostrados de acordo com sexo, estado conjugal e localização nos municípios. No ano de 1900, os censos continuarão a mostrar a população do Rio Grande do Sul dividida por sexo e grupos de idade, como também dados censitários a respeito das profissões, estado conjugal e nacionalidade.

É interessante notar que, em um dos relatórios censitários (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1981, p. 107), a pesquisa foi executada sobre a população, e a análise era sobre sexo e nacionalidade, mas em nacionalidade só referia-se a “estrangeiro”, não especificando de que país teriam vindo às pessoas.

O encobrimento dos dados referentes aos afrodescendentes continua em 1920, com a mesma classificação destes levantamentos, analisando a população gaúcha por

⁵⁶ De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803–1850 (1981).

sexo, descrevendo uma lista de profissões, exercida por homens ou mulheres: outra informação esclarece que sobre a exploração do solo (agricultura, criação de gado, caça, pesca, etc.); extração de materiais minerais; indústrias; transportes; comércio; força pública; administração; profissões liberais, (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1981, p. 124).

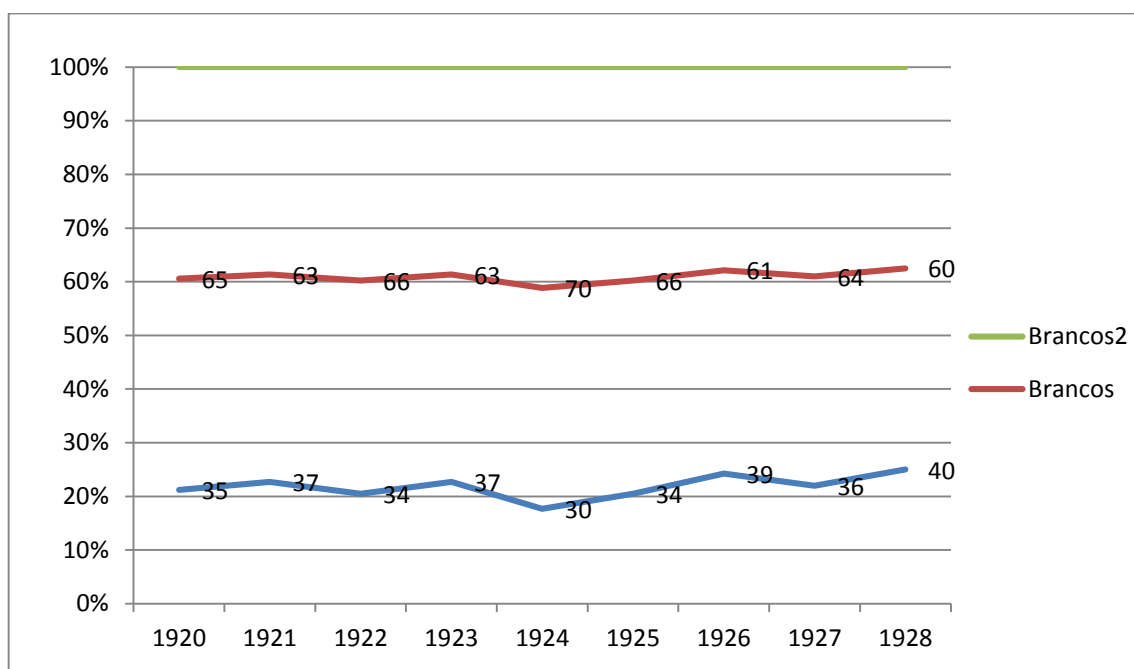
Nosso objetivo nesse instante não é aprofundar na questão censitária, desde 1814 até 1950, quando termina a temporalidade desta dissertação, mas, sim, tentar entender, se possível, esse vácuo de informações a respeito dos afrodescendentes.

Outra fonte utilizada por este autor, e que nos ajudará nessa labuta, compreende a análise de um período entre 1920 e 1928, em que executamos a busca de informações com base no Livro Geral de Matricula dos Enfermos da Santa Casa de Misericórdia. Objetivamos fazer um levantamento, ainda que numericamente inferior à totalidade da Colônia, sobre a população de pretos, pardos, mistos, brancos e imigrantes ou não, suas profissões e classe social. Nesse levantamento não buscamos a totalidade de enfermos que entravam neste hospital. Realizamos uma busca nos seus endereços e quando constatávamos que residiam na Colônia Africana anexávamos em nosso levantamento.

Nesse livro, que ficava na porta da Santa Casa de Misericórdia, em Porto Alegre, eram registradas as pessoas que lá chegavam para serem atendidas e, no período mencionado acima, obtivemos algumas informações imprescindíveis, dentre elas que a maioria das pessoas que foram atendidas eram, em média, 60% de brancos e 40% de negros.⁵⁷ Como pode ser percebido na tabela a seguir

⁵⁷ Esses dados podem ser vistos nas tabelas que se encontram nos anexos A, B, C, D, E, F, G, H, I.

Tabela 3: Levantamento étnico-racial da Colônia Africana (1920-1928)



Fonte: Centro Histórico da Santa Casa de Misericórdia Livro Geral de Matrículas dos Enfermos

Além de percebermos a maioria de brancos, predominando aqueles que se intitulavam do Estado e não de outras nacionalidades, vimos que existia uma diferença de aproximadamente 20% a menos de negros em comparação aos brancos na Colônia Africana.

Constatamos ainda que dentre às profissões destas comunidades a de “jornaleiro” liderava o *ranking* de ofícios, seguida dos trabalhadores de serviços domésticos. Embora o contingente negro seja inferior ao do branco, nele perdurava, percentualmente, a maior parte dos empregos, de jornaleiros e domésticos, mostrando aí uma posição subalterna e de desigualdade profissional. Alertamos que isso é uma fonte numericamente pequena, no sentido de que o contingente na Colônia era muito maior, embora só possamos presumir uma estimativa e não um censo populacional exato. Como diria Mattos: “isso irrita o historiador”.

Assim, a invisibilidade do negro estava sendo processada e, paulatinamente, o processo de branqueamento da população gaúcha era produzida e consecutivamente legitimada a sua exclusão da sociedade, inclusive quando os censos continuavam a

homogeneizar as nacionalidades, sendo que, em 1920, existiam no Rio Grande do Sul 1. 014. 905 homens, 1. 013. 185 mulheres brasileiras e 87. 031 homens e 63. 994 mulheres estrangeiras e 2. 050 homens e 1. 548 de nacionalidade não declarada, ocultando, assim, suas características, quanto a cor ou nacionalidade.⁵⁸

A escassez desses dados dificulta o entendimento de quais locais de poder e quais classes sociais, tanto negros quanto brancos ocupavam. O fator cruel desta história é de que a forja destes dados censitários produzidos na época foram construídos através da exclusão e da negação da própria história do negro neste período. E mostrar para o resto da federação que no estado gaúcho as relações entre escravos e senhores foi branda ou quase inexistente. Outro lado perverso é representar o extremo sul do Brasil, com a presença afrodescendente mínima, contando com a força de trabalho de maioria europeia.⁵⁹

Sobre a etnicidade das pessoas que viviam na Colônia, podemos questionar de onde vieram estes estrangeiros e por que não foram mencionadas as suas nacionalidades? E estes de nacionalidades ignoradas seriam negros ou indígenas? O que podemos perceber é que este lugar, nesse período, já contava com maioria branca e que a construção de uma história legitimava e higienizava a Colônia. Este papel foi feito pela imprensa e por aqueles que eram atores da sua própria história, os *outsiders*, que se tornaram estabelecidos após a remoção da população pobre desses lugares.

Outro ponto que podemos perceber é que, assim como é justificada a inexistência de negros e pobres, também se faz presente o exílio social, abarcando o momento em que a cidade de Porto Alegre passava por uma necessidade de remodelação e, consecutivamente, cunharam os bairros periféricos da capital gaúcha para receber estes que não se enquadravam na “nova” Porto Alegre. Pontos que serão abordados a seguir.

⁵⁸ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1981, p. 145.

⁵⁹ A persistente imagem do Rio Grande do Sul como lugar de europeus livres cumpria funções simbólicas e políticas importantes. Primeiro, caracterizava uma província livre de “desordem” e do “caos” que a multidão de africanos poderia ser capaz de causar às outras regiões do Império. Como argumentaram muitos redatores de manuais e memórias ao longo da primeira metade do século XIX. Segundo a europeização e o branqueamento resultavam em certa incompatibilidade entre Rio Grande do Sul e a escravidão: ao tornar-se um lugar de brancos livres e oriundos da Europa, o Rio Grande do Sul deixava de ser um lugar de escravos negros oriundos da África (ROSA, p. 61).

5. MELHORAMENTOS QUE RECEBE PORTO ALEGRE NEGRA

Começaremos uma viagem pela velha Porto Alegre na década de 1910, período de maior efervescência cultural na cidade, onde o cinema da capital, segundo o jornal *A Federação* de 13 de janeiro de 1910 ⁶⁰, apresentava os primeiros filmes no cinema Avenida e também a inauguração do cinema Odeon, na rua dos Andradas.

Por volta de 1915, com uma população de aproximadamente 1.790.53 de habitantes, Porto Alegre era considerada uma cidade moderna, perante as outras da federação brasileira. Ela foi reorganizando e delimitando seu espaço a partir do centro, principalmente após a construção do cais do porto. ⁶¹ Na segunda década do século XX, começou a inovar e a se modernizar com grandes construções, novas e modernas, e, conseqüentemente, seguiram-se as desapropriações e os despejos.

Rasgam a cidade ruas e avenidas com suas redes cloacais, energia elétrica e melhoram os serviços de água, esgotos e transportes. Os bondes elétricos, os cafés, cinemas e automóveis são símbolos de que o capital financeiro está disputando espaço, unindo os princípios positivistas, integrando a capital gaúcha aos grandes centros mundiais. ⁶²

Nesse “meio de campo”, o futebol profissional começa a surgir nesta cidade, como, por exemplo, em 1903 e em 1909, os primeiros clubes, o “Grêmio” e o “Fuss Ball”,

⁶⁰ *A Federação*, 13 de janeiro de 1910.

⁶¹ Censo populacional de 1916, Aspectos Gerais de Porto Alegre, p. 35 data (1916) Arquivo Histórico Moisés Velinho.

⁶² História ilustrada de Porto Alegre 1997, p. 117.

formados, basicamente, por descendentes de alemães; o “Internacional” foi fundado por comerciantes e integrantes da classe média, e o “Cruzeiro”, criado em 1913, era composto por jovens de famílias influentes na época.⁶³

Existem depoimentos que atestam para um time de futebol chamado de “Sport - Club Ruy Barbosa”, com seus jogadores, na maioria com nacionalidades europeias. Segundo Baldi, (Informação verbal, 2014), “no Sociedade Ruy Barbosa, meu avô jogou, lá por 1908, 10 ou 12. Depois o ‘Grêmio’ quebrou com ele, onde é hoje o hospital de Clínicas, não tinha um oficial de campo de futebol, aquilo ali era uma várzea brava”.

Além da oralidade, encontramos referência a este time no jornal *Gazeta do Povo*, na sua edição especial referente ao centenário da Independência do Brasil, alusão às festividades do Sport – Clube Ruy Barbosa.⁶⁴

Este conceituado club prepara-se para festejar, hoje o primeiro transcurso do centenário da independência política do Brasil, tendo para isso organizado o seguinte programma:

A's 19 horas. Sessão solene: ás 21 h apothese allusiva á data, ás 22 h. Inicio ao baile; ás 24 h, Lauta mesa de doces e líquidos aos sócios e convidados. A comissão composta dos srs. Ernesto Braga, Affonso Abrushosa, Wilmar Presser, Hermenegildo Saugo, Luiz Derivi e Oscar Krisa, pede as exmas. famílias comparecerem na sede, á rua Casemiro de Abreu, numero 51 A, ás 18:12 horas afim de tornarem parte na marcha *auxflambenu*.

Gratos pelo convite (*Gazeta do Povo*, 7/09/ 1922, p. 32).

Esses jogos, que aconteciam nas proximidades da Colônia Africana, como relatado anteriormente por Renildo Baldi, tinham o formato de campeonatos ainda muito incipientes, mas muito válidos para quem assistia e para quem participava como jogador. Segundo Baldi (Informação verbal, 2014): “Meu avô até tinha as medalhas, pena que se perdeu tudo e eram todos trabalhadores. Trabalhavam até as 6h de sábado, depois eles iam pra farra, e aí no outro dia eles iam jogar”. Mostrando ser um clube formado por maioria de imigrantes alemães e com influências inglesas, na própria origem do esporte, fica evidente na linguagem que era utilizada para algumas jogadas: “Os caras faziam gol de *corner* (escanteio), isso era comum, tudo dito em inglês. Tudo era assim: *centteralf*, *centtercolff*, *centterkiff*. Depois foram aportuguesando” (Baldi, 2014).

As regras dos jogos, naquela época, eram mais maleáveis, tornando o jogo mais dinâmico e violento, dificultando a vida para o goleiro. Faltas, então, parecem quase

⁶³ http://www.campeoesdofutebol.com.br/hist_fut_rgsul2.html, acesso em 24/04/11, 15:30h.

⁶⁴ *Gazeta do Povo*, 7/09/1922, p. 32.

inexistentes: “Meu avô dizia que o goleiro não podia segurar a bola, se ele fizesse isso os outros jogadores vinham e o levavam pela frente o cara, não tinha nem rede, eram apenas três paus. Falta então era muito difícil, mas tinha”. No detalhamento da falta de regras no jogo, Baldi comenta que “o Carlito, que foi famoso jogador de futebol, ficava praticamente na cara do goleiro, não existia impedimento. Inclusive tem uma foto bem famosa, ele na área fazendo o famoso gol inclinado totalmente impedido”.

A narrativa do Sr. Baldi mostra um tempo grotesco em que o esporte era uma disputa de força e masculinidade. Ao que parece, os jogadores iam para as partidas com tal ímpeto de derrotar o adversário a todo custo: “No tempo do rolo compressor o negócio já tava um pouquinho mais civilizado, mas no tempo do meu avô ele jogava com a adaga enrolada e encostada ali na divisa do campo”. Como forma de ilustração deste momento, uma história curiosa que se passou num jogo entre o “Ruy Barbosa” e outro adversário, não descrito pelo depoente, mostra como eram as relações dentro de campo:

Ele disse que uma vez (*seu avô*) tinha um cara do Grêmio que quebrava tudo que era goleiro, mas meu avô era grandão, parecia uma parede. Meu avô contou que um cara chutou a bola e veio, e meu avô disse: ‘e soquei a bola e esperei ele, quando levantou o pé eu palmei e joguei ele por cima da goleira’. Diz que o cara se quebrou todo, ‘já peguei minha roupa e minha adaga e fui saindo. Ai fechou o pau’ e era assim, a pancadaria “comia” solta, (risos) (BALDI, 2014).

O “Ruy Barbosa”, que teve seu início com os times “Foot-Ball Club Rio-Grandense”, fundado em 1907, o “Grêmio” e o “Internacional” não admitiam jogadores negros, mas atualmente a dupla Grenal se vangloria de terem a maior torcida do Rio Grande do Sul.⁶⁵ Mas o passado nos mostra outra coisa: “Um passado excludente e elitista desta dupla é sempre que possível suprimido ou minimizado em suas publicações oficiais (SOARES, 2014, p. 26)”. E os casos de racismo entre as duas torcidas, como entre outros times do Brasil, são recorrentes.

⁶⁵ Segundo (Soares, 2014, p. 132), o “Ruy Barbosa” terá seu fim pelos anos 1960: “Destes, o mais longo foi o Ruy Barbosa, já sem futebol e que encontramos disputando outros esportes, na década de 1960”.

Estes times, fora a dupla Grenal, faziam parte dos grupos de jogos populares de Porto Alegre. A primeira divisão de futebol em Porto Alegre contava com sete clubes:

E. C. Internacional - Fundado em 04/04/1909
 Grêmio F.B.P. Alegrense - Fundado em 15/09/1903
 E.C. Cruzeiro – Fundado em 14/07/1913
 E.C. São José – Fundado em 24/05/1913
 G.E. Força e Luz – Fundado 08/09/1922
 Nacional A.C. – Fundado em 16/04/1937
 G.E. Renner – Fundado em 27/07/1931 ⁶⁶

E a segunda divisão com os seguintes times:

E.C. São Pedro
 E.C. Vila Federal
 G.E. União do Cristal
 G.E. Junvenil
 E.C. Palestra Porto Alegre
 Leão da Serra F.C.
 G.E. Fiateci
 Geral F.C.
 G.E. Bagé
 Avenida F.C. ⁶⁷

Nas regiões como Caminho do Meio (av. Protásio Alves), existiam núcleos de comunidades afrodescendentes, dentre as quais o Areal da Baronesa, Ilhota (Cidade Baixa) e a investigada nessa dissertação, a Colônia Africana.

Em cada campinho destas localidades rolava uma bola. Aos poucos, o futebol tornava-se popular. Começavam, então, a aparecer os craques da pelota e também o primeiro time de futebol com atletas negros desta cidade: a Liga Nacional de Futebol Porto-Alegrense, popularmente conhecida como “Liga da Canela Preta”, nascida na Colônia Africana. As partidas de futebol aconteciam onde se situa hoje o Hospital de Clínicas, entre as ruas Ramiro Barcellos e a atual avenida Protásio Alves (SOARES, 2014, p. 26).

A Liga começou no final da década de 1910 e formou times poderosos até a década de 30, tais como: Primavera, Bento Gonçalves (famoso clube que excursionou com êxito pelo interior do estado, em 1923), União, Palmeiras, Primeiro de Novembro, Rio-Grandense, 8 de Setembro, Aquidabã e Venezianos.

⁶⁶ Gerais de Porto Alegre, 1947, p. 35. Arquivo Histórico Moisés Velinho, p. 164.

⁶⁷ Ibidem.

Em 1922, a liga oficial, a APAD, criou sua segunda divisão, e nela abriu oportunidades para jogadores de clubes negros, fato que os atraiu progressivamente, acionando uma lenta e gradual decadência da Liga da Canela Preta. O Rio-Grandense era o clube dos negros, e o seu presidente era Francisco Rodrigues, pai de Lupicínio Rodrigues, grande compositor brasileiro, oriundo do Areal da Baronesa.

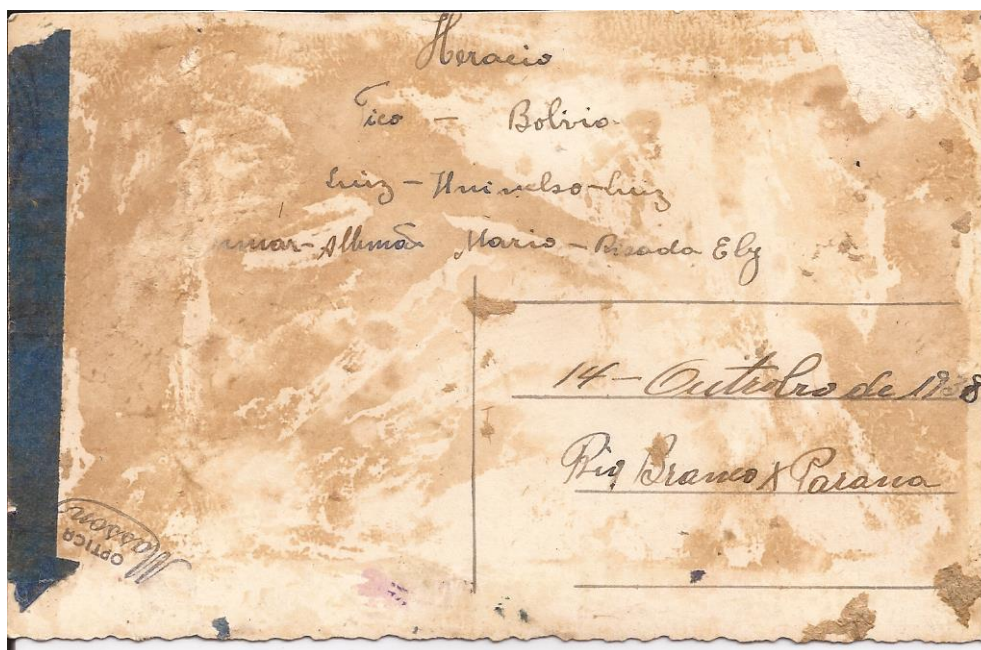
Figura 14: Um dos times da Liga da Canela Preta (1938)



Fonte: acervo da família Moreira da Silva

No verso da fotografia indica que o jogo era entre Rio Branco e Paraná. Possivelmente, Rio Branco deveria ser o nome deste time de futebol da Colônia Africana em 1938:

Figura 15: Verso da fotografia do time da Liga da Canela Preta (1938)



Fonte: Acervo da família Moreira da Silva

Apesar dessa vida esportiva e de Porto Alegre ser considerada moderna para o início do século XX, senão a mais moderna do Brasil, alguns problemas se apresentavam: como contemplar as aspirações capitalistas com a questão mal resolvida e mal distribuída da habitação que se avizinhava em âmbito nacional?

Nesse sentido, e entre estes problemas habitacionais, as populações afrodescendentes da região tornam-se uma questão a ser resolvida, pois a mentalidade burguesa da época sentia necessidade de esconder os pobres da cidade e ocupar, assim, os seus territórios.

Os *outsiders* tornam-se estabelecidos, e os estabelecidos vão habitar a periferia da capital gaúcha. Para eles, como as comunidades negras sempre carregaram o estigma negativo, marcado na sua pele, deveria o poder público arranjar mecanismos de expulsão, de segregação e, diga-se de passagem, deveriam ser muito sutis aos olhos da população.

Através de um processo de modernização da cidade, o “Plano de Melhoramentos”, iniciado em 1914, pelo engenheiro e arquiteto João Moreira Maciel, sob

a Intendência do Dr. José Montauray de Aguiar Leitão, a capital gaúcha pretendeu ampliar ruas, embelezar e modernizar a cidade.⁶⁸

Este projeto de remodelação da cidade, além do alargamento das suas artérias, desapropriou casas onde seriam “rasgadas” essas novas avenidas, causando, inclusive, a expulsão de muitas populações para outros espaços da cidade, espaços periféricos, criando assim os bolsões de favelização da capital gaúcha.

A especulação imobiliária agiu de forma eficaz na compra de lotes, como Osvaldo Ferreira dos Reis (2011) explica: “no início dos anos 20 abre o loteamento da Auxiliadora Mont Serrat, que ainda era um morro e menos habitado do que hoje”.

Em suas memórias e com conhecimento empírico sobre o tema, o entrevistado nos dá indícios dos possíveis deslocamentos dos moradores da Colônia Africana para a periferia da capital gaúcha: “Bairro Petrópolis tem grande concentração, na Praça da Encol era um campo de futebol, o campo do Concórdia, ali era um núcleo negro, indo em direção aos bairros: Chácara das Pedras e Bom Jesus. É a mobilidade dos negros”.

E, nesse ínterim, com essa remodelação, novos impostos a serem pagos por uma cidade em construção, da mesma forma que os passeios na frente das casas e o padrão de construção oneravam os moradores.⁶⁹

Assim, a obrigatoriedade da troca das paredes das casas, que antes eram de madeira, agora deveriam ser de alvenaria. Tudo isso gerava um custo que, muitas vezes, as pessoas de baixa renda não dispunham de dinheiro para pagar. Bakos (1988, p.14) esclarece que “em 1914 aprova-se o Regulamento Geral de Construções, estabelece as diretrizes básicas de estética e higiene das futuras construções em Porto Alegre”.

Esta nova remodelação da cidade, prevendo um embelezamento da mesma, impunha aos moradores como deveriam ser as casas próximas das zonas urbanas centrais, e proibia, definitivamente, “edificações de madeira nas zonas servidas pela rede de esgotos e obriga-se o cercamento dos terrenos baldios” (1988, p. 14-15). Reis nos

⁶⁸ Este projeto só terá seu pleno desenvolvimento nos mandatos de Otávio Rocha e Loureiro da Silva, findando seu mandato em 1943.

⁶⁹ Segundo Margaret Bakos (1988, p. 5), “verifica-se que em Porto Alegre, o número de edificações lotadas para o pagamento do imposto predial aumenta no período que vai de 1807 a 1904”. Ainda no levantamento que a historiadora fez em *A habitação em Porto Alegre: problemas e projetos administrativos (1897 – 1937)* (1988, p. 69), ela destaca que o “imposto predial foi criado no Brasil em 1808. Dessa data até 1892 sua renda cabe às administrações das províncias. A partir da República, passa a fazer parte do orçamento dos Municípios”.

aponta para onde iriam as pessoas que não mais se “enquadravam” e que não eram benquistas nesses novos locais próximos do centro e muito valorizados. Segundo ele, “foram subindo o morro, o Mont Serrat, e abrindo espaço em Petrópolis, Chácara das Pedras e Bom Jesus”.

Além destes locais, outros estavam sendo construídos, e possivelmente deveriam ser destino destas pessoas, tais como o bairro São João e Navegantes. Seriam esses os locais de destino dos moradores da Colônia Africana? Em quais condições viviam?

Para que possamos entender os deslocamentos das populações, é importante que observemos o que previa o “Plano Geral de Melhoramentos” de 1914. Este projeto feito pelo engenheiro e arquiteto João Moreira Maciel, como sugere o título, faz parte de um remodelamento e embelezamento da capital gaúcha.

Aproveitava o traçado que o Governo do Estado fez quando construiu o novo cais do porto, que se dará por volta de 1925, e terá continuidade nos anos seguintes deste decênio (portanto este projeto não será iniciado antes disso), sendo esta via denominada “Avenida do Porto”.

Figura 16: Planta Geral do Porto em Construção de Porto Alegre (1927)



Segundo Relatório de Melhoramentos e Orçamentos (1914, p.4), o trajeto que iria concretizar esta remodelação começaria no “alinhamento desde o ponto final da rua General Bento Martins, fazendo o mesmo contornar a actual cidade e prolongando de futuro até bairro da Tristeza”.⁷⁰ Este mesmo relatório prevenia que tais modificações só poderiam ser concretizadas se fossem economicamente possíveis. Pode-se perceber no mapa abaixo o traçado idealizado na época.

Figura 17: Mapa Geral de Melhoramentos (1914)



Fonte: Arquivo Histórico de Porto Alegre

Esta nova formatação da cidade margeava o Guaíba, seguindo, antes do aterramento deste rio, até o bairro Tristeza, e retornando à parte central da capital. Estava previsto o alargamento de algumas vias importantes, assim como o sentido que

⁷⁰ Intendência Municipal de Porto Alegre – Relatório do Projecto de Melhoramentos e Orçamentos apresentado ao Intendente Municipal Dr. José Montauray de Aguiar Leitão pelo Engenheiro Architecto João Moreira Maciel da Comissão de Melhoramentos e Embelezamentos da Capital: 1914 (Prefeitura Municipal de Porto Alegre – Secretaria Municipal da Cultura – Coordenação da Memória Cultural – Arquivo Histórico de Porto Alegre).

os carros deveriam seguir: “o trânsito que se fará sempre no mesmo sentido em cada lado, assegurando [...] velocidade aos vehiculos, [...] tornando o percurso mais rápido”.⁷¹

Serão lançadas as ideias de embelezamento da cidade com novas ruas, arborização, ajardinamento e monumentos públicos dos seus heróis. Era um contraste com as populações pobres que habitavam, ou que estavam no caminho dessa modernização. Pesavento (1994, p.9), nesse sentido, indaga: “Pobres, sujos, malvados e feios? Os habitantes subalternos da urbe precisavam ser enquadrados dentro de uma ordem supostamente mais ordenada, bela, higiênica, moral”.

A ideia de desapropriação foi defendida pela administração pública para que estas novas das ruas de Porto Alegre fossem alargadas e se tornassem vias expressas. A citação abaixo apresenta uma correspondência do Intendente Otávio Rocha, endereçada aos Exmos. Snrs. Presidente e demais membros do conselho municipal, em 9 de setembro de 1925, com o objetivo de conseguir autorização para futuras desapropriações, embora este caso específico não se situasse na Colônia Africana, mas sim do outro lado do Parque da Redenção, a chamada Avenida Redempção, atual Avenida João Pessoa:

É por todos os pontos de vista, conveniente, uma vez que vamos calçar e melhorar a Avenida Redempção, o prolongamento dessa avenida até a Lomba do Cemitério, conservando o alinhamento existente no trecho que vai até a rua Venâncio Ayres, e que corresponde ao observado pelo edifício da Faculdade de Direito.

Torna-se, assim, indispensável, para a realização deste projecto, que não será, entretanto, executado imediatamente, a desapropriação de uma faixa de imóveis situados a face leste da rua da Azenha, lado esquerdo, trecho compreendido da rua Venâncio Ayres até a Lomba do Cemitério e ocupado, em sua maioria, por terrenos sem edificações e em prédios acanhados e em péssimas condições de habitabilidade.

Com esse intuito, já são tomadas as necessárias medidas no sentido de qualquer construção que, por ventura, venha ser projectada naquella local, observar o alinhamento idêntico ao edifício da Faculdade de Direito, imndenizando a municipalidade a extensão reservada ao alargamento da avenida.

Parece-me ser esse o processo mais prático e econômico de se conseguir, dentro de pouco tempo, neste ou nos exercícios vindouros, o prolongamento da Avenida Redempção.

Nessas condições, venho solicitar-vos que me deis autorização para desapropriar a faixa que me fôr necessária aquella importante obra de saneamento e embelezamento como dos immoveis que se tornarem preciosos a completa execução do Plano de Melhoramentos da capital, afim de podermos decretar o recuo das novas construções.

Prevaleço-me para apresentar-vos meus protestos de alto apreço e consideração.

Saúde e Fraternidade. Ass Otávio Rocha (Directoria do Almoxarifado Central – Minutas de Informações – 1925 – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul).

⁷¹ Ibidem, p. 4.

Visivelmente, o prolongamento, o alargamento e o embelezamento da atual avenida João Pessoa demandou desapropriações e despejos, sob o argumento de que o trecho passava “por terrenos sem edificações e em prédios acanhados ou em péssimas condições de habitabilidade”. Parece-nos que a maior preocupação das autoridades era conseguir uma solução prática e econômica para o alargamento dessa avenida.⁷²

Curiosamente, este pedido de Otávio Rocha foi atendido no mesmo dia pelo Conselho Municipal, demonstrando uma posição positiva por parte do conselho, e sendo a sua rogativa apenas uma questão burocrática. O Conselho responde, então, que

fica autorizado o Sr. Intendente Municipal a desapropriar, quando julgar oportuno, a faixa necessária, dos imóveis situados á face Leste da rua da Azenha, lado esquerdo, trecho compreendido da rua Venancio Ayres á Lomba do Cemitério, para o prolongamento da Avenida Redempção (Secretaria do Conselho Municipal de Porto Alegre, 1925).⁷³

Este traçado também chegou até a Colônia Africana, seguindo a rua Ramiro Barcellos, subindo até a avenida Independência, terminando na Intendência de Porto Alegre. O mesmo relatório descreve a pretensão deste trajeto (1914, p.4), atestando o que foi dito antes: “traçamos entre Ramiro Barcellos e a Intendência uma avenida de 30 metros de largura, recta desde aquella rua até a Vigário José Inácio, desviada desta até a Intendência com extensão de mais de 1.400 m”.

Dentre as ruas da Colônia Africana, ou muito próximas a ela, as que sofreram mudanças nas suas características originais são (1914, p.5): “o corte da rua Henrique Dias e a Várzea, por uma avenida que parte desde a João Telles até a Ramiro Barcellos”.⁷⁴

⁷² Junto deste exemplo, no lado oposto da Colônia Africana, encontram-se inúmeros documentos a respeito da remodelação da Avenida Redempção: atas, correspondências, decretos e projetos; na Câmara dos Vereadores e Intendência (concentrados no Arquivo Histórico de Porto Alegre; no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul).

⁷³ Arquivo Municipal de Porto Alegre Moisés Velhinho.

⁷⁴ Cf. Sérgio da Costa Franco, esta rua pertence ao bairro Bom Fim. Começa na rua Gen. João Telles e termina na Felipe Camarão (aí sim, o lado direito dessa rua já pertencia à Colônia Africana), e foi incorporada ao Município por escritura pública de 3/2/1896, sendo doadores as Cia. Territorial Rio-Grandense, Francisco José Veloso e sua mulher, e a viúva Isabel Freitas de Figueiredo. Através do Ato n. 7 de 10/4/1896, do Intendente João Luiz de Faria Santos, as ruas incorporadas através daquela escritura receberam, respectivamente, as denominações de Fernandes Vieira, Felipe Camarão e Henrique Dias, heróis da insurreição pernambucana contra o domínio holandês. O logradouro já figura na planta municipal de 1896. O Decreto n. 313 de 4/1944, do prefeito Antônio Brochado da Rocha, determinou seu alargamento, de 17,60m para 25m, mediante recuo progressivo das construções, dos dois lados da rua (FRANCO, 1988, p. 203).

A única dessas ruas que fazia parte da Colônia Africana era a Ramiro Barcellos, as outras pertenciam ao bairro Bom Fim, na época conhecido como Bairro Israelita. Nessa intervenção percebemos a desobstrução de alguma construção, possivelmente uma casa humilde (1914, p. 7), “cortamos o ângulo da rua Castro Alves e Esperança (*hoje Miguel Tostes*), actualmente obstruído por construções de pouca monta”.

Este projeto de embelezamento somente será concretizado pelos intendentes Otávio Rocha, Alberto Bins e Loureiro da Silva, sendo eles os que mais se empenharam na execução.

Portanto, toda essa modernidade e essa evolução urbana tiveram seu preço, e quem “pagou a conta” foram as classes menos abastadas, na sua maioria negros, que ocupavam as regiões onde a “cruzada” pela modernidade passaria. Para que possamos compreender como se deu o processo de modernização, é importante um rápido olhar sobre a evolução urbana de Porto Alegre; assim poderemos mensurar os fatos.

Observando como esses acontecimentos ajudaram na exclusão de populações de baixa renda, seguiremos a visão da historiadora e arquiteta Célia Ferraz de Souza, que nos ensina, em seu livro *Porto Alegre e sua evolução urbana* (1997), que a cidade passou por cinco fases evolutivas na sua urbanização, chegando à condição de cidade em 1822. Assim, a autora caracteriza este processo em cinco momentos.

Primeiro período ocupação do território, de 1680 a 1772: fase em que o Rio Grande do Sul foi incorporado ao Brasil, então colônia de Portugal. [...] Segundo Período, trigo, de 1772 a 1820: fase que caracteriza pela crescente produção de trigo pelos açorianos na região do Jacuí. Este produto agrícola era escoado por Porto Alegre e para ser exportado para outras regiões criando condições portuárias e, conseqüentemente, de desenvolvimento urbano. [...]. Terceiro período imigração de 1820 a 1890: esse período é marcado pela imigração alemã e italiana e por uma série de problemas econômicos decorrente da queda na produção de trigo e por causa da Guerra dos Farrapos. [...]. O quarto período compreende a fase da industrialização, de 1890 a 1945: com a fase do desenvolvimento econômico ocorrido no final do período passado [...] a cidade da início à substituição de produtos importados, entrando na fase industrial. [...]. Quinto período metropolização, de 1945 aos nossos dias: o desenvolvimento industrial trouxe à Cidade e à sua região conseqüências de diversas ordens. Um crescimento populacional muito grande, provocado pelo êxodo rural e pelo crescimento das indústrias para a periferia de Porto Alegre (FERRAZ, 1997, p.11-12).

Numa sociedade que há pouco tempo tinha como mão de obra o escravo, a convivência pacífica não seria muito bem aceita nem pela população branca dominante nem pela negra. Dessa forma, o centro da cidade, onde estas populações se aglomeravam no final da escravidão, não era lugar para negro morar. Foi então que três

comunidades de predominância negra surgiram: a Colônia Africana, Mont Serrat e o Areal da Baronesa, todas situadas nos arredores do centro de Porto Alegre. Da atual avenida João Pessoa, ladeando o campo da Várzea indo até o Riachinho, temos o início da Cidade Baixa. Esta localidade foi denominada mais tarde de Areal da Baronesa.

Nas regiões do Caminho do Meio (as atuais avenidas Osvaldo Aranha e Protásio Alves), futuro bairro Petrópolis, a população era pequena. Por ser uma localidade rodeada por banhados e uma lomba muito íngreme, somente na região mais baixa, próxima ao Parque da Redenção, a ocupação foi mais intensa.

Estas populações foram denominadas pela imprensa local, mais especificamente *A Gazetinha*, num texto de Sanhudo, como Colônia Africana. Pesavento refere em seu livro *Outra Cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX* (2001, p. 90): “Os negros libertos, logo depois de 13 de maio, procuraram viver a sua vida e daí terem provavelmente procurado este sítio bastante abandonado dos arredores da cidade. E assim nasceu o lugar e o nome Colônia Africana”.

Nas imediações da Cidade Baixa, na Rua Otto Ernest Maier, limitada por um lado pela Rua Sebastião Leão e, pelo outro, lado pelo hospital de Porto Alegre, surgiu a Família Fidélix, composta de 32 famílias, na sua maioria egressa da cidade de Santana do Livramento.

Os fundadores Sérgio Ivan Fidélix, Milton Waldir Teixeira Santana e Hamilton Correa Lemos vieram para Porto Alegre nessa mesma década. Encontravam-se nos mesmos lugares de lazer, um bar situado na Rua Lima e Silva (as casas desta rua têm seus fundos voltados para a Rua Otto Ernest Maier), e acabaram ocupando o espaço que, segundo seus relatos, era um “mato só”. Quando se referem a esse espaço e seu entorno no passado, remetem-se a outro território na memória da cidade de Porto Alegre, a Ilhota, do qual se dizem legatários.

A Ilhota remonta ao início do século XX, mais precisamente ao ano de 1905, quando o Intendente José Montaury, no intuito de aumentar a vazão do Riacho, determinou que os dois extremos destes caminhos irregulares fossem ligados por um canal, formando uma ilha.

Situava-se nas imediações da atual Praça Garibaldi, estendendo-se até a rua Arlindo (atual Barão do Teffé), limitada pelas ruas Olavo Bilac, José do Patrocínio, Sebastião Leão, Lima e Silva e Av. Getúlio Vargas.

Recebia esta denominação em função das águas do Arroio Dilúvio que, com as chuvas, subiam, formando um círculo, e no meio da bacia ficava a Ilhota. Área sujeita a

inundações e, por isso mesmo, ocupada por moradores muito pobres, deixou sua marca na memória da cidade, sobretudo nas crônicas de carnaval, samba e nas batidas dos tambores.

O crescimento desse território deu-se na década de 1940. O Projeto Renascença (que propunha um renascimento de um novo lugar apagando sua desorganização e pobreza), executado na década de 1970, canalizou o Arroio Dilúvio, formando a Avenida Ipiranga e parcelando a área em lotes comercializados pela especulação imobiliária.

Sua população foi majoritariamente retirada para a área da Restinga Velha. Parte desta área, no final da década de 1970, foi cedida para a construção do Hospital de Porto Alegre, vinculado inicialmente ao funcionalismo municipal.

O Arraial da Baronesa ficou assim conhecido por ter pertencido à chácara da Baronesa do Gravataí que, após um incêndio, foi loteada e vendida, e as partes baixas e alagadiças foram ocupadas por populações negras há pouco saídas do regime escravista. Conhecida também por Banda Oriental, uma alusão a um território de “eterna” disputa entre brasileiros e lusitanos, e que atualmente tornou-se um bairro conhecido como Cidade Baixa.

Dentre os habitantes ilustres temos, na década de 20, o nascimento de um dos maiores jogadores de futebol do Rio Grande do Sul, Osmar Fortes Barcelos, o Tesourinha, em 3 de outubro de 1921, na Rua Lobo da Costa, o qual, em 1952, se tornou o primeiro jogador negro a estreiar no Grêmio; Lupicínio Rodrigues, nascido na Ilhota, em 16 de setembro de 1914, cantor e compositor desde os doze anos de idade. Bedel da Faculdade de Direito da UFRGS, em 1928 grava a primeira música, intitulada “Carnaval”; em 1947, o Quintandinha Serenaders, conjunto formado por três gaúchos e um mineiro, gravou músicas como: “Felicidade”, “Nervos de Aço”, com Francisco Alves; fez tanto sucesso que na Bahia anúncios de jornal pedem às empregadas que não cantem essa música. Lupicínio Rodrigues torna-se um dos maiores compositores brasileiros junto com Cartola, Carlos Lira, Nelson e Barros, Nelson Cavaquinho e Zé Keti.

Esse cinturão negro, como ficaram conhecidos os territórios povoados pelos afrodescendentes, seria, como disse Pesavento, o único lugar que sobrara aos escravos das chácaras escravagistas de Porto Alegre. Nessas regiões, deveriam sobreviver e cultivar as suas tradições. E, de certa forma, conseguiram tirar seu sustento, unir uma população e formar uma identidade que serviria à resistência do seu povo, e que agora seriam novamente expulsos com a nova formatação da cidade.

Personagem importante do Areal da Baronesa foi Custódio Joaquim Almeida, o príncipe Custódio. Roberto Rossi Jung comenta, em seu livro *O Príncipe Negro* (2007), sobre as origens dessa figura célebre em Porto Alegre.

Movido pela busca de resgatar a veracidade dos acontecimentos, que, ao longo do tempo, confundem-se entre o real e o imaginário: a vida de Custódio Joaquim de Almeida (1831?–1935), um “Príncipe Negro”, oriundo de uma região do antigo Reino de Daomé, que passou a viver em Porto Alegre, no início do século XX (JUNG, 2007, p. 5).

Pouco se sabe sobre a chegada do príncipe Custódio ao Rio Grande do Sul, mais especificamente no porto de Rio Grande. O que se pode perceber é que este africano, da dinastia de *glafê*, chegou a Porto Alegre bem no início do século XX (SANTOS, 2010, p. 56). O príncipe se estabeleceu durante 35 anos na rua Lopo Gonçalves, Cidade Baixa. Juntamente com esse indivíduo, formou-se uma corte de aproximadamente 26 pessoas, isso sem contar os empregados e os agregados que ele trazia consigo.

Figura 18: Fotografia do Príncipe Custódio



Fonte: <http://www.viniciusoxaladomaiabokun.com/Ancestrais.php>

Durante muito tempo, Príncipe Custódio tornou-se uma liderança religiosa. Não é, pois, de se estranhar que sua casa vivesse lotada de gente, de visitantes e de pessoas que ele encontrava nas ruas e que lhe pediam auxílio.

Mandava essas pessoas embarcarem na carruagem em que estivesse e as levava a sua residência, onde sempre havia lugar para mais um. O site Xangosol esclarece que “os babalorixás e yalorixá, além da prática religiosa, dedicavam-se a caridade, a maioria tinha muitos filhos de criação, inclusive se um indivíduo estivesse passando por necessidades era acolhido no terreiro até que tivesse condições de sobrevivência, aquele ia embora e dava lugar a outro” (JUNG, 2007. p. 84).

Príncipe Custódio fez uma pequena África na sua residência. Vivia como se estivesse no continente africano, e foi responsável por boa parte da perpetuação da cultura afro-brasileira em Porto Alegre. Como um grande praticante da religiosidade afro, fazia de sua casa um terreiro, uma extensão da cultura afro, e podemos perceber esse terreiro como um instrumento perpetuador e difusor da cultura afro. Muniz Sodré (1988, p.50-52) disserta que “os terreiros são lugares privilegiados de representação e preservação do patrimônio cultural negro-africano”, ou seja, a memória cultural da África.

“Eles condensam uma África qualitativa”. Ari Pedro Oro numa publicação na revista Ciências E Letras das Faculdades Porto-Alegrenses (2003, p. 212-213), complementa: “não se trata somente da preservação nos terreiros, somente de conteúdos e princípios religiosos, cosmológicos e éticos, mas também de ritmos musicais, danças, saberes, terapêuticos e culinários”.

As festas realizadas em sua casa duravam em média mais de um mês. Reis (2011) comenta: “meu avô contou que frequentava as festas na casa do Príncipe e que nunca tinha visto tanta fartura, vivia ele com as suas mulheres, era um verdadeiro Príncipe de Daomé”.

Esse espaço negro de Porto Alegre era muito mais que um lugar para morar. Ali existia um núcleo familiar que perpetuava e cultuava os seus costumes. Enquanto as elites se preocupavam em dominar com justificativas superiores, os afros burlavam e se adaptavam à vida. Dentro das casas de santos, perpetuava-se a cultura desse povo, sua organização e a oralidade, e nesse ponto o Príncipe Custódio teve um papel fundamental como líder e/ou referência para o seu povo. Com ele as pessoas se sentiam seguras e mais próximas do seu imaginário africano.

Quando os escravos estavam construindo o Mercado Público de Porto Alegre, colocaram bem no centro um Bará, como forma de proteção, pois ali era a entrada da cidade e eles sabiam que precisavam de uma proteção para os seus. Segundo relatos, ali foi feito um ritual pelo próprio Príncipe Custódio.⁷⁵

Esta é a parte de uma Porto Alegre afro-gaúcha esquecida, invisível aos olhos da elite branca, demonizada pela imprensa gaúcha com estereótipos negativos, mas que, dentro das suas comunidades, com alto índice de negros libertos, ou não, e de brancos pertencentes a uma classe menos abastada, viviam cultivando suas tradições, levando a vida à sua maneira, com seus carnavais, trabalho, estudo, festas, religiosidade, e tudo que uma vida social tenha, com seus bônus e ônus, altos e baixos, nesta luta ferrenha pela sobrevivência em uma grande cidade, buscando seu lugar ao sol. Descrita essa

⁷⁵ Sobre isso José Carlos dos Anjos comenta: “Se a encruzilhada é um ponto ambíguo na religiosidade afro-brasileira é certamente porque ali pode ser tanto o começo, a abertura de um fluxo, quanto o fim de um território existencial. Ali onde é preciso começar a vida, o perigo de se bloquear o fluxo, o perigo de não se começar o processo de subjetivação, o corpo da terra despido de subjetividade, o puro processo nômade. Quando um processo se fecha em “T” em vez de (+), trata-se de uma encruzilhada fechada, ideal para trabalhos de fechamentos de caminhos”. (ANJOS, 2006, p. 19).

realidade, passaremos a analisar os casos de despejos e desapropriações que aconteceram na Colônia Africana.

6.O EXÍLIO SOCIAL NA TERRA DO LATIFÚNDIO

E OS NOVOS CAMINHOS PARA HABITAR

A historiografia passada debruçou-se sobre os diversos motivos que levaram os moradores da Colônia Africana a deixar suas casas, mas esta pesquisa contribuiu para irmos além destas discussões, ou seja, os destinos destas populações. Novos fatos foram, e ainda serão, elencados para comprovar este expurgo de forma impositiva ou velada.

No último capítulo desta pesquisa, procuraremos fazer uma prospecção sobre os despejos e desapropriações e outros motivos que levaram as populações desses locais a habitarem a periferia da capital gaúcha, como já foi mencionado antes, os recém-formados bairros, e ainda arraiais, São João, Navegantes, e posterior à segunda metade do século XX, Chácara das Pedras, Passo das Pedras, Tristeza, Vila Jardim e Restinga.

Encontramos poucos processos de despejos, entre os anos de 1920 a 1950, concentrados na parte próxima ao centro da cidade, como também na avenida Redenção, atualmente Avenida João Pessoa. Logo, supõe-se que, apesar de estes lugares serem os mais cobiçados na época, tanto pela administração pública quanto pela burguesia gaúcha, poucos foram os processos de despejos existentes, portanto a venda seria a causa mais plausível.

Os processos de despejos que encontramos se justificam pelo alto valor cobrado pelos aluguéis. Proprietários, loteadoras e administração pública travarão uma disputa por território e a valorização destes imóveis será o grande motivo. Certamente as camadas mais desfavorecidas da sociedade se encontrarão nesse entrevero, ou se

adequação ao aumento dos alugueis ou serão obrigados a mudar-se para outras partes da cidade menos valorizadas.

Observamos do ponto de vista da cobrança dos aluguéis, o arrocho sobre os impostos cobrados pela Intendência que onerou os proprietários, estimulando os inquilinos, menos abastados, a se alocarem nas regiões mais distantes do centro, pois quanto mais distante da região central menor seria o imposto.

Essa relação imposto/aluguel gerou um grande problema para a administração pública, e demonstra o acirramento entre estes dois grupos, administrativo e privado. Bakos (1988, p.66) explica que, “conforme Alberto Bins, a fraude na declaração das quantias pagas com aluguel constitui umas das razões pelas quais o imposto predial se mantém muito alto em Porto Alegre”.

Outro ponto que notamos. Para fugir dos impostos cobrados pela municipalidade, os proprietários pediam isenção ao construir prédios em terrenos desocupados, como observamos no processo de nº 1.454 da página 129, encaminhado ao Intendente Otávio Rocha no dia 9 de Março de 1926 que dizia o seguinte:

Dolores caldas, proprietária de um terreno não edificado, á rua Independência, esquina Fernandes Vieira, com 80 palmos de frente por 225 de fundos, já tendo contratado a construção de um prédio, que irá construir para o embelezamento da referida rua, pede a V.S. que digne dispensá-la do pagamento do imposto sobre terrenos não edificados durante o primeiro semestre do corrente ano, visto como os respectivos trabalhos deverão ser começados dentro em breve (Arquivo Público do Rio Grande do Sul, 1926).

O imposto territorial era lançado sobre os terrenos baldios com a finalidade de obrigar proprietários a construir, e nesse sentido as queixas e os pedidos de isenção do IPTU eram grandes.

Num outro processo da empresa Officinas UHR Machanicas, situada na Rua Almirante Barroso números 48 – 50, foi observado um pedido, encaminhado ao Intendente Dr. Otávio Rocha, pedindo o perdão de uma dívida, IPTU atrasado, pois, em tempos anteriores, não havia construído em terreno desocupado e nem mesmo pago o devido imposto.⁷⁶

Observamos ainda que esse aumento de impostos gerou uma série de pedidos de isenções destes por parte de outros ramos da sociedade: empresas privadas, do Corpo de Bombeiros e inclusive do Bank of London & South America Limited.⁷⁷

⁷⁶ Arquivo Público do Rio Grande do Sul, 21 de setembro de 1926.

⁷⁷ Arquivo Histórico do Rio Grande do sul, Minutas de 1924.

Esses tributos consecutivamente “respingavam” nas camadas mais pobres, e a cobrança desses impostos impulsionou o deslocamento das categorias menos abastadas da sociedade, que viviam nestes locais, para outras áreas menos valorizadas.

Através dos processos judiciais de despejos, os inquilinos eram “convidados” a se retirarem de imóveis alugados por eles, com a justificativa da falta do pagamento dos aluguéis, haja vista o aumento destes, devido à especulação imobiliária. Também o arrocho perpetrado pela Intendência, como o IPTU, forçava esses deslocamentos.

Indiretamente estes deslocamentos, através de despejos, faziam parte de uma nova “cruzada pela modernidade” e pelo embelezamento, pois, uma vez despejado, automaticamente este cidadão, possivelmente, procuraria outro lugar que fosse economicamente adequado para ele e sua família viver, ou seja, a periferia.

Para as camadas menos favorecidas, que estavam no meio da disputa entre capitalistas e administração pública, e que pagavam aluguel, encontramos algumas ações de despejos, dentre elas uma notificação do dia 28 de abril de 1928.⁷⁸

Neste processo, o proprietário notifica, através do seu advogado, seu inquilino para “desocupar o predio que ocupa á Avenida Redempção nº 363, adquirido pelo requerente, em 17 de abril de 1928”. Nesse caso, a notificação foi movida pela parte que comprou o prédio requerendo seu imóvel desocupado.

Posteriormente, não tendo sido atendida a solicitação do proprietário, veio a ordem de despejo, dando a ele um ultimato “no prazo de 30 dias para desocupar o referido prédio, sob pena de ser contra o mesmo executado o mandato de despejo, tudo com sciencia do Procurador da Republica”.⁷⁹

Embora este processo não esteja intimamente ligado à remodelação da cidade, sofre as suas consequências, pois possivelmente estampa a dificuldade que as pessoas tinham para pagar os encargos públicos.

A intendência, nesse momento, chefiada por Otávio Rocha, tinha como objetivo de sua administração o compromisso com o embelezamento da cidade e a modernização dos serviços, pondo em prática o Plano de Melhoramentos de seu antecessor José Montauray. Conseqüentemente, um novo quadro de funcionários públicos era necessário para fiscalizar, cobrar e acompanhar as obras públicas produzidas na capital gaúcha.

⁷⁸ Juízo Federal da Secção do Estado do Rio Grande do Sul, 28 de abril de 1928, Processo nº 1103, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

⁷⁹ Juízo Federal da Secção do Estado do Rio Grande do Sul, 2 de junho de 1928 – Processo Nº 1103, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Estes novos investimentos aplicados na cidade seriam sustentados na forma de impostos e outros recursos. Segundo Bakos (1988, p. 28), “o capital necessário para a operacionalização do programa provém de um lado da recorrência a novos empréstimos externos e, de outro, do arrocho dos impostos”.

Outros casos de despejos movidos pela falta de pagamento do aluguel são comuns nos processos judiciais, possivelmente eles foram causados pelo aumento excessivo do aluguel, oriundo de uma carga tributária que fora repassada, indiretamente, ao inquilino.

Encontramos um processo do 3º Cartório de Porto Alegre, do dia 23 de março de 1920, em que o proprietário de um prédio na Avenida Redempção nº 15 cita que o aluguel mensal do prédio acima é de “(160 \$ 000) Réis, ou seja, anualmente (1:920 \$ 000) mil Réis, o suplicante não tendo recebido os alugueis vencidos do mez de fevereiro ultimo, não lhe convem mais aceitar o inquilino”.⁸⁰ Estes termos recebiam o aval e eram garantidos pelo artigo 1.209 do Cód. Civil Brasileiro, notificando ao inquilino que deveria desocupar o imóvel no prazo estabelecido pelo artigo citado.

É interessante notar que este proprietário possuía mais quatro imóveis, além desse: dois na Avenida Venâncio Ayres, um na Avenida Bom Fim, e mais dois, demonstrando ser uma pessoa de posses na época. Fato que fica atestado quando este anexa nesse processo o recibo referente à administração pública dos seus impostos pagos. Dentre esses, está discriminado: Décima Urbana e Remoção do Lixo, Imposto de Policiamento, Taxa adicional 10%, Exgottos e Agua.

O que nos interessa aqui é compreender como estes impostos pagos pelos proprietários “respingavam” nos seus inquilinos, fazendo com que muitas vezes ocasionasse o seu deslocamento para lugares em Porto Alegre que fossem mais baratos de se viver.

É importante compreender o outro lado da cobrança dos impostos. Além do ponto de vista econômico, ele normatiza as populações, enquadra, classifica e exclui grupos, criando locais de poder e o exílio social, ou nichos da sociedade para os segregados. Bakos (1988, p. 29) comenta que “o imposto, na concepção de Otávio Rocha, é um instrumento da sociedade política para regular a civil, nas diferentes instâncias da oferta e da procura”. Portanto, é importante compreender, para além do ponto de vista

⁸⁰ Estado do Rio Grande do Sul – Juíza Districtal da Séde do Município de Porto Alegre Jurisdição Cível – Autuação – Ação de Despejo, Processo nº 453 – 23 de março de 1920 – (APERS).

econômico, que os encargos públicos são uma forma de rearranjar este tabuleiro de xadrez, colocando todas as peças, cada uma no seu devido lugar.

A falta de uma política especificamente habitacional, que contemplasse as populações oriundas destes territórios, da mesma forma que a questão da distribuição da terra, que desde 1850 ⁸¹ não foi prioridade ⁸² para estas camadas pobres, criou no seio das principais cidades brasileiras bolsões de pobreza segregando estas populações dos locais mais cobiçados.

A estes bolsões de pobreza onde os segregados seriam estabelecidos faltava infraestrutura necessária para viver, haja vista que os olhos da administração pública estavam voltados para as principais avenidas e bairros próximos ao centro da capital gaúcha.

Estas populações foram praticamente “jogadas” nesses lugares, e não somente no período dos intendentos Otávio Rocha, Alberto Bins ou Loureiro da Silva. Este tema é muito atual e recorrente nas grandes cidades de todo o mundo.

A construção do Bairro Restinga, que se deu em 1959, mas sua efetivação no fim dos anos 1960, abrigou as populações dos territórios por onde esta modernização passaria na capital gaúcha, e lá foram esquecidas e desassistidas pelo poder público, pois essa era a lógica: excluir para melhor controlar.

Cabe salientar que este foi um, senão o maior, destino das populações negras e pobres de Porto Alegre, inclusive o povo da Colônia Africana. Nola Gamalho, em *A Produção da Periferia: das Representações do Espaço ao Espaço de Representação no Bairro Restinga - Porto Alegre/RS* (2009), escreve que estes expurgos aconteceram onde passariam os projetos urbanistas da capital gaúcha, denominados: “Remover para Promover, e o Projeto Renascença” tendo como destino para estas pessoas o bairro Restinga, característico local sem as mínimas condições de sobrevivência ⁸³

⁸¹ Lei de Terras, nesse período o Império brasileiro pôs à venda todas as terras que eram suas, e que se encontravam ociosas, e/ou encontravam-se de difícil administração. Esse fato estimulou a especulação e ajudou a iniciativa privada a adquirir grandes extensões de terras, “privatizando-as”. Alijou uma grande camada da população brasileira e pobre, principalmente ex-escravos, pois o fim da escravidão se avizinhava nesse momento (escravismo tardio), que não tinham condições de adquiri-las.

⁸² Este fato será repensado com a construção dos IAPIs, por volta de 1939, no governo de Vargas.

⁸³ Ver em D'ÁVILA, Nádia. DEMHAB: *Com ou Sem Tijolos, a história das políticas habitacionais em Porto Alegre*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 2000.

MIRANDA, Adriana Ecktert. *Planos e Projetos de Expansão Urbana Industriais e Operários em Porto Alegre*. Porto Alegre, Tese – UFRGS, 2013.

Restinga, a nova Ilhota.

Vocês conhecem a Restinga? Quarenta minutos de jipe, quarenta centavos novos de ônibus... A Restinga não é uma vila, nem uma granja, nem um loteamento. Não é coisa alguma. Um deserto. Areia fina e seca, cor de cinza. Nem capim, nem árvores...Capões de arbustos secos, também cinzentos, barbas de pau, plantas em agonia, uma sanga esverdeada de limo...Nem luz nem água, nem comércio, nem hortas nem indústria...nem trabalho. (...). A Restinga não tem coisa alguma. Isto é, tem gente. E malocas. Favela da Ilhota, que na solidão da Restinga tornou-se cinco vezes favela. Acabada a vantagem do comércio camarada da zona, que fiava por semana, e até por quinzena [...]. Acabados os médicos, a farmácia, a Polícia, os bombeiros, os vizinhos [...] A água é fornecida de oito em oito dias por carros-tanques, que enchem as pipas públicas e as três ou quatro caixas d'água que existem... Água exposta a todas as contaminações. E quando o carro atrasa mais de quinze dias, eles bebem a água da sanga... Em desespero da causa, os moradores tentaram perfurar poços por conta própria... Só encontraram barro... A escola fica a mais de três quilômetros de distância e os pequenos que não podem caminhar tanto, perderam o ano... Os grandes perderam os empregos (Faillace, 1967, apud GAMALHO, 2009, p 54).

Assim, o bairro Restinga, como a maioria dos outros destinos da população pobre, tornou-se uma espécie de exílio coletivo que, como podemos perceber, não tinha as mínimas condições de existência. Estes lugares também estigmatizam as pessoas que neles habitam, prejudicando a sua vida social e impedindo que conseguissem reverter este estado de coisas “quando procuram emprego e declaram onde moram, são mandadas embora pois ‘na Restinga só mora ladrão’” (*Zero Hora*, 1968, apud, GAMALHO, 2009, p. 54).

Voltando aos motivos de expulsão da comunidade da Colônia Africana, Reis, quando perguntado sobre eles, menciona que no momento da ocupação dos seus locais de moradia, “não existia IPTU na época, muitas famílias ocupavam o espaço, ocupação não dava título de propriedade nem de posse e muitos venderam a posse e os judeus compraram e depois legalizaram”.⁸⁴

Estas pessoas geralmente tinham famílias numericamente grandes e, para algumas, a venda destes locais, legalizados e/ou não, era a solução encontrada para dar a parte dos herdeiros e livrá-los dos impostos. Estes comprariam terrenos ou casas, em locais mais acessíveis, economicamente na cidade. A esse respeito, Reis tem uma história muito interessante.

⁸⁴ Talvez nesse período, por ser um momento de ocupação desordenada destes territórios, o IPTU não tenha sido cobrado, pois, como já foi mencionado nesse trabalho, segundo pesquisa de Margaret Bakos, (1988, p. 69), “este imposto vem sendo cobrado no Brasil desde 1808 e, após 1892, sua renda cabe às administradoras das províncias”.

A família Lago, que morava ali no Mont Serrat, e que os filhos do grande puxador de Escola de samba do bloco carnavalesco “Ai Vem a Marinha”, o Sr. Jorge Lago ele morre pelos anos de 1962, eles tinham quatro filhos, ela ficou viúva com os filhos menores, tinha uma casa na Casemiro de Abreu, só que toda a família dela morava no Morro Santa Tereza, ela vendeu ali para ficar mais próxima da família dela, pois necessitava de alguém para cuidar dos filhos menores para poder trabalhar (Informação verbal, 2011).

Como é natural, algumas vezes as pessoas têm outros objetivos que os fazem mudar de um lugar para outro, como no caso do fundador do bloco carnavalesco “Ai Vem a Marinha”, bloco do qual também era participante o Sr. Jayme Moreira da Silva, por volta dos anos 1930. Após a morte do Sr. Jorge Lago, sua esposa prefere ir para perto da família no morro Santa Tereza, um dos destinos da população da Colônia Africana. Em outro caso, Reis conta que o motivo da venda do seu imóvel era uma dívida.

O pai morreu não conseguiu pagar e os filhos perderam a casa. Qual a idéia da expulsão? A expulsão até hoje acontece, inclusive comigo, ainda ontem eu atendi um corretor de imóveis querendo comprar a nossa casa que temos há oitenta anos, desde 1928 quando minha bisavó comprou no bairro Mont Serrat 440 m², e isto aconteceu muito na Colônia Africana.

Uma família de cinco filhos morre o pai, os filhos querem o dinheiro da casa, obrigando a mãe a vender o imóvel. Como aconteceu a uma família do Mont Serrat, eram três filhos e cada um teve mais três filhos, cada um teve mais três netos na divisão deu 30 mil para cada, ou seja, não compraram nada com este valor. Isto aconteceu na Colônia Africana nos anos 50 e 60 (Informação verbal, 2011).

O entrevistado defende a ideia de que a expulsão era como uma consequência da oferta e da procura, ou seja, na região da Colônia Africana, a “boataria” era de que as pessoas perderiam as suas casas, pois não teriam condições financeiras para pagar os impostos, não teriam recursos para a construção dos passeios, nem das casas, pois, naquele momento, somente poderiam construir casas de alvenaria, com isto, muitas vezes, só havia uma opção, a venda.

O entrevistado usa sua vivência para fazer alusão ao passado, buscando a significação do presente. Nesse sentido, Alejandro Portelli (1997, p. 33), nos diz que “estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar uma forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto

histórico”.⁸⁵ Através das suas narrativas podemos compreender o medo das pessoas de perder as suas casas e o avanço da especulação imobiliária.

O momento da especulação imobiliária junto com a ideia de que nós não vamos conseguir ficar aqui, porque vai crescer e o IPTU vai ser caro, não vamos conseguir pagar. Quando a Prefeitura resolveu estabelecer o IPTU ele virou 10 prestações, de março a dezembro se pagavam as décimas, que eram dez parcelas que tinham de ser pagas, isso gerava uma angústia nas pessoas antigas, pois elas achavam que não poderiam pagar e iam perder o terreno (Informação verbal, 2011).

Os primeiros moradores da Colônia Africana não possuíam nenhum tipo de documentação, fato que dificultava a legitimidade dos locais que habitavam, pois a Intendência não administrou aquele território. Lá era um loteamento privado e, antes, chácaras enormes, dos Mostardeiros e dos Mariantes, que começaram a ser loteadas, muitas delas oriundas de sesmarias.

Estes novos moradores, segundo Reis, “pegavam uma caderneta, o pessoal até hoje guarda a caderneta, que a pessoa pagava em prestações, ela precisava de uma escritura pública e tinha que ser dada ao registro de imóveis para ser validada”. Utilizando da sua memória familiar, conta que a sua

bisavó registrou sua casa no Registro de Imóveis em 1941, sem saber ler nem escrever, ela sabia que precisava ter um papel de registro, ela fazia uma escritura por arrobo, quem assina por arrobo assina por substituição, e a pessoa que assinou era vizinha dela (Informação verbal, 2011).

E o problema da falta de habitação assolava Porto Alegre, haja vista, um artigo com o título *O problema da habitação*, em um periódico que se autodenominava *Organ do Partido Republicano*, o jornal *A Federação*. Nesse artigo, de 12 de janeiro de 1925, p. 12, o jornalista faz um balanço da situação dos lotes de terras adquiridos por preços muito baratos, e que depois tiveram uma enorme valorização.

Segundo o artigo, “os proprietários esperam por melhores tempos para obter um palmo de terra. Adquirido por quasi nada representando hoje uma fortuna”. Ainda nesse artigos e utiliza a expressão “a cidade do latifúndio”, referência às enormes extensões

⁸⁵ Segundo Portelli 1997, (1997, p.33) : “a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas últimas mudanças forjadas pela memória”.

de terra e com muitos terrenos baldios, fato que oportunizou a especulação imobiliária na compra de grandes lotes com a intenção de construir muitos prédios ou faturar com alugueis. Precisamos refletir se realmente estes locais estavam vazios, ou eram ocupados por pessoas sem a documentação necessária que lhes garantisse a posse dos mesmos.

Em outro trecho, o autor faz um levantamento das construções feitas em Porto Alegre entre 1918 a 1923. Segundo ele, eram “1.618 prédios em alvenaria com área coberta de 197,477 m² e 1.208 prédios de madeira com área de 544 m² totalizando 2.836 prédios de madeira com área de 252.321 m².” Esse “boom” nas construções, comparada ao perímetro urbano ocupado, totalizava 16.000 hectares. Tal fato fez com que o autor conceituasse a capital gaúcha como “a cidade do latifúndio”. E, se pensarmos na ideia de latifúndio, podemos ligar ao acúmulo de grandes extensões de terras concentradas nas mãos de poucos, ou seja, a especulação imobiliária estava loteando e adquirindo estes espaços.

É irrelevante se a expressão do conceito de latifúndio compreende a realidade, mas nos leva a crer que havia uma necessidade de expansão urbana da capital gaúcha, e que a burguesia porto-alegrense disputava espaço com a população. Percebe-se isso quando o jornalista fala das consequências deste movimento. Segundo ele, houve o “encarecimento dos terrenos para fins especulativos, a população procura arrabaldes distantes, onde a terra era mais acessível”.

O problema da habitação persiste, e não há mais lugar inabitado nem terrenos baldios, “qualquer bairro longínquo que se inaugura construindo meia dúzia de casas, dando assim ao local uma parcela de valor que não tinha quando despovoado, torna-se logo prêsa das ambições dos latifundistas”. O grande capital financeiro se insere nesse processo de remodelação da capital gaúcha e o cotidiano da Colônia Africana, assim, se transforma em algo muito diferente daquele que era antes, como descreve Reis:

A colônia foi um bairro de muita alegria, as pessoas eram muito felizes, era uma família que se respeitava, as pessoas andavam muito bem vestidas, as festas eram muito bem organizadas, tinham muitos instrumentos musicais, os homens de terno e gravata, tinha a festa da primavera, a festa de São João, enfim, eles tinham uma forma de ver e enxergar o mundo muito melhor do que hoje porque eles acreditavam que viviam numa comunidade. Uns cuidavam dos filhos dos outros, as mulheres que ficavam viúvas muito cedo, as pessoas respeitavam, ninguém se passava com ninguém, desde que as pessoas se dessem o respeito é óbvio, né.

Existia um código de ética muito diferente de hoje que as pessoas nem se olham mais.

Minha bisavó tinha vindo de Montenegro de onde ela era originária, todas as mulheres casadas, mas, independentes, compraram e colocaram as propriedades nos seus nomes e foram criar os seus filhos. A minha bisavó teve um filho só a sua vizinha também, onde não é comum isso, as famílias negras tinham vários filhos, 19 ou 20 filhos era comum para eles. Até os anos 40 quem mandava nas casas eram as mulheres, porque os homens podiam trocar de casa, como o costume africano todo homem pode ter quantas mulheres quantas puder sustentar. A Colônia Africana era um foco de resistência da cultura africana (Informação verbal, 2011).

Nostálgico e talvez romântico, o depoimento deste homem segue uma linha familiar, “à *lá griot*”, tecendo comentários que possivelmente ouvira desde menino de sua avó, detentora do conhecimento empírico deste momento. Com a preocupação de que esse conhecimento possa ser perdido, e talvez nunca recuperado na sua essência, a comunidade negra, como uma de suas estratégias de organização, mantém viva a sua cultura através da oralidade, como foco de resistência baseado na herança africana.

Ainda percorrendo os caminhos do povo da Colônia Africana, persistimos na ideia de que a especulação imobiliária inseriu-se nesse processo, comprando grandes lotes a preços módicos, dividindo-os e revendendo-os. Algumas vezes, construindo prédios para alugar. Como já foi dito antes, os aluguéis, após os anos 1925, tiveram uma alta substancial, aumento esse que teve a colaboração do IPTU arrojado pela Intendência.

Nas narrativas de Renildo Baldi, sobre os motivos que trouxeram os ascendentes da sua família italiana para se estabelecerem na Colônia Africana, percebemos que a oferta por terrenos baratos era atrativa, “meu avô veio direto pra cá. Contaram que estavam à venda uns terrenos aqui. Isso aqui tudo era mato. Tinha alguém, que não sei afirmar quem era, que estava vendendo terrenos aqui nessa zona” (BALDI, 2014). Essa informação é preciosa, pois confirma exatamente a ideia da grande oferta de terras a preços baratos.

Certamente uma grande empreiteira, como, por exemplo, a Companhia Rio Grandense e a Auxiliadora Predial, esta última teve a sua fundação em Porto Alegre em 1931, ou seja, possíveis compradoras desses lotes de terras que depois as negociavam com ou sem construções.

Tentando compreender como foi o processo de deslocamento da população de maioria negra e pobre da Colônia Africana, encontramos, além das pesquisas anteriores sobre o tema, os processos de despejo, como já foi descrito no subitem anterior.

O que nos interessa, nesse momento, é saber, para além dos motivos, que caminhos percorreram? Para onde foram? Qual o lugar desses excluídos nessa sociedade classificatória? Busquemos nas narrativas o percurso deles.

No intuito de tentar compreender o processo de abertura das ruas da Colônia Africana, nos deparamos com várias dificuldades, dentre elas a escassez de fontes sobre as desapropriações, que aconteceram, segundo depoimentos, principalmente nas ruas Cabral, Mariante, Vasco da Gama e Ramiro Barcellos, durante o alargamento das mesmas.

Esta dificuldade faz com que esta dissertação seja um desafio e uma oportunidade para recorrer às fontes orais, respeitando a subjetividade dos narradores e sem ranços acadêmicos, pois, como diz Alejandro Portelli,

Fontes orais são aceitáveis, mas com uma credibilidade *diferente*. A importância do testemunho oral pode se situar não em sua aderência ao fato, mas de preferência em seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir. Por isso, não há “falsas” fontes orais. Uma vez que tenhamos checado a sua credibilidade factual que são requeridos por todos os tipos de fontes em qualquer circunstância, a diversidade da história oral consiste no fato de que afirmativas “erradas” são ainda psicologicamente “corretas”, e que esta verdade pode ser igualmente tão importantes quanto registros factuais confiáveis (PORTELLI, 1997, p. 32).

Portanto, a história oral que desde o início dessa dissertação foi utilizada criticamente como mais uma fonte de reconstrução do passado, ouvindo a voz de quem foi tolhido pela historiografia anterior, agora procura nas narrativas encontrar, ou “reunir” o povo da Colônia Africana. Podemos utilizá-la aqui como um conceito nodal para desatar os nós do passado desta comunidade.

Nesse sentido, indagamos, sobre as ruas que foram abertas na Colônia, essa informação nos ajudaria a buscar, nas fontes “oficiais”, a documentação existente nos arquivos públicos, completando assim, nosso entendimento sobre o expurgo dos habitantes destes locais. Sobre isso Baldi nos conta que:

Todas as ruas já eram com esses nomes aqui, as ruas Vasco da Gama, Liberdade, Cabral, pra cá a Casemiro de Abreu, a Castro Alves, depois a Goethe. A Av Goethe foi uma avenida feita, não sei em que ano, e ela ficou trancada ali na confluência da Rua Chile, pode olhar que aquelas árvores são belíssimas. Depois na década do Tompsom Flores, eles abriram, e, a Goethe vem até aqui a Vasco da Gama. Daqui pra baixo ela é Av Mariante, atravessando o viaduto entra na Av Silva Só. Isso é coisa de Porto Alegre mesmo, numa mesma linha reta três ruas. Mas mantiveram, a Silva Só já

existia, era uma ruela e a elevada passa por cima da Av Protásio Alves e engata na Silva Só. E assim aconteceu com a Vasco da Gama. Ela começa na João Telles, ali era fechado e quando fizeram essa abertura.

Lá na João Telles tinham casas e era interrompida por elas, depois abriram, tiraram as casas e já começa a Vasco da Gama e dali, da João Telles pra lá e a Irmão José Otão e passa do lado do Colégio do Rosário, ao lado daquela praça que tem lá (informação verbal, 2014).

Processos de desapropriações que aconteceram em Porto Alegre, em períodos anteriores aos deste depoimento ou mais atuais, como na gestão de Prefeito Thompson Flores, são de difícil obtenção, haja vista a precariedade da organização dos nossos arquivos.

Mesmo assim, um pouco distante da Colônia, encontramos no Arquivo Judicial do Rio Grande do Sul duas desapropriações em 1951. Uma na Av Assis Brasil e outra na rua Intendente Alfredo Azevedo, com autorização do Prefeito de Porto Alegre, “de conformidade com o artigo 65, inc. XII da Lei Orgânica e arts. 2º e 5º. Let. d e i 6º do dec. De Lei Federal nº 3.365 de 21 de junho de 1941”.⁸⁶

Nesse sentido, percebe-se que havia uma pressão da administração pública quanto à remoção de pessoas que estivessem no caminho da abertura destas ruas. Baldi, quando questionado se houve alguma pressão para a retirada dos antigos moradores da Colônia Africana, responde:

eu conversei com o Morozini, (*seu vizinho da mesma faixa etária*) que é mais antigo que eu aqui, ele disse que não, como aqui era lugar de gente muito humilde, que moravam em casebres no meio dos banhados, os compradores ofereciam terrenos em Viamão, que era um lugar, segundo ele, bom. Segundo o outro Morozini, que é engenheiro agrônomo ele disse que não e as propostas eram irrecusáveis. Eles chegavam e ofereciam, e a maioria foi assim. A outra irmã dele falou que era oferecida uma boa grana, ninguém explorou ninguém, ninguém correu ninguém daqui. Era feita uma proposta e as pessoas aceitavam. E eles iam pro fim do mundo, mas eles gostaram.

Teve o seu Zé, muito certinho, negão muito bacana, se mudou da zona porque começou a morrer uns e outros, aí ele foi num terreiro de Umbanda e o cara disse “olha, tá pegando lá, acho bom tu te mandar”. Aí ele se mudou e morreu um ano depois e de morte natural.

Então, assim, não houve coação (Informação verbal, 2014).

Interessante notar no depoimento que as narrativas vão ao encontro de uma história muito naturalizada, e que tem o objetivo de passar a ideia de que a venda das casas era algo natural e, de certa forma, vantajosa para quem vendia. Mas seria

⁸⁶ Diário Oficial de 8 janeiro de 1951 nº 87.

satisfatório para os vendedores destes imóveis? Talvez nunca saibamos, só podemos conjecturar, principalmente quando é narrado que “era feita uma proposta e as pessoas aceitavam. E eles iam ‘para fim do mundo’, mas eles gostavam”.

A outra questão que queremos colocar é: aceitavam ou não tinham outra opção? Aceitar ou perder tudo? Ir para o fim do mundo é uma alternativa satisfatória? Mesmo que seja difícil responder a estas questões, parece-nos necessário um exercício reflexivo: poderíamos pensar em deixar toda uma sociabilidade construída, com suas tradições, afetividades e acesso à sobrevivência, como emprego e outros serviços, sendo assim alijado daquilo que era acessível, onde estavam trocando tudo para irem “para o fim do mundo”, e achar bom? Talvez essa pergunta seja uma de tantas que não conseguimos responder, mas fica a reflexão.

Nem todas as pessoas agiram dessa forma, fato que talvez, por inexperiência ou afobamento, poderia evitar que fossem deslocados desses locais. O contrário disso, com certa desistência de suas casas, gerou no lugar oportunidades para que a especulação imobiliária fincasse seus tentáculos nesses territórios negros.

E houve quem resistisse através do Usucapião. Nesse sentido, encontramos um processo de Iracema Fernandes de Oliveira, que há 25 anos morava na rua Vasco da Gama nº 212, e proferiu um pedido de Usucapião deste imóvel no dia 19 de outubro de 1938. Como podemos ver abaixo

Há 25 anos, está na posse mansa e pacífica sem interrupção ou oposição de um casebre, sito a rua Vasco da Gama, 121 com respectivo terreno que mede 11m de frente por 39,60 m ditos de frente aos fundos, a atestar com propriedade de Luiz Cecílie, limitando-se por um lado com herdeiros de rosa Rosa Cecílie e outro com o Sr. Roche Víallo. Nesses termos requer a Vssa. que mandar citar o Sr. Prefeito da capital e o Sr. Promotor e por editais a praso de lei, aos interessados incautos, para na primeira vara de juízo seguir as citações e propor uma ação ordinária de Usucapião (Arquivo Público do estado do Rio Grande do Sul, 1938).

Na busca por tentar descobrir alguma informação sobre as remoções na Colônia recorreremos ao Sr. Baldi, e indagamos se ele sabia de casos em que a Prefeitura foi abrir uma rua e teve de remover alguém de casa. Ele respondeu que “naquela época não, só em 1968, 70 quando começaram essas grandes obras com o Prefeito Tompsom Flores, inclusive a casa do meu avô. Teve gente que entrou em litígio com a Prefeitura”.

Indagamos em quais ruas havia se passado esse fato: “aqui, quando eles abriram pra fazer a Av. Goethe, mas isso foi bem recente, não naquela época. Isso começou na

gestão do Tompsom Flores e depois com o Villela continuou, foi quando ele fez esse túnel da Vasco da Gama”.

E quando perguntado sobre o que teria mudado, em seus tamanhos e suas características, ele disse: “Essas ruas são do mesmo tamanho desde quando eu nasci, não aumentou um palmo, são da mesma largurinha desde quando eu era guri. As desapropriações acontecerem como eu te disse, pelos anos 1968, 70” (BALDI, 2014).

Através destes depoimentos e de outras fontes utilizadas nessa dissertação, tais como, processos crimes, ações de despejo, processos de Usucapião, chegamos a alguns resultados: primeiramente que houve um exílio social, sendo ele ocasionado por vários fatores, os quais já elencamos acima, mas, sobretudo, a disputa por espaço, tanto de negros quanto de brancos. Mas também, como a Colônia não era reduto exclusivo e nem majoritário de negros, como deu para perceber nos dados apresentados no corpo desta pesquisa, estes, por sua vez, se enfraqueceram, como grupo e perderam a “queda de braço”, ou seja, perderam seus territórios para a especulação imobiliária.

Outro ponto de destaque é a expressão “Terra do Latifúndio” que traduz a imagem que podemos ter de Porto Alegre na primeira metade do século XX, uma cidade rodeada por diversos lotes de terra, aparentemente sem dono, mas que foram, durante o fim dos anos 1800 e início dos anos 1900, reduto de negros que haviam recém-saído do jugo da escravidão e por lá refaziam as suas vidas.

Estes, aos poucos, foram saindo desses lugares e “subindo os morros” da cidade estabelecendo-se em lugares onde os impostos e os aluguéis eram mais baratos. Não encontramos uma desapropriação efetiva e direta desses moradores, como os que acontecerão em outros territórios negros de Porto Alegre: Areal da Baronesa e a Ilhota.

Esta “Terra do Latifúndio” passava por melhoramentos necessários infraestruturais para abarcar a necessidade da população. Mas estavam todas as camadas da população incluídas nesses melhoramentos desta cidade? Claro que não. A cidade ficou “partida” como diria Zuenir Ventura. Ela não era integradora, mas, sim, segregacionista.

O pânico foi instaurado. Havia o medo de não conseguir pagar os impostos territoriais. Entre os anos 1920 e 1940, ficou marcado nas páginas do *Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, que não passava um dia em que alguém, pobre ou rico, branco ou preto, pedisse a dispensa do pagamento de décimas.

Dessa forma, essa cobrança de impostos, que teoricamente todos pagavam, refletia no aumento dos aluguéis, e também, a exigência da construção das casas de

alvenaria e passeios, pagos pelos proprietários, fazia com que as pessoas vendessem seus imóveis e fossem habitar lugares, economicamente, mais baratos.

O último ponto defendido nesta dissertação abordará o exílio social num âmbito maior, sendo este um ensaio para a futura pesquisa deste autor. Mostrando que estes problemas são nacionais, e porque não dizer mundiais? Nossa ideia aqui é mostrar uma minúscula parte do Rio de Janeiro na produção de suas favelas. Apenas poucos exemplos do que estamos defendendo em toda esta dissertação: o exílio social das camadas pobres e a construção de locais de controle, traduzidos em vilas ou favelas nas grandes cidades construídas e legitimados, muitas vezes, pela imprensa.

Conhecemos, na dissertação de Nola Gamalho, o Sr. Beleza, ex-morador do bairro Mato Sampaio, atual bairro Bom Jesus (*bairro foi tributário da Colônia Africana quando houve o seu desmonte*). Ele foi um dos primeiros moradores da Restinga. Numa conversa informal, relatou a esse autor que no Areal as pessoas eram tiradas a força de suas casas, com ordens de despejo. Muitas vezes, não dava tempo nem de reunirem seus pertences e documentos. O que mais nos impressionou foi o que este homem relatou sobre os incêndios “misteriosos” que aconteciam nas casas das pessoas relutantes em mudar-se. Segundo ele, estranhos iam às casas e as incendiavam à noite, depois fugiam. A solução para esses moradores era mudar-se dali.

Para que isso não pareça acusação infundada encontramos, no APERS dois casos de incêndios, na mesma, rua Plácido de Castro, em 1957. Um ocorrendo no dia 3 de junho e o outro em 26 de julho, ou seja, menos de um mês de diferença. A “coincidência” segue quando percebemos que essa rua é caminho para o bairro Restinga.⁸⁷

Tentando ampliar nossa pesquisa, investigamos algumas notícias semelhantes em periódicos fora do Rio Grande do Sul. Encontramos, então, informações no Jornal do Brasil (RJ) de 28/02/1960 onde o Sr. Mauro Viegas, secretário de Obras e Viação, teceu o seguinte comentário

Imagine você que fui visitar o parque da cidade e para cúmulo da surpresa, constatei que estavam fazendo uma nova favela ao longo da estrada que lhe dá acesso. De um dia para o outro fizeram barracos que felizmente, conseguimos retirar a tempo.

⁸⁷ Processos números 575 e 253 da Repartição Central de Polícia do Rio Grande do Sul – Diretoria de investigações e serviços preventivos - delegacia especial de atentados à propriedade-Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Já então aprendeu-se que, além de um problema social, a favela é um problema turístico. E saí cantando: 'Favela amarela / ironia da vida / pintem a favela, façam aquarela / da miséria colorida (Jornal do Brasil (RJ), 28/02/1960, p. 4).

Nota-se como este homem público, ironicamente, se refere às moradias. Prefere maquiar esta situação e, como ele fala, conseguiram retirar essas categorias para algum canto da cidade, longe dos olhos do turismo carioca. O problema da habitação é de tamanha relevância que avança fronteiras regionais e nacionais. Na maioria das vezes, pensada pelo poder público como um problema de difícil solução e temendo a sua proliferação, a ideia é segregar dando o mínimo zelo à infraestrutura do lugar, como se a intenção fosse o extermínio.

Em outra reportagem do mesmo jornal, de 20/05/1964 foi noticiado um incêndio provocado por panela de pressão esquecida no fogo, destruindo uma favela no Leblon. A reportagem informa que quatrocentos e cinquenta militares do 8º grupo de "Artilharia de Costa, interromperam que um rancho, com 300 moradores dos 48 barracos da favela do Quartel, na avenida Bartolomeu Mitre, fosse destruído pelo incêndio" Indiretamente, D. Lourdes Pereira, provocou esse incêndio, pois, colocou o feijão no fogo e saiu à procura de água, que também não foi encontrada pelos bombeiros do Leblon, esses combateram as chamas com pouquíssimos recursos (Jornal do Brasil, 20/05/1964, 1º Cad., p. 9). Segundo depoimentos do referido jornal,

A favela, um reduto de contraventores, maconheiros, segundo depoimentos de seus vizinhos – ficou inteiramente destruída, devendo as famílias que nela residiam, ontem mesmo levadas para o Albergue da Boa Vontade, ser instaladas, pela secretaria de serviços sociais em casas construídas pelo Estado na Vila Kennedy. [...] o fogo destruiu em pouco tempo a favela de 18 anos (Jornal do Brasil, 20/05/1964, 1º Cad., p. 9).

Quatro anos depois vem a notícia no Jornal do Brasil que o Estado estava examinando a situação dos favelados do Quartel para instalá-los em Bangú e que assistentes sociais da secretaria de serviços sociais iriam iniciar no dia seguinte, no Albergue da Boa Vista, um estudo da situação das 36 famílias que tiveram seus barracos e pertences destruídos, apurando que 80% dos favelados não possuíam condições para pagar aluguel.

Segue o periódico comentando que a secretaria informa que a maioria dos favelados deverá ser transferida para a Vila Kennedy, não permanecendo muitos dias no albergue (*só quatro anos grifo nosso*), que se destina aos necessitados em trânsito. E que já havia muitas pessoas à espera da saída dos favelados para serem atendidas pelas assistentes sociais que ali trabalharam (Jornal do Brasil, 21/05/1964, 1º Cad. P. 14).

Em artigo produzido pelo Dr. Luis Carlos dos Passos Martins e por Letícia Sabina Wermeier Krilow *Entre o campo e a cidade: êxodo rural, migrações urbanas e a ampliação das favelas anos 50 na visão da grande imprensa carioca* (2014), os autores analisam a forma como os periódicos, *Jornal do Brasil* e *Última Hora*, tratam as favelas do Rio de Janeiro, passando a ideia de embelezamento como sinônimo de civilização e a “feiura” comparada à barbárie. Nesse sentido, a caracterização negativa das favelas e de suas populações, por essas mídias, tinha a intenção de criar lugares onde os “pobres e sujos” seriam largados à própria sorte e sem nenhum recurso para que não se proliferassem. Segundo os autores,

Um elemento muito recorrente nessa caracterização das favelas está no aspecto estético, ou melhor, na “feiura” dessas “habitações”. Mais uma vez, o *Jornal do Brasil* é o mais enfático. Segundo o *JB*, as favelas enfeiam a capital, repelem os turistas, trazem uma visão que desagrada os olhos, causa repulsa. O *Correio da Manhã* também expõe em um artigo a falta de beleza das favelas: “se beleza houvesse nas construções da favela, poderíamos definir este aglomerado de abrigos como um estilo”, mas, só se for o “estilo da miséria”, como o próprio título do artigo já assevera.

Partimos da ideia de que a imprensa, através das suas declarações pejorativas, ajuda a criar lugares e legitima o que chamamos aqui nesta dissertação de exílio social. Lugares onde o controle social, por parte do Estado, destas categorias se mostra, perversamente, eficaz e muitas vezes parece obedecer à mesma “receita” de expulsão destas comunidades, os incêndios.

Finalizando esta pesquisa, oferecemos ao leitor um exemplo entre os deslocamentos dos territórios negros de Porto Alegre até seu exílio social, com o problema da favelização do Rio de Janeiro, respeitando contextos e particularidades destes dois casos. Mas mostrando o Estado carioca, principalmente a sua capital, como uma cidade partida entre ricos e pobres, os que têm direito de desfrutar das benesses

da urbe e os segregados, e assim, a história se repete em outras capitais e cidades mundo afora. Nosso papel como historiador não é de naturalizar estas situações, mas tentar entendê-las.

Em Porto Alegre, estes lugares reservados às categorias periféricas, exiladas socialmente são Chácara das Pedras, Navegantes, São João, Tristeza, Mato Sampaio e aquele que recebeu o maior contingente desse exílio social, o bairro Restinga. Estes formam os novos lugares para habitar na Terra do Latifúndio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia 15 de setembro de 2014 em conversa informal com o Sr. Beleza, morador do bairro Restinga, em Porto Alegre, desde os anos 1970, foi-nos relatado que a ocupação desse bairro se deu a partir da antiga Ilhota, hoje Cidade Baixa. Um grande número de pessoas foram removidas deste território negro e estabelecidas, no final de 1966 e início de 1967 “para um lugar distante e no meio do nada, a Restinga”⁸⁸.

A vila em que nasceu e viveu Lupicínio Rodrigues, Escurinho e Tesourinha tinha no local, além de outras construções, “uma sobrinha de mais ou menos três ruas e algumas construções, como o Teatro Renascença para uso da elite e não dos pobres”, agora moradores da vila Restinga, distante 28 km do centro de Porto Alegre. “Na época o local virou “terra arrasada” revolta e barrenta, parecendo um grande cemitério em época de guerra”.

⁸⁸ José Carlos dos Santos, conhecido popularmente na Restinga como Beleza, é branco e natural de Santo Antônio da Patrulha. Nascido no dia 18 de outubro de 1950, veio para Porto Alegre com 18 anos de idade se estabelecendo no centro da capital gaúcha, morando inicialmente em pensões. Mais tarde, entre indas e vindas, residiu na avenida Assis Brasil e, após conhecer sua esposa, se desloca para o bairro Mato Sampaio, onde habitou no porão de uma família de negros. Estes, por sua vez, eram originários da antiga Colônia Africana, fato que se repetia nesse bairro. Hoje, com 64 anos, vive na Restinga, desde os anos 1974. Participou ativamente dos conselhos tutelares e atualmente em outras discussões em torno das melhorias deste bairro.

As remoções foram dolorosas, forçadas e a distância entre a casa e outros locais dificultava a vida. Antes se vivia a “três quadras da Santa Casa de Misericórdia ou a alguns quarteirões do parque da Redenção, os bombeiros na Praia de Belas, as escolas perto de casa e a faxina um ‘tantinho’ perto da casa da patroa”.

De uma hora para outra tudo havia mudado, não tinham mais nada e tudo era muito longe, a quilômetros de distância. “Sem escolas para os filhos, nem posto de saúde. As remoções das outras vilas continuaram, e ainda hoje há remoções com projetos habitacionais sem infraestrutura compatível com as necessidades básicas da população pobre, e ainda, mal planejadas e ineficazes”.

O transporte era difícil. Havia um ônibus pela manhã e outro ao anoitecer, tendo o sugestivo apelido de “Arca de Noé”, pois trazia de tudo dentro, “se dava para chamar aquilo de ônibus”. Trazia-se do Mercado Público “restos de cabeças de peixe, ossos de boi, restos de verduras e utensílios domésticos, além de transportarem seres humanos e muitas crianças. Essas vinham do centro, pois trabalhavam como engraxates por lá”.

Pelo que parece, o processo de desterritorialização da Colônia Africana foi diferente do da Ilhota e do das outras comunidades que viviam nos territórios negros de Porto Alegre. Nesses outros lugares, a retirada de suas casas foi abrupta, e em alguns casos violenta, pois os pobres deviam ficar fora da sala de estar da capital gaúcha.

Neste período, entre 1966/67, os “anos de chumbo”, momento histórico do Brasil com a Ditadura Militar, a ordem e a truculência eram regra geral e, dessa forma, os pertences das famílias eram colocados em cima de um caminhão, sob o olhar da Brigada Militar, para depois serem despejados num verdadeiro lamaçal, sem água, luz ou esgoto, a que deram o nome de bairro Restinga.

Na Colônia, além de o processo de deslocamento ter começado e terminado antes, deu-se de forma indireta e velada, mas, nem por isso, menos perversa como demonstrou essa dissertação.

Os resultados obtidos nesta pesquisa não têm caráter final ou conclusivo, mas, sim, reflexivos e problematizantes. Propomos questões pertinentes para pensar o problema da habitação em nosso Estado, país e mundo, desigualdade, segregação e exílio social. Tentamos compreender como se deu o esvaziamento da Colônia Africana, por parte das camadas pobres e negras, mas, sobretudo, investigando quais locais de

poder cada grupo étnico-racial ocupava. Isso foi a chave para entender tal questão, além, é claro, de que forma a imprensa legitima a construção destas periferias das cidades que funcionam como controle social.

A hipótese mais provável para responder a esta questão é que, no início, a relação entre os imigrantes e os afrodescendentes era “cordial”, como forma de adaptação por parte dos estrangeiros, mas que, após este ajustamento, começaram a ocupar locais de poder, tais como: na polícia, na administração pública e, inclusive, nas associações da igreja da Piedade, transformando-se, assim, de *outsiders* a estabelecidos, e assim puderam ter força e legitimação para excluir e expulsar os afrodescendentes da Colônia Africana.

Após este primeiro contato, entre *outsiders* e estabelecidos, novas relações foram construídas, “barreiras” sociais e raciais sobressaíram-se legitimando, por vezes, esta expulsão. O imigrante também sofria o preconceito por ser estrangeiro e pertencente a uma minoria, tal qual o negro, claro que em graus diferentes, portanto, um dos seus objetivos era transpor essa barreira social e superar o que o impedia de sobreviver nesse meio.

Havia uma disputa por espaço de ambos os lados da Colônia e, consecutivamente, outros atores sociais entram em ação: os representantes do capital financeiro, a administração pública e as grandes empreiteiras, estas, ávidas por lotear, construir, alugar e vender terrenos e casas a preços altos. Dentre elas encontramos a Auxiliadora Predial e a Companhia Territorial Rio Grandense.

O medo de não conseguir pagar os impostos e as novas exigências, criadas pela administração pública quanto à construção das suas casas, fez com que abrissem mão dos seus imóveis para os novos compradores, e fossem habitar lugares mais baratos de se viver e, como consequência, a Colônia Africana foi ficando mais branca.

No mesmo instante em que percebemos a diminuição do número de negros e pobres na Colônia Africana, produz-se o que chamamos de exílio social, ou seja, a segregação dessas pessoas para bairros periféricos da capital gaúcha, sobretudo no instante em que esta cidade passava por um processo de embelezamento se estruturava.

Os “exilados”, temendo perder suas casas para a especulação imobiliária, vendiam a preços módicos, oportunizando, assim, que a iniciativa privada pudesse comprar para construir grandes prédios e cobrar aluguéis mais altos. O município de Porto Alegre intermediava essa relação como facilitador entre a iniciativa privada e os moradores da Colônia, fornecendo um local mais acessível economicamente, para as categorias pobres morarem, e assim viver melhor. Melhor para quem?

Estes pobres e negros, que não se enquadravam nesse novo estilo de vida *a lá francesa*, deviam então ser confinados em bairros longínquos e de difícil acesso, para serem controlados. Viviam assim, em condições subumanas, longe dos olhos do Estado, conforme o relato no início desta conclusão.

Na primeira parte desta dissertação, buscamos depoimentos que nos dessem subsídios para compreender a sociabilidade e o cotidiano da Colônia. Encontramos alguns personagens folclóricos, mas, sobretudo, a vivência de uma figura impar na Colônia Africana, o Sr. Jayme Moreira da Silva. Fato que nos fez compreender como eram os lugares ocupados pelos afrodescendentes nesta cidade, que oportunidades teriam e em que condições viviam. Destacamos, nesta parte, a trajetória deste personagem e de seu avô o Sr. Abel de Souza, homem culto, influente na sociedade porto-alegrense e tipógrafo de vários jornais da cidade, e Veridiano Farias, professor de música e segundo negro a se tornar médico no Estado.

Nesse instante, nos deparamos com nosso preconceito e porque não dizer espanto, percebendo que existia outra história da Colônia Africana, um “lado B” não oficial, mas que está muito vivo nas memórias daqueles que lá viveram, ou seja, uma história afrodescendente destes moradores que, além de galgar a pirâmide hierárquica da sociedade gaúcha, conseguiram notoriedade e se fortaleceram. Mas, como havíamos dissertado antes, isto faz parte de uma história não oficial, aquela não analisada pela historiografia. E, nesse sentido, creditamos os resultados obtidos aqui a estas entrevistas carregadas de memórias.

Através da História Oral e do livro do Sr. Jayme, pudemos apreender como funcionavam as festas de carnaval e seus trajes para brincar na folia, com seus blocos, os assaltos e as muambas inseridos no cotidiano dos moradores da Colônia.

Em suas narrativas, não buscamos a veracidade dos fatos, pois esse não foi o objetivo deste autor, mas, sim, tentar compreender os sentidos contidos nos silêncios cheios de significados. A sociabilidade, o cotidiano desses moradores e o que significava ascender socialmente para estas categorias. Constatamos, então, que isso se traduzia em participar ativamente da vida coletiva com as suas associações, o seu carnaval, a sua religiosidade, traduzindo isso, como uma forma de resistência.

Observamos, ainda, na biografia de Jayme, a cidade que viveu, durante 98 anos, prestes a se modernizar. A análise neste momento ganha fôlego, quando nos debruçamos sobre a problemática central deste capítulo, que é mostrar a história da Colônia Africana sob a ótica dos que lá viveram, considerando a formação do ser humano como cidadão, mas fundamentada com teoria e bibliografia pertinente. José Murilo de Carvalho nos elucida quanto à evolução da cidadania no Brasil, tendo como um dos marcos a inclusão, ainda que muito restrita, dos direitos do negro logo no fim da escravidão.

A história da Colônia Africana, com seus blocos de carnaval, sua religiosidade e seus bailes festivos permanece viva nas memórias de muitos ex-moradores da região, com quem ainda não tivemos o privilégio de contatar, mas que a historiografia ainda o fará.

Analisamos, através do método iconográfico, as fotografias partilhadas pelo entrevistado onde percebemos o carnaval e outras festividades da época. As conclusões obtidas, através das leituras dos símbolos, dos contextos e do olhar do fotógrafo, constataram que as festividades eram a busca por uma afirmação e solidificação identitária. Mas, acima de tudo, os símbolos ideológicos presentes nas imagens puderam ser traduzidos no detalhe das roupas e na posição dos integrantes das fotografias. Salientamos que as pessoas se vestiam com a intenção de mostrarem-se elegantes perante uma sociedade de ascensão, onde repetir roupas, segundo depoimentos, não era “permitido” para as moças. Isso tudo passava a ideia de ascensão social.

Com isso, se fortaleceram culturalmente, legando às gerações seguintes a ideia de alegria e união, mas que não foram suficientes para lhes protegerem contra o preconceito racial que os segrega.

Nesse sentido, o nosso exercício reflexivo adentra novamente as narrativas, e nos faz perceber sua contribuição para unir e fundamentar as imagens e outras fontes existentes. Entendemos as vozes do passado, analisando e montando o quebra-cabeças da história, carregado de conhecimento sobre o povo da Colônia Africana. Vimos que no cotidiano dessa comunidade existia uma ideologia movendo uma busca da reafirmação da sua identidade e da sua cultura em Porto Alegre.

Nesse sentido, podemos constatar pelos depoimentos que os territórios negros da capital gaúcha eram mais que um ambiente de habitação. Nesses lugares, dentre as sociabilidades, perpetuava, ainda, uma tradição africana muito forte, sendo as famílias chefiadas pelas mães e em que o convívio familiar e nuclear era intenso. E nesse “seio” era cultivada a música, a religião e o hábito de contar histórias, como um *griot* fazia tal qual o Sr. Abel de Souza, narrando as histórias do Lobisomem do Morro Santana para seus netos.

Um grande líder religioso surge difundindo a cultura e a religiosidade desse povo, era o Príncipe Custódio, grande referência para o seu povo. Fazendo com que perto dele as pessoas se sentissem protegidas e muito próximas das tradições africanas. Este homem, segundo relatos, “plantou” na época da construção do Mercado Público, bem no centro, um Bará, para proteger os negros, pois ali era a entrada de Porto Alegre e, como tal, deveria proteger essas categorias dos maus-tratos e dos abusos durante o tempo da escravidão.

Comprovamos também que a história sem documentos é possível, a partir do momento em que utilizamos outras fontes de pesquisa, feitas por imagens ou depoimentos contrariando uma ideia positivista, documental. Mas para isso se faz necessário relacionar os elementos contidos nas imagens, com os devidos contextos, e indagar como foram produzidas estas fotografias além, é claro, da utilização de outras ciências. Todos estes elementos desmembraram o objeto a ser investigado, obtendo assim o conhecimento da sua totalidade.

Os historiadores MULLER (2013) e TAVARES (2007) nos ajudam a compreender a ascensão social dos afrodescendentes em Porto Alegre. Podemos constatar que a sua maioria fazia parte de determinadas confrarias, sendo elas associações, clubes e irmandades religiosas reunindo a elite intelectual afrodescendente e economicamente ativa, embora estas ordens religiosas, não fossem direcionadas exclusivamente para os

negros, mas, sim, uma possibilidade que abria outras “portas” educacionais e financeiras para essa categoria.

Embora não tenha sido nossa intenção aprofundarmos a etnicidade das pessoas que viviam na Colônia, acreditamos ter sido, esta, uma parte importante da dissertação, no instante em que adentramos nos arquivos da Santa Casa de Misericórdia buscando dados do contingente negro e branco na região. O que nos fez constatar que, nesse período, predominava a maioria branca, certamente fruto dos deslocamentos das populações afrodescendentes através dos tempos.

Em perspectiva contrária, esta conclusão mostrou que a Colônia Africana fazia parte do grande território negro de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em finais do século XIX e início do XX, o que não é nenhuma novidade. Tinha um grande número, inicialmente, de descendentes de escravos, que, após a escravidão, começaram a co-habitar com diversas etnias, tais como: italianos, poloneses, judeus, alemães e espanhóis, incentivados pelo governo imperial a se estabelecerem para trabalhar no lugar dos afrodescendentes.

Ainda neste ponto, destacamos o papel da imprensa, em especial do cronista Ary Veiga Sanhudo, do jornal *A Gazetinha*, que em seus escritos depreciativos denegria a região e seus moradores, objetivando higienizar estes territórios negros de Porto Alegre. Este agregava valor negativo a eles, preparando seus territórios para exclusão a de seus habitantes, fato que aconteceria nos anos 1960 com o projeto “Remover para Promover e Renascença”. Nesse projeto, os territórios negros de Porto Alegre seriam desocupados, e suas populações deslocadas para a Restinga, um bairro em construção, com péssimas condições de existência.

Para mostrar o alcance do problema habitacional em nosso país, este autor elaborou um “ensaio” que será a continuação desta pesquisa, ou seja, mostrar como a imprensa legítima e ajuda a criar os bairros periféricos e consecutivamente o exílio social das camadas pobres. Buscamos algumas reportagens de jornais, *Jornal do Brasil*, onde mostravam comunidades que foram deslocadas de bairros nobres da “Cidade Maravilhosa”, tais como o Leblon, e realocadas nos morros da cidade. Apontamos ainda que estes deslocamentos seguem a mesma receita daqueles mencionados anteriormente pelo Sr. Beleza, na Ilhota, ou seja, incêndios misteriosos, que não deixavam outra alternativa às populações que não a de mudar-se. Nesse ínterim a

periferia e o processo de favelização se fará presente em nossa sociedade. Mas isso é tema de outra pesquisa.

Por fim, esta dissertação procurou reconstruir a Colônia Africana, território que não é um quilombo, mas que continua viva nas narrativas das pessoas que lá viveram e que também é um pedaço da velha Porto Alegre.

Esta cidade que passava por um momento de reafirmação e construção onde a imprensa teve papel fundamental e legitimador para denegrir a imagem da Colônia e que via com olhos atentos a falta de habitação na cidade. Fato comprovado quando encontramos um artigo do jornal *A Federação*, onde o cronista escreve que eram esperados pelos proprietários os melhoramentos nas ruas da cidade para que eles pudessem obter mais lotes.

Lotes esses que, na maioria das vezes, foram adquiridos por valores muito baixos e que com o tempo, passaram a valer muito. Utilizando ainda a expressão “a cidade do latifúndio” (inspiração para o título desta dissertação), para denominar os diversos terrenos baldios em Porto Alegre, agrupava grandes extensões de terra, (ainda que esse conceito de latifúndio esteja muito distante), oportunizando a especulação imobiliária para o “boom” da construção civil na capital gaúcha e consecutivamente o exílio social.

A adaptação dos afro-gaúchos, assim como os demais afrodescendentes, se fez presente nas linhas dessa dissertação, pois, enquanto *afina flor* da sociedade porto-alegrense justificava suas atitudes predatórias/especulativas, os negros se adaptavam à nova vida, ou melhor dizendo, sobreviviam. Quem se fortalece nessa história? O dominante ou o dominado? Em termos econômicos o branco da elite. Na falta de oportunidade e carência econômica certamente o negro.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Editorial Presença, 1998.

ANJOS, José Carlos dos. **No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira**, Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.

ASSUMPÇÃO, Jorge Eusébio. **Pelotas: Escravidão e Charqueadas (1780–1888)**. Porto Alegre: FCM Editora, 2013.

BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendentess**. EdiPUC, Porto Alegre: 2 ed, 2013.

_____. **A Habitação em Porto Alegre: problemas e projetos administrativos (1897-1937)**. 1ª Ed. Porto Alegre. 1988.

BALEM, João M. **Paróquia de Nossa Senhora da Piedade**. Imprimerur: Porto Alegre, 1958.

BANTON, Michael. **A ideia de raça**. Trad. Antonio Marques Bessa: Edições 70. Lisboa, 1979.

BARROS, José D' Assunção. **Sobre a Feitura da Micro História**. OPSIS, vol, 7, nº 9, jul-dez 2007.

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**, São Paulo, Ed Universidade de São Paulo. 1960.

BITTENCOURT Jr, Iosvaldir Carvalho. **Relógios da Noite: Uma Antropologia da territorialidade e da identidade negra em Porto Alegre.** Dissertação. UFRGS. Porto Alegre, 1995.

BORGES, Vavy Pacheco. **O Historiador e seu Personagem.** Horizontes. Bragança Paulista. 19. 01-10. jan./dez.. 2001.

BORGES, Sergio Ivan. **A Guarda Civil e a Revolução de 30.** Porto Alegre: s/ed., 1980.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade lembranças de velhos.** Companhia das Letras. 3. Ed: São Paulo, SP, 1994.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados, o Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **Cidadania no Brasil: um longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, 213 p.

COSTA, Elmar Bones da. **História Ilustrada de Porto Alegre.** Porto Alegre: JÁ Editores. 1997.

D'ÁVILA, Nádia. **DEM HAB: Com ou Sem Tijolos: a história das políticas habitacionais em Porto Alegre.** Porto Alegre: Unidade Editorial, 2000.

DOMINGUES, Petrônio. **Uma História não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo na pós-abolição.** São Paulo: Ed. Sena, 2004.

ELIAS, Norbert; John L. Scotson. **Os Estabelecidos e os Outsiders.** Rio de Janeiro. 2000.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas.** EDUFBA. Salvador, Bahia. 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. 41 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FARIAS, Éder Luis. **Da música à Medicina: a odisséia da formatura do segundo médico gaúcho negro**. Porto Alegre: Cidadela, 2010.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Guia Histórico de Porto Alegre**: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1992.

GERMANO, Iris Graciela. **Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 40**. Dissertação. UFRGS. 1999.

GOMES, Arilson dos Santos. **A Formação de Oásis: dos Movimentos Frentenegrinos ao Primeiro Congresso Nacional do Negro em Porto Alegre – RS (1931-1958)**. Dissertação, PPGH PUCRS, 2008.

GUIMARÃES, Gleny Duro. **Aspectos da Teoria do Cotidiano: Agnes Heller em perspectiva**. Porto Alegre: EDUPUCRS, 2002.

GUINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1989.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na Sala de Aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Sele Negro, 2008.

HUTCHEON, L. **Poética do pós-modernismo – História teoria ficção**. Tradução Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. **O futebol da canela preta: o negro e a modernidade em Porto Alegre**. *Anos 90*, Revista do Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 1999.

JUNG, Roberto Rossi. **O Príncipe Negro**. Porto Alegre: Edigal/Renascença, 2007.

KERSTING, Eduardo Henrique de Oliveira. **Negros e a Modernidade Urbana em Porto Alegre**: Colônia Africana (1890-1920). Porto Alegre: PUCRS, 1998.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LEAL, Caroline Pereira. **Festas Carnavalescas da Elite de Porto Alegre**: Evas e Marias nas redes do Poder(1906-1914). Tese PPGH PUCRS, 2013.

LEITE, Mirian L. Moreira. **Retratos de Família**: Leitura da Fotografia Histórica. 2 ed. rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

Lopes, Nei. 2004, p. p. 489). LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo, 2004.

MAESTRI, Mario. **Deus é grande o mato é maior!**: construção e resistência escrava no Rio Grande do Sul. UFP Editora, 2002.

MAIO, Marcos Chor; Ricardo Ventura Santos. **Raça: Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos; KRILOW, L. S. W. . **Entre o campo e a cidade**: êxodo rural, migrações urbanas e ampliação das favelas nos anos 50 na visão da grande imprensa carioca. Porto Alegre, 2014.

MATHIAS, Marcello Duarte. **Autobiografias e diários**/ Marcello Duarte Mathias. In: Revista Colóquio/Letras. Ensaio, n.º 143/144, jan. 1997, p. 41-62.

MATTOS, Jane Rocha de. **Que arraial que nada**, aquilo lá é um areal o areal da Baronesa: imaginário e História (1879-1921). Porto Alegre, 2000.

MATTOS, Hebe Maria. **Das Cores do Silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. **Memórias do Cativo:** família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MAUCH, Claudia. **Dizendo-se Autoridade:** polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929. Tese UFRGS, 2011.

MÉNDEZ, Loudes. **La Antropología ante las artes plásticas.** Madri: Siglo XXI, 2003.

MENESES, Ulpiano B. **História e Imagem:** iconografia/iconologia e além. In: Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 243 – 262.

MIGNOT, Ana Cristina Venâncio; BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos. **Refúgios do Eu:** educação história e escrita autobiográfica. Ed. Mulheres. Florianópolis. 2000.

MIGUEL, Maria Lúcia Cerutti. **A fotografia como documento:** uma instigação à leitura. Acervo: Revista do Arquivo Nacional, v.6, n. 01/02, jan./dez., 1993.

MIRANDA, Adriana Ecktert. **Planos e Projetos de Expansão Urbana Industriais e Operários em Porto Alegre.** Porto Alegre, Tese – UFRGS, 2013.

MONTEIRO, Charles. **Fotografia, História e Cultura Visual:** Pesquisas Recentes. Porto Alegre – RS. EDIPUCRS . 2012.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os Cativos e os Homens de Bem:** experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre, 2003.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro.** São Paulo: Ed Anita, 1994.

MULLER, Liane Susan. **As contas do meu rosário são balas de artilharia.** Porto Alegre: Pragmatha, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas de silêncio: no movimento dos sentidos.** Campinas/SP: Editora da Unicamp, 6ªEd. 2010.

PEREIRA, Lúcia Regina. **A África está em nós: história e cultura afro-brasileira: africanidades Sul-Rio-Grandenses.** São Paulo: Editora Grafset, 2012.

PESAVENTO, Sandra. Jatahy. **Memória de Porto Alegre: espaços e vivências.** Porto Alegre: Ed. UFRGS. Porto Alegre, 1992.

_____. **Uma Outra Cidade:** o mundo dos excluídos no final do século XIX. SP: Companhia Ed Nacional, 2001.

_____. **Os Pobres da cidade,** vida e trabalho 1880-1920. Porto Alegre: Ed da Universidade, 1994.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Quando Vargas Caiu no Samba:** um estudo sobre os significados do carnaval e as relações sociais estabelecidas entre poderes públicos, a imprensa e os grupos de foliões em Porto Alegre durante as décadas de 1930 a 1940. Dissertação UFRGS, Porto Alegre, 2008.

_____. **Além da Invisibilidade:** História social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918). Tese UNICAMP, Campinas, 2014.

SANHUDO, Ary Veiga. **Porto Alegre:** crônicas da minha cidade. Ed Movimento, 1915.

SANTOS, Irene; SILVA da Cidinha; FIALHO, Dorvalina Elvira P. ; BARCELLOS, Vera Daisy; BETTIOL, Zoravia. **Colonos e Quilambolas:** memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre. Porto Alegre RS: Nova Letra Grafica, 2010.

SANTOS, Irene, **Negro em Preto e Branco:** História Fotográfica da População Negra de Porto Alegre. ED Porto Alegre RS: 2005.

SANTOS, Antônio Augusto Mayer dos. **Prefeitos de Porto Alegre:** cotidiano e administração da capital gaúcha entre 1889 e 2012. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2012.

SCHMITT, Jean-Claude. **O corpo das imagens:** ensaios sobre a cultura visual na Idade Média. Bauru: EDUSC, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. **Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, Alberto da Costa e. **Um Rio Chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed: UFRJ, 2003.

SILVA, Jayme Moreira. **Colônia Africana: Lobisomem do Morro Santana, Morro da Piedade.** Porto Alegre: Edição independente, 2005.

SOARES, Ricardo Santos. **O FOOT-BALL DE TODOS: Uma história social do futebol em Porto Alegre, 1903 -1918.**Dissertação PPGH PUCRS,2014.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade.** Petrópolis. Ed Vozes1988.

_____. **Claros e Escuros: identidade do povo e mídia no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed Vozes Ltda, 1999.

_____. **O social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia.** São Paulo: Cortez Editora, 1992.

SOUSA, Celia Ferraz de, MULLER Dóris Maria. **Porto Alegre e sua evolução urbana.** 2 ed. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2007.

TAVARES, Mauro Dilmann. **Irmandades religiosas Ultramontanismo em Porto Alegre no Bispado de Dom Sebastião Dias Laranjeira (1861-1888).** Dissertação Unisinos, São Leopoldo, 2007.

VENTURA. Zuenir. **Cidade Partida.** São Paulo: Companhia das Letras. 1994.

VEYNE, Paul. **Os gregos acreditavam em seus mitos? Ensaio sobre a imaginação constituinte.** 1 Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

ZANETTI, Valéria. **Calabouço Urbano: escravos e libertos em Porto Alegre (1840 – 1860)**. Passo Fundo/RS: UPF Editora, 2002.

FONTES DA INTERNET

BOHER, Felipe Rodrigues. **Breves Considerações Sobre os Territórios Negros Urbanos de Porto Alegre na Pós-abolição**. *Illuminuras*. Porto Alegre, v.12, n. 29, p.121-152, jul./dez.2011 – Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/illuminuras>

GAMALHO, Nola Patrícia. **A produção da periferia: das representações do espaço de representação no Bairro Restinga** – Porto Alegre/RS. Porto Alegre/RS. 2009. Disponível em meio digital no endereço <http://www.lume.ufrgs.br>

PEREIRA, Lúcia Regina Brito, **Cultura E Afro-descendência: Organizações Negras E Suas Estratégias Educacionais Em Porto Alegre (1872-2002)**. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index>

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**, São Paulo, 1997, p. 15– Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/>

PORTELLI, Alessandro. **A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais**. Rio de Janeiro, vol., 1, nº. 2 1996, p. 59-72 – Disponível em: <https://grupos.moodle.ufsc.br>

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Colônia Africana, arrabalde proletário: o cotidiano de negros e brancos, brasileiros e imigrantes num bairro de Porto Alegre durante as primeiras décadas do século XX**, Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br>

ZUBARAM, Maria Angélica. **A Invenção Branca da Liberdade Negra: memória social da Abolição em Porto Alegre**: Porto Alegre. Revista de História e estudos Culturais. 2009. Disponível em <http://www.revistafenix.pro.br/PDF20/ARTIGO>

Relatório Sócio, Histórico e Antropológico da Comunidade Quilombola Família Fidélis – Porto Alegre/RS – UFRGS/FAURGS – FASC: Disponível em:
<http://lproweb.procempa.com.br>

Observapoa. Disponível em: <http://www.observapoa.com.br>

<http://www.viniciusoxaladomaiabokun.com/Ancestrais.php>

<http://www.xangosol.com>

PERIÓDICOS CITADOS:

A Federação

Gazeta do Povo

A Gazetinha

Jornal do Comércio

Zero Hora

Jornal do Brasil

A Última Hora

Ciências e Letras: Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Mundo Afro-Asiático. Porto Alegre, nº 33, p. 3-239, jan./jun. 2003.

História Ilustrada do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. JÁ Editores, 1998.

FONTES DE ACERVOS

Museu de Comunicação Hipólito José da Costa

Biblioteca Central Irmão José Otão PUCRS

Biblioteca do Campus da UFRGS

Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital>

ARQUIVOS PESQUISADOS

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Arquivo Histórico Moysés Velinho

Arquivo Judicial do Rio Grande do Sul

HISTÓRICO DOS DEPOENTES

Nome: **Jayme Moreira da Silva**, afrodescendente, filho de Maria Amália e Emílio, nasceu em Porto Alegre, no dia 4 de novembro de 1915, casou-se com Alvarinda em 1942 e, a partir desta data, foi morar em Canoas, retornando mais tarde para o bairro Mont Serrat. Pai de Lorena, Liege, Alsácia e de Jayme Felipe. Avô de cinco netos. Fez parte da Sociedade Centro da Filosofia Negra, de times da Liga da Canela Preta e de alguns blocos de carnaval na Colônia Africana. Faleceu no dia 25 de janeiro de 2014, aos 98 anos. (Entrevista realizada nos anos 2011 e 2014).

Nome: **Maria José**, afrodescendente, filha de Maria Amália e Emílio, nasceu em Porto Alegre, irmã de Jayme Moreira da Silva. Data de nascimento, 2 de abril de 1921. Ela e Jayme formam uma família de cinco irmãos. Maria José participou dos grupos carnavalescos “Os Prediletos” e “Aí Vem a Marinha” que era organizado pela sua família. Após casar-se, teve três filhos. Trabalhou na Secretaria da Saúde por 30 anos. Mora atualmente na Zona Norte de Porto Alegre. E tem 93 anos. (Entrevista concedida em 2014).

Nome: **Oswaldo Ferreira dos Reis**, afrodescendente, nasceu em Porto Alegre, em 29 de janeiro de 1963. Advogado, bacharel em Ciências Jurídicas pela UNISINOS. Especialista em Sociologia da Violência pela UFRGS. Pesquisador das Religiões de matriz africana, realiza assessoria em Direitos Humanos e Relações Raciais. Participou do Grupo Cultural Razão Negra. Colaborou e participou das obras organizadas por Irene

Santos: Negro em Preto e Branco – História fotográfica da população negra de Porto Alegre e Colonos e Quilombolas: Memória Fotográfica das Colônias Africanas de Porto Alegre. Agraciado com o troféu ZUMBI da Associação Satélite Prontidão 2007 (PEREIRA, 2012). É descendente direto de moradores da Freguesia da Conceição, onde sua avó comprou o terreno para a construção de uma casa em 1928, que foi loteada e vendida aos negros. Desde então estuda a história destas comunidades. (Entrevista concedida em 2011).

Nome: **Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva**, afrodescendente, nasceu em 1942 (Porto Alegre), tem 72 anos, profissão: professora universitária. É Doutora pela UFRGS e Pós-doutorada pela University of South África, Pretoria, África do Sul. Nasceu e cresceu na Colônia Africana, mantendo o endereço que foi de seus bisavós e avós. Seus bisavós maternos, no início dos anos 1900, compraram o terreno da Companhia Territorial Rio-Grandense e construíram a casa. Na Colônia, estudou e frequentou clubes e sociedades sobretudo carnaval de rua, festas litúrgicas e sociais da Paróquia Nossa Senhora da Piedade, aniversários, casamentos de vizinhos e de amigos, além da Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora, da qual seu bisavô foi um dos fundadores. O primário, cursou no Grupo Escolar Uruguai, na ocasião situado na rua Esperança, atual Miguel Tostes; o secundário, ginásio e clássico, no Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFRGS; a graduação no curso de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFRGS e o mestrado e doutorado PPGE/UFRGS. (Entrevista concedida em 2014).

Nome: **Renildo Baldi**, descendente de italianos, nasceu em Porto Alegre, no ano 1937, na Rua Mariante, na casa do meu avô materno, quase na rua Vasco da Gama. Quando sua mãe morreu, deslocaram-se para outra casa na rua Vasco da Gama. Depois seu pai casou de novo e foram morar uns 4, 5 anos fora da Colônia, na Rua Comendador Coruja. Mas a casa continuou sendo da família e o terreno era enorme. Seu pai construiu um “bangalô” de madeira e voltaram para a Vasco da Gama.

Estudou um ano no IPA, um ano no Sagrado Coração de Jesus, depois fez o vestibular, chamado exame de admissão ao ginásio, quando retornou os estudos no Colégio Parobé. Foi quando começou a trabalhar e foi estudar à noite. Atualmente mora na mesma casa situada na Vasco da Gama, é aposentado e trabalha como revisor de livros. (Entrevista concedida em 2014).

Nome: **José Carlos dos Santos**, branco, conhecido como Beleza, natural de Santo Antônio da Patrulha. Nasceu em 1950, vindo para Porto Alegre com 18 anos de idade, estabelecendo-se no centro da capital gaúcha, morando inicialmente em pensões. Mais tarde, residiu numa casa na Avenida Assis Brasil. Quando casou, foi morar no bairro Mato Sampaio, residindo no porão de uma família de negros. Estes eram tributários da antiga Colônia Africana. Atualmente, tem 64 anos e vive no bairro Restinga, desde 1974. Participou ativamente dos conselhos tutelares e atualmente em outras discussões em torno das melhorias desse bairro. (Entrevista concedida em 2014).

ANEXO A

**Matrícula Geral dos Enfermos - janeiro a dezembro
(Colônia Africana 1920)**

	Do Estado	Portugal	Espanha	Alemanha	Itália	França	Rússia	Hungria	Polônia	Outros Estados	Oriental	Total de brancos	Total de profissões por brancos	Preto	Misto	Pardo	Total de afrodescendentes	Afrodescendentes e suas profissões
Sexo F	43		4		1		3		4	2		57		24	12		36	
Sexo M	71	7	7	2	14	1		1	4	1	2	110		23	29	1	53	
PROFISSÕES																		
Mechanico				1								1						
Jornaleiro	37	3	2	1	4				3		1	51	18	14				32
Pedreiro	5	2	1									8	1					1
Marítimo	2								1			3		1				1
Doméstico	43		3		1		3		3	2		55	18	14	1			33
Motorneiro	1											1		1				1
Operareo	7	1	1		1						1	11	1					1
Açogueiro														1				1
Artista														1				1
Sapateiro	1		1		4				1			7		1				1
Agricultor	3											3	1					1
Chapeleiro	2											2						
Alfaiate	1											1						
Chacareiro													1					1
Comercio	1					1						2		2				2
Chauffeur	1											1		1				1
Creada	1											1						
Mineiro			1									1		1				1
Caxeiro														1				1
Cosinheira														1	1			2
Emp. na Medicina														1				1

Caldeireiro														1					1
Ferreiro	1												1						
Padeiro	1	1											2		1				1
Emp. Público	1												1						
Mascate					1								1						
Tecelão															1				1
Carteiro			1										1						
Calseteiro	2												2						
Jardineiro					2			1	1				4						
Carroceiro														1					1
Engraxate														1					1
Pintor					2								2						
Litographo															1				1
Foguista															1				1
Agente Municipal	2		1										3						
Empregado Força e Luz	1												1						
Estivador	1												1						
Nº de pessoas por origem	11 4	7	11	2	15	1	3	1	8	3	2	167	167	47	41	1	89	89	

Fonte: Centro Histórico da Santa Casa de Misericórdia Livro Geral de Matrículas dos Enfermos nº 21 (1920)

ANEXO B

**Matrícula Geral dos Enfermos – janeiro a dezembro
(Colônia Africana -1921)**

	Do Estado	Portugal	Espanha	Alemanha	Áustria	Itália	África	Argentina	Holanda	Rússia	Polônia	Total de imigrantes e profissões	Outros Estados	Total de brancos	Total de profissões por brancos	Preto	Misto	Total de afrodescendentes	Afrodescendentes e suas profissões
Sexo F	50		2	4	2	3		1			1	63	1	64		16	26	42	
Sexo M	49	1	3	2	6	9	1		2	5	1	78		78		21	21	42	
PROFISSÕES																			
Jornaleiro	34	1	1	2	4	6	1			1	1	51		51		20	26		46
Pedreiro	2		1									3		3					
Marítimo	1											1		1					
Doméstico	28		1	2	1			1		1		34	1	35		11	12		23
Operario	2					1						3		3			1		1
Agricultor	8				1	1					1	11		11		1	2		3
Alfaiate	1											1		1			1		1
Chacareiro	1											1		1					
Comercio	5			1	2	2			2	1		13		13		1	3		4
Chauffeur	3		1									4		4					
Mineiro	1											1		1					
Caxeiro	1											1		1					
Emp. na Medicina	1											1		1					
Ferreiro	1											1		1					
Padeiro	1		1									2		2					
Emp. Público	1											1		1		1			1
Foguista																1			1
Barbeiro	1											1		1					
Empregado Força e Luz	1											1		1					
Carpinteiro	1			1						2		4		4					
Estivador																1			1

Costureira																1	1		2
Bombeiro	1											1			1				
Capoeira																	1		1
Professora	1					2						3			3				
Agrimensor	1											1			1				
Engº da Força e Luz	1											1			1				
Engº Via Férrea	1											1			1				
Nº de pessoas por origem	99	1	5	6	8	12	1	1	2	5	2	142	1	142	143	37	47	84	84

Fonte: Centro Histórico da Santa Casa de Misericórdia Livro Geral de Matrículas dos Enfermos nº 21 (1921)

ANEXO C

**Matrícula Geral dos Enfermos - janeiro a dezembro
(Colônia Africana 1922)**

	Do Estado	Portugal	Espanha	Áustria	Alemanha	Itália	Uruguai	Argentina	Rússia	Holanda	Polónia	Total de imigrantes brancos e profissões	Outros Estados	Total de brancos	Total de profissões por brancos	Preto	Misto	Total de afrodescendentes	Afrodescendentes e suas profissões
Sexo F	52			2	6	3		1		1	1	66	2	68		10	23	3	
Sexo M	67	3	4		1	4	1		1		5	86		86		22	25	4	
PROFISSÕES																			
Mechanico	2		1			1						4		4					
Jornaleiro	51		2	1	3	4			1	1	1	64	2	66		25	32		5
Marcineiro																	1		1
Pedreiro	2											2		2					
Maritimo	5				1							6		6		1			1
Doméstico																1			1
Motorneiro	2					1						3		3			1		1
Operareo	5	1			1							7		7		1	1		2
Sapateiro	1										3	4		4					
Agricultor	12				1							13		13		1	1		2
Chacareiro	1											1		1		1			1
Commercio	3	1				1						5		5			1		1
Chauffeur	2		1									3		3			1		1
Mineiro								1				1		1					
Cosinheira	1			1								2		2					

Emp. na Medicina																	1		1
Ferreiro	2										2			2					
Padeiro	3	1					1				5			5					
Jardineiro																	1		1
Carroceiro	1										1			1					
Pintor	1								1		2			2					
Litographo	4										4			4					
Foguista	1										1			1			1		1
Barbeiro	1										1			1					
Estivador	1										1			1			1		1
Oficial de Justiça	2										2			2					
Confeiteiro	2				1						3			3					
Carpinteiro	2									1	3			3			2		2
Estafeta	2										2			2					
Bombeiro	2										2			2					
Agente Policial	1										1			1			2		2
Eclesiástico	1										1			1					
Eletrecista																	1		1
Funileiro	1										1			1					
Eng ^o de Telégrafo																	1		1
Garçom																	1		1
Decorador	1										1			1					
Músico	1										1			1					
Estudante	1										1			1					
Cambista																	1		1
Eng ^o da via Férrea	1										1			1					
Professor	1										1			1					
Nº de pessoas por origem	119	3	4	2	7	7	1	1	1	1	6	152	2	154	154	32	48	80	80

Fonte: Centro Histórico da Santa Casa de Misericórdia Livro Geral de Matrículas dos Enfermos nº 22 (1922)

ANEXO D

**Matrícula Geral dos Enfermos - janeiro a dezembro
(Colônia Africana 1923)**

	Do Estado	Portugal	Espanha	Alemanha	Palestina	Itália	Inglaterra	Argentina	Rússia	Hungria	Polônia	Total de imigrantes brancos	Total de profissões por brancos	Preto	Misto	Total de afrodescendentes	Afrodescendentes e suas profissões
Sexo F	61	2	1	3	1	5		2	9		1	85		24	27	51	
Sexo M	76	2	2			4	1	1		1		87		25	24	49	
PROFISSÕES																	
Mechanico						1							1		1		1
Jornaleiro	48	1	2			2	1	2	1	1			58	25	19		44
Marcineiro	2												2				
Pedreiro	1												1	1	1		2
Marítimo	1												1				
Doméstico	58	2	1	2	1	4		1	8		1		78	19	20		39
Motorneiro	1												1				
Operareo		1											1	2			2
Agricultor														1	1		2
Commercio	6												6				
Chauffeur														2			2
Cosinheira	1												1	1			1
Emp. na Medicina	1												1				
Ferreiro	1												1				
Padeiro	1												1		1		1
Emp. Público	3												3				
Calseteiro															1		1
Jardineiro						1							1				
Carroceiro	1												1		1		1
Pintor	2												2				

Litographo	2												2				
Carpinteiro	2												2	1			1
Bombeiro															1		1
Funileiro	2												2		1		1
Embarcaçõ o	1												1				
Pescador				1									1				
Policial	1												1	1			1
Militar	1												1				
Relojoeiro	1												1				
Construtor						1							1				
Nº de pessoas por origem	137	4	3	3	1	9	1	3	9	1	1	172	172	53	47	100	100

Fonte: Centro Histórico da Santa Casa de Misericórdia Livro Geral de Matrículas dos Enfermos nº 22–23 (1923)

ANEXO E

**Matrícula Geral dos Enfermos – janeiro a dezembro
(Colônia Africana 1924)**

	Do Estado	Portugal	Espanha	Alemanha	Itália	Argentina	Uruguai	França	Rússia	Holanda	Polônia	Total de brancos	Total de profissões por brancos	Preto	Misto	Total de afrodescendentes	Afrodescendentes e suas profissões
Sexo F	73		5	4	3		1	1	4		3	94		28	32	60	
Sexo M	69	3	3	11	8	1			3	1	1	100		28	27	55	
PROFISSÕES																	
Escultor				1									1				
Estudante	2					1							3				
Mechanico	2										1		3				
Jornaleiro	33	2	2	6	2				1				46	19	18		37
Marcineiro	1												1				
Pedreiro	1		1										2	1	3		4
Maritimo	1												1	3	1		4
Doméstico	71		4	5	3		1	1	4	1	3		93	26	29		55
Motorneiro	1				1								2				
Operareo					1								1	1			1
Açogueiro	1												1				
Sapateiro	1												1		1		1
Agricultor	1												1		1		1
Chapeleiro															1		1
Alfaiate	2				1								3				
Commercio	8			1	2				2				13		1		1
Chauffeur	1												1	1			1
Mineiro			1										1				
Cosinheira														1			1
Emp. na Medicina														1			1

Ferreiro					1								1				
Padeiro	5	1											6				
Emp. Público	3												3		1		1
Tecelão	1												1				
Carpinteiro	3												3	1	2		3
Carroceiro	1												1				
Pintor	1												1		1		1
Fundidor	1												1				
Policial	1				1								2	2			2
Pharmaceutico					1								1				
Nº de pessoas por origem	142	3	8	15	11	1	1	1	7	1	4	194	194	56	59	115	115

Fonte: Centro Histórico da Santa Casa de Misericórdia Livro Geral de Matrículas dos Enfermos nº - 23- (1924)

ANEXO F

Matrícula Geral dos Enfermos – Janeiro a dezembro
(Colônia Africana 1925)

	Do Estado	Portugal	Espanha	Alemanha	Itália	Argentina	Uruguai	França	Rússia	Holanda	Polônia	Total de brancos	Total de profissões por brancos	Preto	Misto	Total de afrodescendentes	Afrodescendentes e suas Profissões
Sexo F	73	6	6	5	6			3	4	2	1	106		26	23	49	
Sexo M	78	7	2	9	11	4	2	2	7	3	3	128		35	36	71	
PROFISSÕES																	
Escultor				2									2				
Estudante	5										1		6				
Mechanico	1					1							2				
Jornaleiro	30	5	1	4	3				2				45	21	20		41
Marcineiro	7												7				
Pedreiro	2		2							1			5	2	1		3
Maritimo	2												2	2	2		4
Doméstico	67		2	3	4			2	3	2	2		85	24	23		47
Motorneiro	5				2								7				
Operareo	1	2							2				4	2			2
Açogueiro			1							1			2				
Sapateiro					1	1		1					3		2		2
Agricultor	2			1									3		2		2
Chapeleiro															2		2
Alfaiate	2				2								4				
Commercio	5	3		2	1	1			1				13		2		2
Chauffeur	1												1	2			2
Mineiro			2				2		1				5				
Cosinheira								1			1		2	3			3
Emp. na Medicina	3	1											4	2			2
Ferreiro					2								2				

Padeiro	4												4				
Emp. Público	3												3	2			2
Tecelão	2	2											4				
Carpinteiro	2					1			1				4	2	1		3
Carroceiro	2												2				
Pintor	1				2								3	2			2
Fundidor	3												3				
Policial	1			2				1	1	1			6	1			1
Pharmaceutico																	
Nº de pessoas por origem	151	13	8	14	17	4	2	5	11	5	4		234	61	59	120	120

Fonte: Centro Histórico da Santa Casa de Misericórdia Livro Geral de Matrículas dos Enfermos nº - 23-24 (1925)

ANEXO G

**Matrícula Geral do Enfermos – janeiro a dezembro
(Colônia Africana – 1926)**

	Do Estado	Portugal	Espanha	Alemanha	Itália	França	Rússia	Hungria	Polônia	Outros Estados	Oriental	Total de brancos	Total de profissões por brancos	Preto	Misto	Pardo	Total de afrodescendentes	Afrodescendentes e suas profissões
Sexo F	35	2	5	2	5	1	2		2	3		57		18	37	2	57	
Sexo M	77	5	5	1	7		1	3	5	1	1	160		36	14	1	51	
PROFISSÕES																		
Mechanico	1			1								1						
Jornaleiro	36	2	1	2	3				2		1	47	19	16				35
Pedreiro	4	1	2									7	2					2
Maritimo	1								1			2		2				2
Doméstico	45		2		2		2		1	1		53	20	17	2			39
Motorneiro	2											2		2				2
Operareo	6	2										8	2					2
Açogueiro														1				1
Artista														1				1
Sapateiro	2				2				1			5		2	1			3
Agricultor	1											1	1					1
Chapeleiro	1											1						
Alfaiate	2								1			2	1					1
Chacareiro	1											1	1					1
Commercio						1						1		1				1
Chauffeur									1	1		2		1				1
Creada	2											2						
Mineiro			2									2		2				2
Caxeiro														1				1
Cosinheira														1	1			2
Emp. na Medicina														1				1

Caldeireiro																		
Ferreiro																		
Padeiro	1	2										3	1	2				3
Emp. Público	2							1				3						
Mascate	1				2					1		4						
Tecelão	1											1		1				1
Carteiro																		
Calseteiro																		
Jardineiro					2			2				4	1					1
Carroceiro	1											1	2					2
Engraxate																		
Pintor					1			1				2						
Litographo								1				1		2				2
Foguista														1				1
Agente Municipal	1		2									3						
Empregado Força e Luz	1		1									2						
Estivador																		
Nº de pessoas por origem	110	7	10	3	12	1	3	3	7	3	1	163	163	54	51	3	108	108

Fonte: Centro Histórico da Santa Casa de Misericórdia Livro Geral de Matrículas dos Enfermos nº 24–25 (1926)

ANEXO H

**Matrícula Geral dos Enfermos - janeiro a dezembro
(Colônia Africana 1927)**

	Do Estado	Portugal	Espanha	Alemanha	Palestina	Itália	Inglaterra	Argentina	Rússia	Hungria	Polônia	Total de imigrantes brancos	Total de Profissões por brancos	Preto	Misto	Total de afrodescendentes	Afrodescendentes e suas profissões
Sexo F	47	5	1		2	7	1	3	7	2	1	76		23	22	45	
Sexo M	94	3	3	5	1	4	2	4	3	4	2	125		35	31	66	
PROFISSÕES																	
Mechanico															2		2
Jornaleiro	51	2	1		1	1		1	2	2			61	21	17		38
Marcineiro	1												1				
Pedreiro	2												2	2	3		5
Maritimo																	
Doméstico	59	1		1	2	5			6		2		76	23	21		44
Motorneiro											1		1				
Operareo		3						2					5	4			4
Agricultor															2		2
Commercio	4									2			6				
Chauffeur				1									1	1			1
Cosinheira	2												2	2			2
Emp. na Medicina	2					1							3				
Ferreiro	1	1											2		1		1
Padeiro	3								1				4		1		1
Emp. Público	2						1	1		1			5				
Calseteiro															2		2
Jardineiro		1		2		2							5				
Carroceiro	2		1										3		1		1
Pintor	1			1									2				

Litographo	3												3				
Carpinteiro	1												1	2			2
Bombeiro								1					1		2		2
Funileiro	3		2										5		1		1
Embarcadiç o	1												1				
Pescador																	
Policial	3						1	1					5	3			3
Militar							1	2					3				
Relojoeiro																	
Construtor						2				1			3				
Nº de pessoas por origem	141	8	4	5	3	11	3	7	10	6	3	201	201	58	53	111	111

Fonte: Centro Histórico da Santa Casa de Misericórdia Livro Geral de Matrículas dos Enfermos nº 25-26 (1927)

ANEXO I

Matrícula Geral dos Enfermos – janeiro a dezembro
(Colônia Africana 1928)

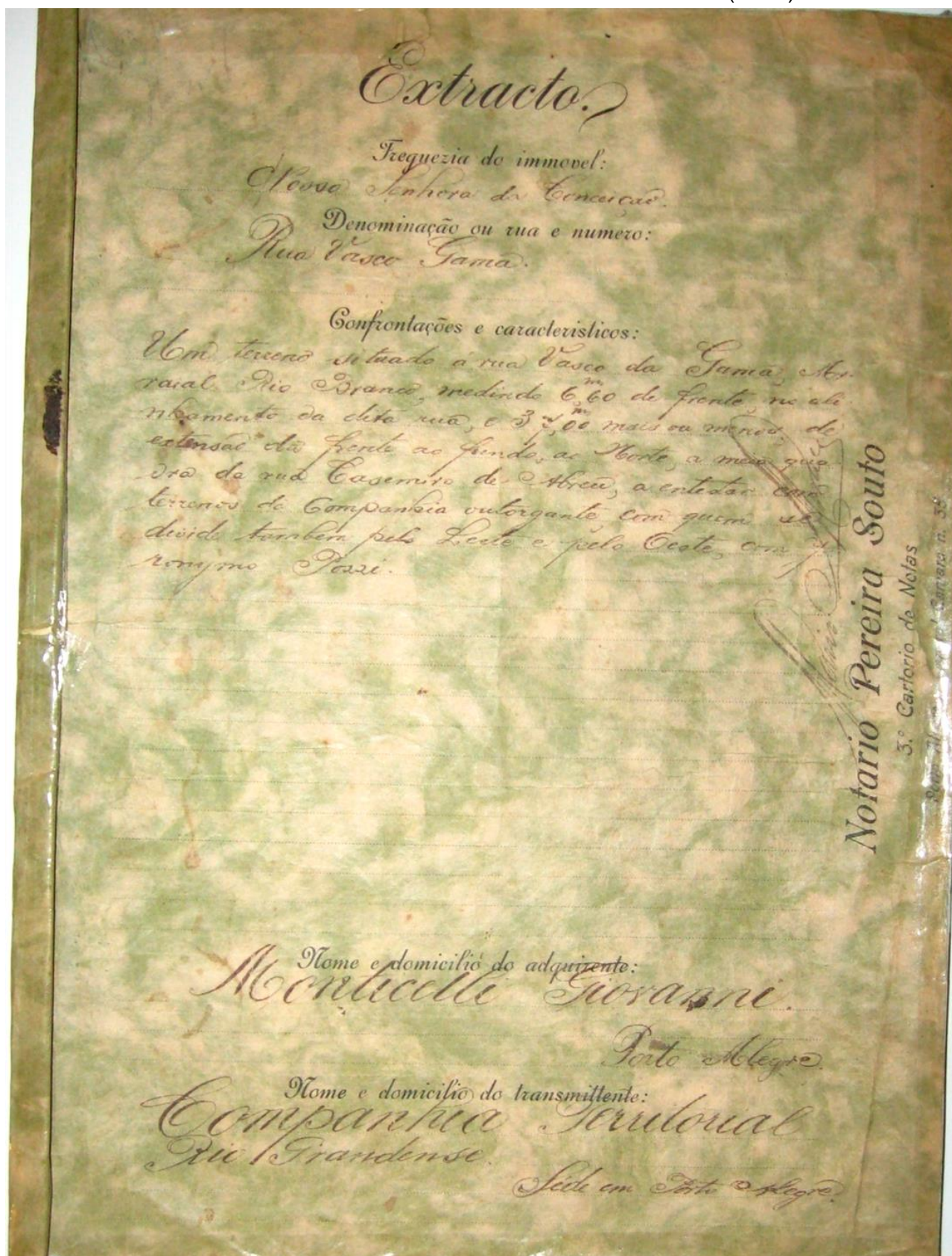
	Do Estado	Portugal	Espanha	Alemanha	Itália	Argentina	Uruguai	França	Rússia	Holanda	Polônia	Total de brancos	Total de profissões por brancos	Preto	Misto	Total de afrodescendentes	Afrodescendentes e suas profissões
Sexo F	63	3	3	7	3	2	3	1	4	1	2	92		33	23	56	
Sexo M	41	6	5	2	5	2	5	3	6	3	4	82		21	41	62	
PROFISSÕES																	
Escultor				1									1				
Estudante	3						2			1			6				
Mechanico	1	1						1			1		4				
Jornaleiro	23	4	1	2	2				1				33	17	19		36
Marcineiro	6				1	1							8				
Pedreiro	1		1										2	1	2		3
Marítimo	1								1				2	1	1		2
Doméstico	45		1	2			1		2	1	1		53	22	21		43
Motorneiro	2				1								3				
Operareo	1	1							1				3				
Açogueiro			2										2	2			2
Sapateiro	1				1						1		3		1		1
Agricultor	1			2		1							5	2			2
Chapeleiro									1				1		1		1
Alfaiate	1										2		3				
Commercio	3	2		1	1			1					8	1	1		2
Chauffeur	2					1			1	1			5		2		2
Mineiro			1				1		1				3				
Cosinheira														2	3		5
Emp. na Medicina	2										1		3		4		4
Ferreiro					1								1				

Padeiro	2												2				
Emp. Público	2												2	3	1		4
Tecelão	1	1											2				
Carpinteiro	1												1	1	2		3
Carroceiro	1												1				
Pintor	2				1		1						4	2	3		5
Fundidor	1			1					1				3				
Policial	1		2			1	3	1	1	1			10		1		1
Pharmaceutico								1					1		2		2
Nº de pessoas por origem																	
	104	9	8	9	8	4	8	4	10	4	6	174	174	54	64	118	118

Fonte: Centro Histórico da Santa Casa de Misericórdia Livro Geral de Matrículas dos Enfermos nº 26–27 (1928)

ANEXO J

Escritura de uma casa no Arraial do Rio Branco (1915)



ANEXO K

Contrato de Compra e Venda do mesmo imóvel (1915)
Companhia Territorial Rio Grandense

VIA

EXTRACTO

Freguezia do immovel

Nossa Senhora da Conceição.

Denominação ou rua e numero do immovel

Rua Vasco da Gama numero 69-B.

Confrontações e caracteristicos

Um terreno sito á rua acima, medindo 6m50 de frente no alinhamento de dita rua e 37m0 mais ou menos de extensão da frente ao fundo, ao Norte á meia quadra da rua Casemiro de Abreu, a intestar com terreno que é ou foi da Companhia Territorial Rio Grandense; dividindo-se pelo Leste e Oeste com immovels que são ou foram de Jeronymo Pozzi, comprehendendo uma casinha de madeira, com duas aberturas, sob numero 69-B.

Nome e domicilio do adquirente

Abrahão Monticelli - Porto Alegre.

Nome e domicilio do transmittente

Giovanni Monticelli - Porto Alegre.

Titulo

Compra e venda.

ANEXO L

As desapropriações

O sr. Loureiro da Silva ocupa-se depois das injustificadas acusações que estão sendo feitas à Prefeitura, de que está desapropriando sem pagar o valor real dos prédios.

Esclarece, então, que, por um princípio de justiça, seria incapaz de prejudicar os proprietários. Acrescenta que sua orientação tem sido sempre dirigida em benefício da coletividade, quer propugnando pela redução de impostos, quer propiciando oportunidades a todos os proprietários.

ANEXO M

Bloco Carnavalesco "Aí Vem a Marinha" (1931) - Sr. Jayme Moreira da Silva
(*aquele que aparece mais alto no grupo*)



Fonte: Jayme Moreira da Silva

ANEXO O

Festa na casa de Alfredo Didiego. Este de descendência espanhola (1935)



Fonte: Jayme Moreira da Silva